



World Food Programme

SAVING
LIVES
CHANGING
LIVES

AVALIAÇÃO DO

**Avaliação das actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe
JULHO DE 2019 - DEZEMBRO DE 2022**

Relatório de Avaliação Descentralizada

PAM Escritório do PAM em São Tomé e Príncipe

janeiro de 2024

Pessoal-chave para a avaliação

PAM Escritório do PAM em São Tomé e Príncipe

Gestor da avaliação Levis Kamgan

PREPARADO POR

Blanka Krivankova, chefe de equipa

Jana Mazancova, avaliadora sénior

Juvenal Bonfim, Avaliador

Marco Gozio, Backstopping

Christophe Dietrich, Controlo de Qualidade

Agradecimentos

A avaliação das actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe foi realizada com o apoio da Representação do PAM em São Tomé e Príncipe e do Gabinete Regional do PAM em Dakar. Este esforço é muito apreciado.

A equipa de avaliação agradece igualmente o apoio e a colaboração dos parceiros governamentais santomenses, dos doadores, dos beneficiários e de todos os outros intervenientes que participaram na recolha de dados e na validação dos resultados da avaliação. Estamos extremamente gratos pelos seus contributos alargados.

Declaração de exoneração de responsabilidade

As opiniões expressas neste relatório são as da equipa de avaliação e não reflectem necessariamente as do Programa Alimentar Mundial. A responsabilidade pelas opiniões expressas neste relatório cabe exclusivamente aos seus autores. A publicação deste documento não implica a aprovação pelo PAM das opiniões expressas.

A designação utilizada e a apresentação do material nos mapas não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do PAM relativamente ao estatuto jurídico ou constitucional de qualquer país, território ou zona marítima, ou relativamente à delimitação de fronteiras.

Créditos fotográficos

Foto da capa: PAM/ Milton Machel

Nota: a versão original do relatório foi elaborada em inglês. Em caso de discrepâncias ou conflitos resultantes de traduções ou versões alternativas, a versão inglesa prevalecerá como documento oficial.

Conteúdo

Resumo executivo	i
1. Introdução.....	10
1.1. Características da avaliação	10
1.2. Contexto	11
1.3. Plano Estratégico Nacional do PAM 2019 - 2024	17
1.4. Metodologia de avaliação, limitações e considerações éticas	24
2. Resultados da avaliação	27
2.1. Relevância.....	27
2.2. Eficácia	31
2.3. Eficiência	36
2.4. Coerência.....	44
2.5. Impacto	48
2.6. Sustentabilidade	55
3. Conclusões e recomendações	61
3.1. Conclusões	61
3.2. Lições	64
3.3. Recomendações	66

Lista de quadros

Quadro 1 - Visão geral do plano estratégico nacional de STP	17
Quadro 2. Visão geral das actividades no âmbito do fluxo de actividades 01 do SO1.....	19
Quadro 3. Visão geral das actividades no âmbito do fluxo de actividades 02 do SO1.....	20
Quadro 4. Percentagem do financiamento do SO1 para a respectiva actividade ao longo dos anos de execução	23
Tabela 5. Código GAM por actividade	24
Quadro 6. Métodos de recolha de dados e dimensão da amostra.....	25
Quadro 7. Panorama dos fundos mobilizados ao longo dos anos de execução do PEC, com destaque para a resposta à COVID-19 (USD)	33
Quadro 8. Alterações nas actividades planeadas no SO1 nos respectivos anos	34
Quadro 9. Principais realizações das intervenções, 2019-2022.....	49
Quadro 10. Recomendações	67

Lista de figuras

Figura 1. Financiamento da CSP (SO1 + SO2)	22
Figura 2. Financiamento do SO1	22
Figura 3. Panorâmica dos indicadores financeiros para as actividades A01	23
Figura 4. Panorâmica dos indicadores financeiros para as actividades A02	23
Figura 5. Perceção da coerência entre as actividades e as realizações do PEC e os seus resultados a nível superior	27
Figura 6. Perceção dos informadores-chave sobre a incorporação da GEWE na conceção e implementação da intervenção	31
Figura 7. Grau de abordagem da desigualdade de género percebido pelos informadores-chave	35
Figura 8. Total de recursos afectados e despesas por resultado estratégico em relação ao total de recursos afectados, à última revisão do NBP e ao total de despesas, respetivamente (em percentagem).....	37
Figura 9. Grau de eficiência da intervenção implementada.....	38
Figura 10. Grau de eficiência da gestão do programa e dos processos de tomada de decisão	39
Figura 11. A extensão das contribuições do governo que permitiram a implementação da intervenção	41
Figura 12. Síntese dos indicadores financeiros para A01	43
Figura 13. Síntese dos indicadores financeiros para A02	43
Figura 14. Perceção da coerência da intervenção com as prioridades nacionais.....	44
Figura 15. Grau de sinergias entre o programa do PAM e o trabalho das instituições dos informadores-chave.....	45
Figura 16, Visão geral do trabalho da HELPO em São Tomé, apontando as sinergias (em português).....	46
Figura 17. Em que medida as intervenções fizeram uma diferença real na capacidade de conceber, planear e executar programas.....	51
Figura 18. Aplicação de técnicas de Práticas Agrícolas Sustentáveis pelos agricultores inquiridos*	54

Figura 19. Perceção do grau de sustentabilidade das capacidades e dos sistemas criados pelas actividades dos programas.....	56
Figura 20. Nível de satisfação percebido pelos agricultores inquiridos (N=378).....	59
Figura 21. Capacidade percebida para cobrir as necessidades alimentares do agregado familiar (N=378)	60

Acrónimos

Acrónimo	Definição
(I)ONG	Organização não governamental (internacional)
A	Atividade
ACR	Relatório anual por país
ALNAP	Rede de aprendizagem ativa para a responsabilização e o desempenho
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CCA	Análise do país comum
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CERD	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
CESCR	Convenção Internacional sobre a Eliminação dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
CMW	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias
CO	Escritório no país
Cdi	Conflito de interesses
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPADR	Carta da política agrícola para o desenvolvimento rural
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
OSC	Organização da sociedade civil
CSP	Plano Estratégico Nacional
CSS	Reforço das capacidades nacionais
DAC	Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento
DEQAS	Sistema descentralizado de garantia da qualidade da avaliação
DEQS	Serviço de apoio à qualidade
DRR,	Redução do risco de catástrofes
EB	Comissão Executiva
CE	Comité de Avaliação
EM	Gestão da avaliação
ENSSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar
EQ	Pergunta de avaliação
ERG	Grupo de Referência para a Avaliação
ET	Equipa de avaliação
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GFD	Discussão em grupo
FLA	Acordos a nível local
FS	Segurança alimentar
GAM	Género com marcador de idade
GBV	Violência baseada no género
PIB	Produto Interno Bruto
GEWE	Igualdade de género, Empoderamento das mulheres
GPE	Parceria Global para a Educação
GTA	Análise temática do género
HGSF	Alimentação escolar caseira
HGSM	Refeições escolares caseiras
HH	Agregado familiar

Acrónimo	Definição
SEDE	Sede social
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
OIT	Organização Internacional do Trabalho
INPG	Instituto para a Promoção da Igualdade de Género e da Equidade de Género
IPC	Classificação integrada de fases
IR	Relatório inicial
TI	Tecnologia da Informação
KII	Entrevista com informador-chave
M&E	Controlo e avaliação
MAFRD	Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MEHE	Ministério da Educação e do Ensino Superior
Memorando de Entendimento	Memorandos de Entendimento
MPTF	Fundo fiduciário multiparceiros
NDP	Plano de Desenvolvimento Nacional
NFR	Nota para o registo
ONG	Organização não governamental
NPRS	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEV	Gabinete de Avaliação
PAS	Políticas de agricultura e nutrição sustentáveis
PET	Politereftalato de etileno
PNASE	Programa Nacional de Alimentação Escolar e Saúde
PNIASAN	Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional
PNN	Programa Nacional de Nutrição
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PO	Gabinete de projectos
RCO	Gabinete do Coordenador Residente
REO	Gabinete de Avaliação Regional
RO	Escritório regional
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SF	Alimentação escolar
SFP	Programa de alimentação escolar
SG	Objetivo estratégico
SHF	Pequeno agricultor
SNA	Análise de redes sociais
SO	Resultado estratégico
SSC	Cooperação Sul-Sul
STP	São Tomé e Príncipe
TL	Líder de equipa
ToC	Teoria da Mudança
ToR	Termos de referência
ONU	Nações Unidas
UNCT	Equipa Nacional das Nações Unidas
UNDAF	Quadro de Desenvolvimento das Nações Unidas 2017 - 2021
UNEG	Directrizes éticas das Nações Unidas
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Acrónimo	Definição
UNSDCF	Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
USD	Dólar dos Estados Unidos
PAM	Programa Alimentar Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
ZHSR	Revisão da Estratégia Fome Zero

Resumo executivo y

Inglês.

Introdução.

Características da avaliação. A "Avaliação das actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe" foi realizada entre junho e novembro de 2023. Centrou-se nas actividades implementadas pelo PAM e seus parceiros no âmbito do CSP 2019 -2024¹ no âmbito das Actividades 1 (SF) e 2 (SHF), implementadas através da intervenção de reforço das capacidades no âmbito do Resultado Estratégico 1 (SO1). Em relação à Actividade 3 (resposta de emergência em espécie às crianças afectadas pela escola em tempo de pandemia de COVID), a avaliação centrou-se apenas na forma como as actividades 1 e 2 permitiram a sua implementação, com a ideia de informar a implementação do CSP 2024 - 2028.

A avaliação abrangeu o período de julho de 2019 a dezembro de 2022 e aplicou métodos mistos a seis critérios de avaliação: Relevância, Eficácia, Eficiência, Coerência, Impacto e Sustentabilidade. Os dados foram recolhidos nos 6 distritos de São Tomé e Príncipe através de análise documental, entrevistas a pessoas-chave, discussões em grupos de discussão, passeios de observação e inquéritos por questionário. Foi consultado um total de 662 indivíduos (502 do sexo feminino). A avaliação respeitou os critérios do UNSWAP para integrar as questões GEWE e a adesão às directrizes da UNEG. Não se registaram grandes constrangimentos. As limitações, na sua maioria relacionadas com o acesso a alguns documentos e dados comunicados, foram resolvidas através da triangulação, garantindo que as conclusões eram válidas, imparciais, independentes e credíveis.

Contexto. São Tomé e Príncipe é uma pequena nação insular localizada no Golfo da Guiné. O Governo santomense ratificou a Agenda 2030, mas deu prioridade a 5 (+2) Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (1, 8, 9, 13,14,15, 16). A agricultura dos pequenos agricultores é familiar e geralmente organizada em torno de algumas culturas. Os baixos níveis de produção implicam a dependência de produtos importados, com consequências para a alimentação escolar. A alimentação escolar enfrenta obstáculos como a falta de uma estratégia nacional de alimentação escolar; a consideração inadequada dos almoços escolares nas prioridades e orçamentos nacionais; a capacidade limitada do governo para gerir a alimentação escolar; mecanismos de financiamento inadequados; desafios logísticos na entrega de alimentos; incapacidade de determinar os custos e estimar a participação da comunidade; fraca mobilização da sociedade civil para apoiar uma transição nacional de apropriação, incluindo contribuições de associações comunitárias e de pais; e dependência de um cabaz alimentar básico constituído por alimentos importados. É necessário desenvolver uma abordagem abrangente de alimentação escolar em casa (HGSM) que seja transformadora em termos de género e se concentre fortemente na aquisição direta de alimentos nutritivos produzidos localmente.

Plano Estratégico do PAM para o país 2019 - 2024. O CSP para São Tomé e Príncipe 2019 - 2024 foi aprovado pelo Conselho do PAM em junho de 2019 com duração inicial de julho de 2019 a dezembro de 2024 a um custo total de 1.588.903 USD. Inicialmente, o CSP incluía um Resultado Estratégico centrado no reforço das capacidades governamentais para implementar um programa de refeições escolares caseiras (HGSM) sustentável do ponto de vista ambiental e social, transformador do género e favorável aos pequenos agricultores, bem como políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e a nutrição. Em 2019, 2021 e 2022, o CSP foi revisto. O prazo de execução foi reduzido até dezembro de 2023, para permitir que o novo documento de estratégia se alinhe com o Resultado Estratégico 2 adicional do novo Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF). Foi acrescentada a actividade 3, centrada na resposta de emergência do PAM às famílias afectadas, e o orçamento foi revisto para 7 805 590 USD.² O documento de estratégia foi concebido com uma abordagem de comunicação de mudança social e comportamental transformadora do género, tendo-lhe sido atribuído um código GAM 3. A execução e os resultados do SO1 e do SO2 estão de alguma forma interligados, o que torna difícil a separação dos dados; no entanto, a avaliação centrou-se apenas nas realizações do SO1.

¹ Inicialmente, o PEC foi planeado para o período de 2019 a 2024, mas mais tarde foi revisto e o período foi ajustado para 2019 a 2023.

² Os temas avaliados são apenas actividades no âmbito do SO1.

Conclusões da avaliação

QE1: Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e das populações afectadas?

O objetivo geral do apoio do PAM ao governo estava em conformidade com o Quadro de Resultados Corporativos Revisto do PAM (2017-2021) - Objetivo Estratégico 2 (Parceiro para apoiar a implementação dos ODS), Objetivo Estratégico 4 (Apoiar a implementação dos ODS) e Resultado Estratégico 5 (Os países reforçaram a capacidade de implementar os ODS). Não foram colocados requisitos nacionais específicos na sua conceção. O PAM foi o parceiro de eleição do Governo no seu compromisso de consolidar e melhorar o programa nacional de alimentação escolar e de saúde. O processo de conceção do CSP incorporou e reflectiu as prioridades e necessidades do governo, incluindo a Agenda 2030 de Transformação de STP, a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2017-2020 e o PND 2017-2021, que define os seus principais objectivos para o crescimento económico, a redução da pobreza, a redução da dependência de produtos importados e a proteção do ambiente. As partes interessadas dos governos envolvidos reconheceram a importância destas questões e foram envolvidas na conceção participativa do programa.

O PAM decidiu garantir que a conceção e a execução das actividades do Governo serão transformadoras do ponto de vista do género e darão resposta às necessidades e interesses específicos da população vulnerável. Estabeleceu também acordos a nível local para cooperar com as organizações responsáveis pela execução.

O PAM decidiu garantir que a conceção e a execução das actividades do Governo serão transformadoras do ponto de vista do género e darão resposta às necessidades e interesses específicos da população vulnerável. Estabeleceu também acordos a nível local para cooperar com as organizações responsáveis pela execução.

QE2: Em que medida a intervenção alcançou, ou se espera que alcance, os seus objectivos e resultados?

O PEC contribuiu, em certa medida, para o cumprimento das prioridades do governo, sobretudo através de intervenções qualitativas do CSS e do apoio à autonomia do governo. O calendário de intervenção sobrepôs-se ao PDN 2017-2021, enquanto primeiro plano operacional da Agenda de Transformação STP 2030, e ao PNDS 2020-2024. Atualmente, não existe um relatório atualizado sobre a realização das prioridades nacionais.

O período COVID-19 confirmou o papel do PAM no país como uma parte interessada bem estabelecida, fornecendo resposta de emergência e mobilizando rapidamente recursos. Neste caso, foi acrescentada uma componente adicional (SO2) ao PEC, centrada na prestação de ajuda de emergência à população vulnerável.

A emergência súbita abriu o potencial de mobilização de recursos financeiros e reforçou a cooperação e as actividades mútuas com alguns outros doadores no país. Durante a pandemia, o escritório do PAM em STP recebeu apoio do gabinete regional em Dakar e do escritório nacional dos Camarões. Foram mobilizados recursos financeiros adicionais num total de USD 1.639.425 entre 2020 e 2022.

Apesar da suspensão de algumas actividades do SO1 devido à falta de financiamento, a cooperação com as partes interessadas do governo funcionou bem. As intervenções do SO2 foram implementadas.

O PEC foi concebido para visar tanto homens como mulheres e incluir grupos vulneráveis. Foram apresentados resultados a todos os grupos; no que se refere ao SO1, foram registadas algumas lacunas nos relatórios e no acompanhamento dos progressos. Os dados quantificados, incluindo os dados repartidos por género, eram frequentemente inexistentes. Não foi adoptada uma estratégia específica de execução e de comunicação para as questões GEWE.

QE3: Em que medida a intervenção conseguiu uma utilização óptima do orçamento e do tempo atribuídos?

O gabinete de coordenação do PAM tem uma capacidade limitada em matéria de recursos humanos, mas este facto foi compensado por relações bem estabelecidas e de longa duração com os intervenientes governamentais. No entanto, é suscetível a mudanças de pessoal, como a rotação política ou a rotação do PAM. A escassez de pessoal foi gerida através da contratação de peritos internacionais, através de acordos de parceria com ONG locais e da cooperação governamental, o que contribuiu significativamente para uma execução eficiente.

As capacidades limitadas do pessoal do CO podem ser atenuadas através da adoção de um sistema interno de gestão, acompanhamento e registo, a fim de melhorar a eficiência global da equipa e proporcionar alguma resistência à flutuação do pessoal.

Os recursos financeiros limitados influenciaram a eficiência da execução. Em 2019, a CO não recebeu qualquer contribuição de doadores ou do governo, mas conseguiu mobilizar recursos para executar todas as actividades planeadas, embora com ligeiros atrasos. Durante o período de execução, a pandemia de COVID-19 e as catástrofes relacionadas com o clima afectaram a afetação de fundos e a redefinição de prioridades das actividades, o que levou às modificações acima descritas. Entre 2019 e 2022, a despesa total de 1 860 193 USD representa 36,3 % do total dos recursos afectados de 5 129 915 USD, tal como indicado nos RAC. As contribuições não monetárias dos governos, em especial o seu envolvimento ativo nas intervenções do PEC, desempenharam um papel crucial na execução e eficiência. A conceção do PEC não incluía indicadores temporais, marcos e objectivos quantificados. Também não existiam planos de trabalho anuais e apenas foram comunicadas as realizações do final do ano.

A eficiência da implementação do SO1 foi elevada. Foram registados alguns atrasos e estrangulamentos, principalmente devido à revisão do PEC e ao aditamento do SO2.

QE4: Em que medida a intervenção é adequada/compatível com outras intervenções num país, sector ou instituição?

O apoio do PAM ao Governo foi plenamente alinhado com os programas nacionais e a sua coerência foi assegurada através da participação direta de representantes do Governo no processo de execução. As organizações da sociedade civil eram parceiros estratégicos, diretamente envolvidos na execução do DEP, e os seus outros trabalhos no país foram realizados em sinergia e comunicação com o PAM. Foram obtidas sinergias com outros programas da ONU e foram executados ou iniciados alguns projectos conjuntos, embora também se tenham observado algumas lacunas e potencialidades por explorar. Os inquiridos das organizações da ONU confirmaram que continuam a considerar o PAM mais como uma agência de resposta a emergências.

Em 2021, registaram-se progressos em matéria de coordenação e parceria com outras organizações das Nações Unidas quando o PAM, juntamente com outras agências das Nações Unidas sob a coordenação do Coordenador Residente, contribuiu para o relatório anual do UNDAF 2017-2021 e para o CCA das Nações Unidas. No mesmo ano, o PAM presidiu também ao Grupo de Comunicação das Nações Unidas e participou nas reuniões da equipa nacional das Nações Unidas. Em maio de 2022, foi lançado um projeto conjunto de vários doadores no âmbito do Fundo ODS, em parceria com o FNUAP, a OIT, o UNHABITAT e o Governo de STP.

As sinergias com a FAO não foram abordadas no âmbito do OE 1, apesar de estarem previstas na conceção do PEC. Tal como confirmado pelos inquiridos do PAM e da FAO, há espaço para sinergias e sobreposição de focos.

EQ5: Em que medida é que a intervenção gerou ou se prevê que venha a gerar efeitos positivos ou negativos significativos, intencionais ou não, a um nível mais elevado?

A Lei da Alimentação Escolar foi aprovada pela Assembleia Nacional em agosto de 2022, como resultado de intervenções de longo prazo do PAM. A lei assegura recursos financeiros a longo prazo do governo para o Programa de Alimentação Escolar, um passo crucial para o futuro financiamento autónomo do programa.

Durante o período avaliado, o PAM levou as partes interessadas do governo a assumirem os seguintes compromissos e/ou forneceu provas para o desenvolvimento de políticas, estratégias e planeamento orçamental:

- O SFP aumentou significativamente o acesso das crianças à alimentação e a sua motivação para a frequência escolar, considerada essencial pelo pessoal escolar; menos crianças frequentam a escola nos dias em que não há cantina.
- As intervenções a nível distrital, como as hortas escolares, produziram 876 kg de legumes e 77 porcos, sinalizando o potencial para fontes de alimentos cultivadas localmente e acessíveis.
- Foi registada uma maior sensibilização para a importância dos alimentos produzidos e consumidos localmente.
- Foi registada uma maior sensibilização para a GEWE e a VBG.
- Os agricultores formados melhoraram as suas competências, utilizando práticas inteligentes em termos climáticos, promovendo a resiliência e estabelecendo ligações com escolas e mercados.

- As partes interessadas do governo receberam ferramentas para dados separados por género, permitindo a conceção de políticas sensíveis ao género; as discussões destacaram a necessidade de capacitar as mulheres pequenas proprietárias, mas não houve nenhuma atividade específica de liderança feminina.

EQ6: Em que medida as actividades e os resultados da intervenção serão sustentados a longo prazo?

Através da capacitação, a intervenção contribuiu para gerar interesse e motivação entre as partes interessadas do governo para continuar com os programas. As capacidades reforçadas do PNASE foram os factores que permitiram a execução sustentável do Programa de Alimentação Escolar. O apoio ao estabelecimento do CONSAN como uma parte interessada respeitada, capaz de organizar reuniões governamentais de alto nível, foi crucial para lançar as bases da sustentabilidade futura.

O reforço das capacidades do MAFRD forneceu os instrumentos e as competências necessárias para prosseguir o trabalho com os pequenos agricultores e desenvolver políticas sensíveis ao género, transferindo o reforço das capacidades para o nível institucional, proporcionando resiliência contra a rotação de pessoal.

Apesar do reconhecimento da sua importância, o programa de alimentação escolar ainda não é sustentável. Um elemento crucial para garantir a sua sustentabilidade e a autonomização do governo é assegurar o financiamento e reforçar o compromisso. As capacidades do PNASE precisam de ser reforçadas em termos de melhoria da logística e das ferramentas de monitorização. Para aumentar a viabilidade e a sustentabilidade do PSA a nível das escolas, devem ser resolvidas as questões da falta de equipamento, das hortas escolares que não funcionam e do fraco envolvimento dos pais. A ligação entre os produtores locais e as escolas deve ser reforçada, juntamente com o reforço das capacidades e da resiliência dos agricultores.

Conclusões

O PAM ocupa uma posição insubstituível na comunidade de doadores do país, oferecendo soluções de impacto e de longo prazo para o desenvolvimento do país, pelo que é altamente considerado pelas partes interessadas. O PAM está a passar de um papel operacional tradicional para um papel mais transformador. Nestes esforços, deve ser mantida uma abordagem complexa e bem centrada e devem ser colmatadas algumas lacunas a nível das capacidades internas.

Relevância. As intervenções de reforço das capacidades avaliadas do CSP foram altamente relevantes, indo ao encontro das necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e da população afetada. As questões de GEWE foram incorporadas. No entanto, é necessário um processo mais estratégico e diligente para o próximo PEC.

Eficácia. A eficácia foi elevada. A falta de dados quantitativos e de indicadores de base significou que apenas o desempenho qualitativo pôde ser avaliado para fornecer as informações finais. A influência da COVID-19 em toda a eficácia da execução do projeto foi bastante positiva, proporcionando os incentivos para procurar diferentes abordagens para a execução do PEC e incentivando o financiamento ad hoc adicional. Para o futuro PEC, deve ser concebida uma estratégia de género bem definida, incluindo indicadores quantificáveis para avaliar a eficácia e uma almofada de "emergência" para futuras crises e choques potenciais no país.

Eficiência. A eficiência foi adequada às capacidades actuais dos gabinetes de coordenação do PAM, o que aponta para o desafio persistente dos pequenos gabinetes de coordenação. Devido à sua pequena dimensão e à falta de capacidade, é necessário financiar novos efectivos, o que é difícil para os pequenos gabinetes. Faltam alguns instrumentos de planeamento e de acompanhamento da gestão, que poderiam facilitar o trabalho, libertar capacidades e permitir um melhor acompanhamento.

A cooperação com o governo foi harmoniosa e funcionou bem devido a comunicações e relações bem estabelecidas. Apesar da contribuição monetária inicialmente prevista para o CSP, a contribuição do governo foi não monetária, uma vez que o país enfrentava alguns desafios económicos.

Coerência. As intervenções de reforço das capacidades do PEC foram coerentes com os programas nacionais e com outros doadores/actividades. Verificaram-se algumas sobreposições e poderiam ter sido criadas mais sinergias. Há espaço para futuras melhorias a este respeito e é necessária uma melhor coordenação no seio da comunidade de doadores com vista à realização dos programas e prioridades nacionais.

Impacto. Os resultados obtidos no domínio do reforço das capacidades institucionais foram elevados. No entanto, os impactos indirectos pretendidos a nível comunitário exigem ainda mais esforços. Embora o projeto visasse as desigualdades entre os géneros, o impacto na capacitação e independência das mulheres em termos de liderança foi bastante reduzido.

Sustentabilidade. A sustentabilidade das intervenções avaliadas do CSP foi bastante elevada em termos de capacidades construídas e institucionalização, com algumas limitações relacionadas com a sustentabilidade financeira. É necessário continuar a trabalhar na aplicação da Lei da Alimentação Escolar para garantir os recursos financeiros. O PNASE deve tornar-se autónomo e o compromisso do governo com o programa deve ser reforçado. Deve ser criado um sistema eficiente de gestão de dados para monitorizar a alimentação escolar, em estreita colaboração com o Governo (PNASE) e monitorizado para permitir um planeamento estratégico orientado. As actividades sensíveis ao género que visam diretamente as mulheres líderes poderiam também apoiar a participação ativa dos beneficiários e das comunidades.

Recomendações³

Dos resultados da avaliação resultaram quatro recomendações principais e 17 sub-recomendações, acompanhadas pelo Anexo 11, que apresenta "Medidas de ação pormenorizadas" para a resposta dos gestores. Todas as recomendações foram desenvolvidas em consulta com as partes interessadas. Duas recomendações devem ser abordadas a nível estratégico, uma recomendação a nível operacional e uma a nível da orientação baseada nos resultados.

1. Manter a atual posição forte do PAM no país e reposicionar ainda mais o seu papel no próximo período do documento de estratégia, passando de agente operacional a agente de desenvolvimento transformador;
2. Rever, ajustar e reforçar as capacidades internas do CO para uma gestão mais eficiente da execução do PEC;
3. Adotar e utilizar processos unificados de acompanhamento e execução e agir em conformidade com a execução estratégica prevista das questões transversais e da GEWE em todo o documento de estratégia;
4. Assegurar que os temas relacionados com a orientação estratégica, a abordagem das actividades de ponta a ponta, a cooperação com as partes interessadas e o apoio às boas práticas, superando simultaneamente os desafios, sejam ativamente adoptados no âmbito da execução do novo PEC e, quando não diretamente visados, criar as oportunidades e sinergias pretendidas para os incluir e desenvolver.

Português.

Introdução.

Características da avaliação. A "Avaliação das actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe" foi realizada entre junho e novembro de 2023. Centrou-se nas actividades implementadas pelo PAM e seus parceiros no âmbito do CSP 2019-2024⁴ no âmbito das Actividades 1 (SF) e 2 (SHF), implementadas através da intervenção de reforço das capacidades no âmbito do Resultado Estratégico 1 (SO1). Em relação à Actividade 3 (resposta de emergência em espécie às crianças afectadas pelas escolas em tempo de pandemia de COVID), a avaliação centrou-se apenas na forma como as actividades 1 e 2 permitiram a sua implementação, com a ideia de informar a implementação do CSP 2024 - 2028.

A avaliação abrangeu o período de julho de 2019 a dezembro de 2022 e aplicou métodos mistos a seis critérios de avaliação: Relevância, Eficácia, Eficiência, Coerência, Impacto e Sustentabilidade. Os dados foram recolhidos nos 6 distritos de São Tomé e Príncipe através de uma análise documental, entrevistas a pessoas-chave, discussões em grupos de discussão, passeios de observação e inquéritos por questionário. Foi consultado um total de 662 indivíduos (502 do sexo feminino). A avaliação respeitou os critérios do UNSWAP para integrar as questões GEWE e a adesão às directrizes da UNEG. Não se registaram grandes constrangimentos. As limitações, na sua maioria relacionadas com o acesso a alguns documentos e dados comunicados, foram resolvidas através da triangulação, garantindo que as conclusões eram válidas, imparciais, independentes e credíveis.

Contexto. São Tomé e Príncipe é uma pequena nação insular localizada no Golfo da Guiné. O Governo santomense ratificou a Agenda 2030, mas deu prioridade a 5 (+2) Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

³ Versão abreviada para efeitos do resumo executivo. A versão completa está disponível em formato PAM no capítulo final do relatório de avaliação.

⁴ Inicialmente, o PEC foi planeado para o período de 2019 a 2024, mas mais tarde foi revisto e o período foi ajustado para 2019 a 2023.

(1, 8, 9, 13,14,15, 16). A agricultura dos pequenos agricultores é familiar e geralmente organizada em torno de algumas culturas. Os baixos níveis de produção implicam a dependência de produtos importados, com consequências para a alimentação escolar. A alimentação escolar enfrenta obstáculos como a falta de uma estratégia nacional de alimentação escolar; a consideração inadequada dos almoços escolares nas prioridades e orçamentos nacionais; a capacidade limitada do governo para gerir a alimentação escolar; mecanismos de financiamento inadequados; desafios logísticos na entrega de alimentos; incapacidade de determinar os custos e estimar a participação da comunidade; fraca mobilização da sociedade civil para apoiar uma transição nacional de apropriação, incluindo contribuições de associações comunitárias e de pais; e dependência de um cabaz alimentar básico constituído por alimentos importados. É necessário desenvolver uma abordagem abrangente de alimentação escolar ao domicílio (HGSM) que seja transformadora em termos de género e se concentre fortemente na aquisição direta de alimentos nutritivos produzidos localmente.

Plano Estratégico do PAM para o país 2019 - 2024. O CSP para São Tomé e Príncipe 2019 - 2024 foi aprovado pelo Conselho do PAM em junho de 2019, com duração inicial de julho de 2019 a dezembro de 2024, com um custo total de 1.588.903 USD. Inicialmente, o CSP incluía um Resultado Estratégico centrado no reforço das capacidades governamentais para implementar um programa de refeições escolares caseiras (HGSM) sustentável do ponto de vista ambiental e social, transformador do género e favorável aos pequenos agricultores, bem como políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e a nutrição. Em 2019, 2021 e 2022, o CSP foi revisto. O prazo de execução foi reduzido até dezembro de 2023, para permitir que o novo DEP se alinhe com o Resultado Estratégico 2 adicional do novo Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF). Foi acrescentada a atividade 3, centrada na resposta de emergência do PAM às famílias afectadas, e o orçamento foi revisto para 7 805 590 USD.⁵ O documento de estratégia foi concebido com uma abordagem de comunicação de mudança social e comportamental transformadora do género, tendo-lhe sido atribuído um código GAM 3. A execução e os resultados do SO1 e do SO2 estão de alguma forma interligados, o que torna difícil a separação dos dados; no entanto, a avaliação centrou-se apenas nas realizações do SO1.

Conclusões da avaliação

QE1: Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e das populações afectadas?

O objetivo geral do apoio do PAM ao governo estava em conformidade com o Quadro de Resultados Corporativos Revisto do PAM (2017-2021), Objetivo Estratégico 2 (Parceiro para apoiar a implementação dos ODS), Objetivo Estratégico 4 (Apoiar a implementação dos ODS) e Resultado Estratégico 5 (Os países reforçaram a capacidade de implementar os ODS). Não foram colocados requisitos nacionais específicos na sua conceção. O PAM foi o parceiro de eleição do Governo no seu compromisso de consolidar e melhorar o programa nacional de alimentação escolar e de saúde. O processo de conceção do CSP incorporou e refletiu as prioridades e necessidades do governo, incluindo a Agenda de Transformação STP 2030, a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2017-2020 e o PND 2017-2021, que define os seus principais objectivos para o crescimento económico, a redução da pobreza, a redução da dependência de produtos importados e a proteção do ambiente. As partes interessadas dos governos envolvidos reconheceram a importância destas questões e foram envolvidas na conceção participativa do programa.

O PAM decidiu garantir que a conceção e a execução das actividades do Governo serão transformadoras em termos de género e darão resposta às necessidades e interesses específicos da população vulnerável. Estabeleceu também acordos a nível local para cooperar com as organizações responsáveis pela execução.

O PAM decidiu garantir que a conceção e a execução das actividades do Governo serão transformadoras em termos de género e darão resposta às necessidades e interesses específicos da população vulnerável. Estabeleceu também acordos a nível local para cooperar com as organizações responsáveis pela execução.

QE2: Em que medida a intervenção alcançou, ou se espera que alcance, os seus objectivos e resultados?

O PEC contribuiu, em certa medida, para o cumprimento das prioridades do governo, principalmente através de intervenções qualitativas do CSS e do apoio à autonomia do governo. O calendário de intervenção sobrepôs-se ao PDN 2017-2021, enquanto primeiro plano operacional da Agenda de Transformação STP

⁵ Os temas avaliados são apenas actividades no âmbito do SO1.

2030, e ao PNDS 2020-2024. Atualmente, não existe um relatório atualizado sobre a realização das prioridades nacionais.

O período COVID-19 confirmou o papel do PAM no país como uma parte interessada bem estabelecida, fornecendo resposta de emergência e mobilizando rapidamente recursos. Neste caso, foi acrescentada uma componente adicional (SO2) ao PEC, centrada na prestação de ajuda de emergência à população vulnerável.

A emergência súbita abriu o potencial de mobilização de recursos financeiros e reforçou a cooperação e as actividades mútuas com alguns outros doadores no país. Durante a pandemia, o escritório do PAM em STP recebeu apoio do gabinete regional em Dakar e do escritório nacional dos Camarões. Foram mobilizados recursos financeiros adicionais num total de USD 1.639.425 entre 2020 e 2022.

Apesar da suspensão de algumas actividades do SO1 devido à falta de financiamento, a cooperação com as partes interessadas do governo funcionou bem. As intervenções do SO2 foram implementadas.

O PEC foi concebido para visar tanto homens como mulheres e incluir grupos vulneráveis. Foram apresentados resultados a todos os grupos; no que respeita ao SO1, foram registadas algumas lacunas na comunicação de informações e no acompanhamento dos progressos. Os dados quantificados, incluindo os dados repartidos por género, eram frequentemente inexistentes. Não foi adoptada uma estratégia específica de execução e de comunicação para as questões GEWE.

QE3: Em que medida a intervenção conseguiu uma utilização óptima do orçamento e do tempo atribuídos?

O gabinete de coordenação do PAM tem uma capacidade limitada em matéria de recursos humanos, mas este facto foi compensado por relações bem estabelecidas e de longa duração com os intervenientes governamentais. No entanto, esta situação é suscetível a mudanças de pessoal, como a rotação política ou a rotação do PAM. A escassez de pessoal foi gerida através da contratação de peritos internacionais, através de acordos de parceria com ONG locais e da cooperação com o Governo, o que contribuiu significativamente para uma execução eficiente.

As capacidades limitadas do pessoal do CO podem ser atenuadas através da adoção de um sistema interno de gestão, acompanhamento e registo, a fim de melhorar a eficiência global da equipa e proporcionar alguma resistência à flutuação do pessoal.

Os recursos financeiros limitados influenciaram a eficiência da execução. Em 2019, a CO não recebeu qualquer contribuição de doadores ou do governo, mas conseguiu mobilizar recursos para executar todas as actividades planeadas, embora com ligeiros atrasos. Durante o período de execução, a pandemia de COVID-19 e as catástrofes relacionadas com o clima afetaram a afetação de fundos e a redefinição de prioridades das actividades, o que levou às alterações acima descritas. Entre 2019 e 2022, a despesa total de 1 860 193 USD representa 36,3 % do total dos recursos afectados de 5 129 915 USD, tal como indicado nos RAC. As contribuições não monetárias dos governos, em particular o envolvimento ativo nas intervenções do PEC, desempenharam um papel crucial na implementação e eficiência. A conceção do PEC não incluía indicadores temporais, marcos e objectivos quantificados. Também não existiam planos de trabalho anuais e apenas foram comunicados os resultados do final do ano.

A eficiência da implementação do SO1 foi elevada. Foram registados alguns atrasos e estrangulamentos, principalmente devido à revisão do PEC e ao aditamento do SO2.

QE4: Em que medida a intervenção é adequada/compatível com outras intervenções num país, sector ou instituição?

O apoio do PAM ao Governo foi totalmente alinhado com os programas nacionais e a sua coerência foi assegurada através da participação direta de representantes do Governo no processo de execução. As organizações da sociedade civil foram parceiros estratégicos, diretamente envolvidos na execução do DEP, e os seus outros trabalhos no país foram realizados em sinergia e comunicação com o PAM. Foram obtidas sinergias com outros programas da ONU e foram executados ou iniciados alguns projectos conjuntos, embora também se tenham observado algumas lacunas e potencialidades por explorar. Os inquiridos das organizações da ONU confirmaram que continuam a considerar o PAM mais como uma agência de resposta a emergências.

Em 2021, registaram-se progressos em matéria de coordenação e parceria com outras organizações das Nações Unidas quando o PAM, juntamente com outras agências das Nações Unidas sob a coordenação do Coordenador Residente, contribuiu para o relatório anual do UNDAF 2017-2021 e para o CCA das Nações

Unidas. No mesmo ano, o PAM presidiu também ao Grupo de Comunicação da ONU e participou nas reuniões da equipa nacional da ONU. Em maio de 2022, foi lançado um projeto conjunto de vários doadores no âmbito do Fundo ODS, em parceria com o FNUAP, a OIT, o UNHABITAT e o Governo de STP.

As sinergias com a FAO não foram abordadas no âmbito do SO1, apesar de estarem previstas na conceção do PEC. Tal como confirmado pelos inquiridos do PAM e da FAO, há espaço para sinergias e sobreposição de focos.

QE5: Em que medida é que a intervenção gerou ou se espera que venha a gerar efeitos positivos ou negativos significativos, intencionais ou não, a um nível mais elevado?

A Lei da Alimentação Escolar foi aprovada pela Assembleia Nacional em agosto de 2022, como resultado de intervenções de longo prazo do PAM. A lei assegura recursos financeiros a longo prazo do governo para o Programa de Alimentação Escolar, um passo crucial para o futuro financiamento autónomo do programa.

Durante o período avaliado, o PAM levou as partes interessadas do governo a assumirem os seguintes compromissos e/ou forneceu provas para o desenvolvimento de políticas, estratégias e planeamento orçamental:

- O SFP aumentou significativamente o acesso das crianças à alimentação e a sua motivação para a frequência escolar, considerada essencial pelo pessoal escolar; menos crianças frequentam a escola nos dias em que não há cantina.
- As intervenções a nível distrital, como as hortas escolares, produziram 876 kg de leguminosas e 77 porcos, assinalando o potencial para fontes de alimentação localmente cultivadas e acessíveis.
- Foi registada uma maior sensibilização para a importância dos alimentos produzidos e consumidos localmente.
- Foi registada uma maior sensibilização para a GEWE e a VBG.
- Os agricultores formados melhoraram as suas competências, utilizando práticas inteligentes em termos climáticos, promovendo a resiliência e estabelecendo ligações com escolas e mercados.
- As partes interessadas do governo receberam ferramentas para dados separados por género, permitindo a conceção de políticas sensíveis ao género; as discussões destacaram a necessidade de capacitar as mulheres pequenas proprietárias, mas não houve nenhuma atividade específica de liderança feminina.

EQ6: Em que medida as actividades e os resultados da intervenção serão sustentados a longo prazo?

Através da capacitação, a intervenção contribuiu para gerar interesse e motivação entre as partes interessadas do governo para continuar com os programas. As capacidades reforçadas do PNASE foram os factores que permitiram a execução sustentável do Programa de Alimentação Escolar. O apoio ao estabelecimento do CONSAN como uma parte interessada respeitada, capaz de organizar reuniões governamentais de alto nível, foi crucial para lançar as bases da sustentabilidade futura.

O reforço das capacidades do MAFRD forneceu os instrumentos e as competências necessárias para prosseguir o trabalho com os pequenos agricultores e desenvolver políticas sensíveis ao género, transferindo o reforço das capacidades para o nível institucional, proporcionando resistência à rotação do pessoal.

Apesar do reconhecimento da sua importância, o programa de alimentação escolar ainda não é sustentável. Um elemento crucial para garantir a sua sustentabilidade e autonomização governamental é assegurar o financiamento e reforçar o compromisso. As capacidades do PNASE precisam de ser reforçadas em termos de melhoria da logística e das ferramentas de monitorização. Para aumentar a viabilidade e a sustentabilidade do SFP a nível escolar, devem ser resolvidas as questões da falta de equipamento, das hortas escolares que não funcionam e do fraco envolvimento dos pais. A ligação entre os produtores locais e as escolas deve ser reforçada, juntamente com o reforço das capacidades e da resiliência dos agricultores.

Conclusões

O PAM ocupa uma posição insubstituível no seio da comunidade de doadores do país, oferecendo soluções com impacto e a longo prazo para o desenvolvimento do país, pelo que é altamente considerado pelas partes interessadas. O PAM está a passar de um papel operacional tradicional para um papel mais transformador. Nestes esforços, deve ser mantida uma abordagem complexa e bem direccionada e devem ser colmatadas algumas lacunas a nível das capacidades internas.

Relevância. O PEC avaliado é altamente pertinente, indo ao encontro das necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e da população afetada. As questões GEWE foram integradas. No entanto, é necessário um processo mais estratégico e diligente para o próximo PEC.

Eficácia. A eficácia foi elevada. A falta de dados quantitativos e de indicadores de base significou que apenas o desempenho qualitativo pôde ser avaliado para fornecer as informações finais. A influência da COVID-19 em toda a eficácia da execução do projeto foi bastante positiva, proporcionando os incentivos para procurar diferentes abordagens para a execução do PEC e incentivando o financiamento ad hoc adicional. Para o futuro PEC, deve ser concebida uma estratégia de género bem definida, incluindo indicadores quantificáveis para avaliar a eficácia e uma almofada de "emergência" para futuras crises e choques potenciais no país.

Eficiência. A eficiência foi adequada às capacidades actuais dos gabinetes de coordenação do PAM, o que aponta para o desafio persistente dos pequenos gabinetes de coordenação. Devido à sua pequena dimensão e à falta de capacidade, é necessário financiar novos efectivos, o que é difícil para os pequenos gabinetes. Faltam alguns instrumentos de planeamento e de acompanhamento da gestão, que poderiam facilitar o trabalho, libertar capacidades e permitir um melhor acompanhamento.

A cooperação com o governo foi harmoniosa e funcionou bem devido a comunicações e relações bem estabelecidas. Apesar da contribuição monetária inicialmente prevista para o CSP, a contribuição do governo foi não monetária, uma vez que o país enfrentava alguns desafios económicos.

Coerência. O PEC foi coerente com os programas nacionais e com outros doadores/actividades. Foram detectadas algumas sobreposições e poderiam ter sido criadas mais sinergias. Há espaço para futuras melhorias neste domínio e é necessária uma melhor coordenação no seio da comunidade de doadores para cumprir os programas e prioridades nacionais.

Impacto. Os resultados obtidos no domínio do reforço das capacidades institucionais foram elevados. No entanto, os impactos indirectos pretendidos a nível comunitário exigem ainda esforços adicionais. Embora o projeto visasse as desigualdades entre homens e mulheres, o impacto na capacitação e independência das mulheres em matéria de liderança foi bastante reduzido.

Sustentabilidade. A sustentabilidade do PEC foi bastante elevada em termos de capacidades criadas e de institucionalização, com algumas limitações relacionadas com a sustentabilidade financeira. É necessário continuar a trabalhar na aplicação da Lei da Alimentação Escolar para garantir os recursos financeiros. O PNASE deve tornar-se autónomo e o compromisso do governo com o programa deve ser reforçado. Deve ser criado um sistema eficiente de gestão de dados para monitorizar a alimentação escolar, em estreita colaboração com o Governo (PNASE) e monitorizado para permitir um planeamento estratégico orientado. As actividades sensíveis ao género que visam diretamente as mulheres líderes poderiam também apoiar a participação ativa dos beneficiários e das comunidades.

Recomendações⁶

Dos resultados da avaliação resultaram quatro recomendações principais e 17 sub-recomendações, acompanhadas pelo Anexo 11, que apresenta "Medidas de ação pormenorizadas" para a resposta dos gestores. Todas as recomendações foram desenvolvidas em consulta com as partes interessadas. Duas recomendações devem ser abordadas a nível estratégico, uma recomendação a nível operacional e uma a nível da orientação baseada nos resultados.

1. Manter a atual posição forte do PAM no país e reposicionar ainda mais o seu papel no próximo período do documento de estratégia, passando de agente operacional a agente de desenvolvimento transformador;
2. Rever, ajustar e reforçar as capacidades internas do CO para uma gestão mais eficiente da execução do PEC;
3. Adotar e utilizar processos unificados de acompanhamento e execução e agir em conformidade com a execução estratégica prevista das questões transversais e da GEWE em todo o documento de estratégia;
4. Assegurar que os temas relacionados com a orientação da estratégia, a abordagem das actividades de ponta a ponta, a cooperação com as partes interessadas e o apoio às boas práticas, superando simultaneamente os desafios, sejam ativamente adoptados no âmbito da execução do novo PEC e, quando não diretamente visados, criem as oportunidades e sinergias pretendidas para os incluir e desenvolver.

⁶ Versão abreviada para efeitos do resumo executivo. A versão integral está disponível em formato PAM no capítulo final do relatório de avaliação.

1. Introdução

1. O consórcio de avaliação composto pelo ICON Institute e 4G eval foi encarregado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) São Tomé e Príncipe (STP) Country Office (CO) de realizar a avaliação descentralizada "Avaliação das actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe". A avaliação foi efectuada tanto à distância como em São Tomé e Príncipe entre junho e dezembro de 2023. Este projeto de relatório apresenta os resultados da avaliação. Para mais pormenores, consulte o resumo dos Termos de Referência (TdR) da avaliação no Anexo 1 e o Cronograma da Avaliação (Anexo 2).

1.1. Características de avaliação

2. **Justificação.** A avaliação foi encomendada pelas seguintes razões
 - Apoiar o planeamento do Plano Estratégico Nacional (PEC) de segunda geração para a OC de STP, a apresentar ao Conselho Executivo até novembro de 2023;
 - Avaliar as actividades de reforço das capacidades do PAM, produzir dados úteis sobre as principais realizações e lições aprendidas com os programas actuais, para melhor informar o novo documento de estratégia por país;
 - Cumprir os requisitos corporativos através da realização de uma Avaliação Descentralizada e de uma Avaliação CSP durante o penúltimo ano do atual CSP (2019-2024)
 - Informar sobre os potenciais domínios de intervenção do PAM no novo documento de estratégia.
3. **Objectivos.** A avaliação tinha o duplo objetivo de avaliar o desempenho do projeto (responsabilização) e de retirar lições valiosas para o seu futuro (aprendizagem). Como tal, combinou elementos sumativos e formativos.
4. **Âmbito.** A avaliação centrou-se nas actividades implementadas pelo PAM e pelos seus parceiros nos seis distritos de São Tomé, em apoio às actividades de reforço das capacidades do governo e das comunidades locais para fornecer alimentação escolar caseira, cadeias de valor alimentar locais sustentáveis e equitativas, estimular os mercados agrícolas locais e fornecer alimentação de resposta de emergência às crianças afectadas pela pandemia da COVID-19. No âmbito dos aspectos analisados - a igualdade entre os sexos e o empoderamento das mulheres, incluindo as abordagens em matéria de direitos humanos, a acessibilidade a oportunidades geradoras de rendimentos para as mulheres e a sustentabilidade ambiental das actividades dos pequenos agricultores foram igualmente analisadas em conformidade com o critério 1b do UNSWAP. A ilha do Príncipe não foi incluída.
5. Em particular, a avaliação centrou-se nas actividades 1 Alimentação Escolar (SF) e 2 Pequenos Agricultores (SHF) implementadas através de uma intervenção de reforço das capacidades no âmbito do Resultado Estratégico 1 (SO1). Em relação à Atividade 3 (resposta de emergência em espécie às crianças afectadas pelas escolas durante a pandemia de COVID-19) no âmbito do Resultado Estratégico (SO2), a avaliação centrou-se apenas na forma como a presença e o trabalho do PAM nas Actividades 1 e 2 permitiram a sua implementação bem sucedida, com a ideia de informar a concepção do novo CSP.
6. O período abrangido por esta missão foi de julho de 2019 a dezembro de 2022.
7. **Principais intervenientes e utilizadores previstos.** A avaliação envolveu um vasto leque de intervenientes internos e externos do PAM (ver Anexo 3 - Lista de intervenientes) que participam diretamente no PEC 2019-2022⁷ implementação e/ou com poder relativo para influenciar o programa.
8. Espera-se que os resultados da avaliação, enquanto tal, sejam úteis para os seguintes públicos-alvo

⁷ 2019 - 2022 é o período de intervenção do PEC de reforço das capacidades avaliado; por conseguinte, utilizamos esta referência para o horizonte temporal da avaliação.

- Intervenientes internos (PAM), incluindo a sede do PAM, Gabinete Regional do PAM para a África Ocidental (RBD) Gabinete Nacional do PAM em STP, bem como o Gabinete de Avaliação do PAM (OEV) e o Conselho Executivo do PAM (CE);
- Parceiros governamentais nacionais;
- Parceiros de execução (organizações não governamentais - ONG);
- Beneficiários, incluindo escolas e pessoal escolar, pequenos agricultores, crianças e pais;
- Doadores (por exemplo, Fundação Chellaram, Governo do Brasil);
- Agências das Nações Unidas (FAO, OIT, UN-HABITAT, UNFPA, UNICEF, OMS, RCO).

9. **Equipa de avaliação.** A tarefa foi conduzida por dois peritos internacionais e um nacional, com competências complementares tanto na avaliação como nos sectores temáticos, incluindo a agricultura, a segurança alimentar e a nutrição, o apoio aos pequenos agricultores, o envolvimento da comunidade e das partes interessadas, a educação formal e informal nas zonas rurais, a integração do género, o género e a inclusão na educação. O processo de avaliação foi ativamente apoiado pelo gabinete nacional durante toda a execução.

10. **Calendário e duração do trabalho de campo.** A missão no terreno teve lugar em setembro de 2023 (ver Anexo 4, Programa da missão no terreno e resumo das pessoas entrevistadas) e foi concluída com duas sessões de informação no país, em que foram apresentadas as conclusões preliminares. Uma das reuniões de balanço foi dirigida aos representantes dos escritórios regionais e nacionais do PAM. A segunda reunião foi realizada para as partes interessadas externas e serviu para recolher reacções adicionais.

1.2. Contexto

11. **Descrição geral.** São Tomé e Príncipe é uma pequena nação insular localizada no Golfo da Guiné, ao largo da costa ocidental da África Central. A República de São Tomé e Príncipe é composta por seis distritos e pela Região Autónoma do Príncipe. A sua população é de cerca de 227.380 pessoas (2022).⁸ De acordo com o Banco Mundial (2021),⁹ cerca de metade dos seus habitantes têm menos de 18 anos, com uma taxa de escolarização no ensino secundário de 89%.¹⁰ Situado no equador, tem um clima equatorial quente e húmido, com uma grande variedade de microclimas definidos principalmente pela precipitação, temperatura e localização. O país é rico em biodiversidade, mas está sujeito a choques climáticos e catástrofes naturais.

12. **Contexto político.** STP tornou-se independente de Portugal em 1975. Após a independência, o país viveu períodos de instabilidade política, com várias mudanças de governo através de golpes e transições democráticas. Atualmente, STP é uma república democrática e adoptou um sistema democrático multipartidário e semi-presidencial, tendo as últimas eleições ocorrido em setembro de 2022. Entre as nações africanas de língua portuguesa, esta jovem democracia destaca-se, ficando apenas atrás de Cabo Verde em termos de estabilidade política e governação democrática.

13. **Economia.** STP é um país de rendimento médio-baixo. Embora a sua dimensão e localização remota possam ser enganadoras, STP goza da vantagem de ter uma população jovem, com um potencial promissor para o desenvolvimento e prosperidade da nação. A economia de STP baseia-se predominantemente na agricultura, sendo o cacau, o café e o óleo de palma as principais exportações. Apesar do seu potencial, o país enfrenta desafios económicos, incluindo a pobreza, a elevada dependência da ajuda externa e uma base de produção pouco diversificada. Além disso, o país é também suscetível a choques comerciais. As dificuldades económicas são sublinhadas por outros desafios, incluindo infra-estruturas limitadas e sistemas de saúde e de educação inadequados. Para ultrapassar os desafios actuais e atenuar o risco de surgirem novos desafios, a diversificação económica e o desenvolvimento sustentável são cruciais para o crescimento do país.

14. Em 2022, STP registou um declínio moderado no crescimento real do PIB, passando de 1,9% em 2021 para uma estimativa de 0,9%. Esta desaceleração pode ser atribuída ao impacto persistente da pandemia de

⁸ Banco Mundial (2022): População, total - São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=ST>

⁹ Banco Mundial (2021): O Banco Mundial em São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/saotome/overview>

¹⁰ Banco Mundial (2017): Matrículas no ensino, secundário (% bruto) - São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SE.SEC.ENRR?locations=ST>

COVID-19 no sector do turismo, um pilar significativo da economia do país. A situação foi ainda agravada pela perturbação do comércio mundial devido à invasão da Ucrânia pela Rússia. STP depende fortemente do turismo, que representou 43,7% das suas receitas em moeda estrangeira em 2021, o que o torna um dos principais contribuintes para o bem-estar económico do país.¹¹ O abrandamento económico foi ainda agravado pelas repercussões da subida dos preços dos alimentos e do petróleo no mercado mundial, que teve um impacto significativo no mercado local de STP. Uma vez que o país importa todo o seu petróleo e aproximadamente metade dos seus alimentos, o aumento dos preços internacionais colocou uma pressão adicional sobre a economia do país, afectando a sua estabilidade financeira global e tornando-o mais vulnerável aos desafios económicos. Esta situação resultou numa inflação galopante.

15. No entanto, as perspectivas para 2023 e 2024 são mais optimistas. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento,¹² prevê-se que o PIB real de STP registe um crescimento modesto, projetado em 1,6% em 2023 e 1,9% em 2024. Esta lenta recuperação é atribuída ao regresso gradual ao comércio global após o rescaldo da pandemia de COVID-19 e à reação do governo aos incentivos internacionais. O Governo aplicou igualmente medidas prudentes em matéria de despesas públicas, o que resultou numa diminuição do défice orçamental. As projecções indicam que o défice orçamental deverá diminuir para 5,5% do PIB em 2023 e para 4,5% em 2024.¹³ Estas medidas incluem medidas de austeridade destinadas a conter a inflação e a promover a estabilidade orçamental. No entanto, a taxa de inflação aumentou de 8,14% em 2021 para 18% em janeiro de 2022, fechando o ano com uma taxa de inflação de 25,2%.¹⁴ Nomeadamente, os esforços do governo e da comunidade internacional em STP dependerão muito da escalada e dos resultados do conflito entre a Rússia e a Ucrânia devido à importação de alimentos e petróleo.

16. **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** O Governo Santomense ratificou a Agenda 2030 mas deu prioridade a 5 (+2) Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes objectivos de desenvolvimento foram escolhidos tendo em conta o índice de desenvolvimento do país, sobretudo a nível económico. De acordo com as Nações Unidas, os ODS escolhidos por STP incluíram os ODS 1, 8, 9, 13, 14, 15 e 16. A primeira estratégia elaborada pelo país teve como objetivo a fome zero (ODS 2) que enumera uma série de constrangimentos e desafios. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de STP identifica os principais desafios para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, apresenta a visão para 2030 e alinha-se com as agendas internacionais, incluindo a Agenda 2030, a Agenda 2063 da União Africana e o Roteiro de SAMOA.

17. **Agricultura.** O sector agrícola em STP pode ser pequeno, mas desempenha um papel crucial na economia do país. O solo fértil e o clima favorável criam as condições ambientais perfeitas para empreendimentos agrícolas sustentáveis e de valor acrescentado em STP. Nomeadamente, a produção de cacau destaca-se como a principal exportação, contribuindo para cerca de 54% do total das exportações em 2021.¹⁵ Além disso, STP exporta outros produtos agrícolas, como o óleo de palma, o chocolate, a pimenta, o óleo de coco e o café. O país tem registado um crescimento promissor na indústria de exportação de chocolate. Além disso, STP está também a aventurar-se na produção de flores tropicais, embora a uma escala relativamente limitada. O óleo de palma está agora a emergir como o novo principal produto de exportação, com a empresa de investimento belga, AGRIPALMA, a desenvolver vastas áreas de terra na parte sul de São Tomé para este fim. As exportações de óleo de palma representam mais de 30 por cento do total das exportações do país.¹⁶ Embora a produção agrícola tenha enfrentado desafios em termos de dimensão do mercado e de rentabilidade, continua a existir um potencial significativo por explorar no mercado dos produtos agrícolas.

18. A agricultura dos pequenos agricultores em STP é de base familiar, dominada pela policultura. A exploração familiar organiza-se em torno de pelo menos uma cultura de rendimento, normalmente destinada à exportação (cacau, pimenta, café) numa superfície média de 2 ha em São Tomé e de cerca de 3

¹¹ Banco Africano de Desenvolvimento (2023): Perspectivas Económicas Africanas 2023, disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2023>

¹² Banco Africano de Desenvolvimento (2023): Perspectivas Económicas de São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://www.afdb.org/en/countries-southern-africa-sao-tome-and-principe/sao-tome-and-principe-economic-outlook>

¹³ Banco Africano de Desenvolvimento (2023): Perspectivas Económicas de São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://www.afdb.org/en/countries-southern-africa-sao-tome-and-principe/sao-tome-and-principe-economic-outlook>

¹⁴ Economia comercial (2023). Disponível em: <https://tradingeconomics.com/sao-tome-and-principe/inflation-cpi>

¹⁵ Administração do Comércio Internacional (2021): Agricultural Sectors and Agribusiness, disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/sao-tome-and-principe-agricultural-sectors-and-agribusiness>

¹⁶ Ibid.

ha no Príncipe, na qual são também cultivadas culturas alimentares, nomeadamente diferentes espécies de bananas e taro. A Comtrade indica que as exportações de STP registaram um valor de 19 milhões de dólares em 2021 (12 milhões de dólares em 2020). Os cinco principais grupos de produtos exportados foram os Produtos Alimentares (60,6%) e os Produtos Agrícolas (34,3%). O lote de terra explorado por cada família é atribuído pelo Estado. As culturas alimentares de base são as bananas (diferentes espécies), as raízes e os tubérculos (mandioca, taro, batata-doce). Todas são muito procuradas no mercado local e cultivadas em associação com outras culturas. A fruta-pão (*Artocarpus altilis*) pode ser encontrada em plantações ou à volta das casas. A produção de cereais limita-se a uma pequena produção de milho, muitas vezes cultivado em parcelas de hortas comerciais ou intercalado com mandioca. Se a banana e o taro são cultivados em plantações (cacau, café), a mandioca e a batata-doce são cultivadas em parcelas de 0,25-0,5 ha em monocultura ou em associação com o milho. Os produtos hortícolas (pimento, tomate, couve-maçã, cenoura, cebola), incluindo o feijão, e os frutos (ananás, citrinos, outros) destinados principalmente ao mercado são cultivados em algumas pequenas parcelas à volta das casas ou junto às plantações. O conjunto destas diferentes culturas e espécies vegetais pode ocupar uma área média de 0,25-0,5 hectares por família. As pequenas explorações enfrentam vários problemas que impedem o seu desenvolvimento, incluindo a irrigação, a falta de apoio técnico ou de centros de formação especializados, o acesso à terra e aos factores de produção.

19. **Acesso a alimentos e hábitos nutricionais.** A alimentação acessível representa um fator fundamental para combater e atingir a meta do ODS 2 de fome zero. O acesso a alimentos de qualidade em STP está diretamente ligado à disponibilidade financeira da sua população, uma vez que a produção nacional do país ainda é baixa, devido a vários factores, o que leva ao consumo de produtos importados. Estes produtos importados estão em constante flutuação de preços devido ao isolamento do país e a outros factores externos, como por exemplo a pandemia ou a subida em flecha da inflação. Assim, nem todos os são-tomenses têm acesso e garantia de uma alimentação e nutrição adequadas, o que constitui um enorme desafio a vencer neste país. A dieta básica dos habitantes consiste essencialmente em banana, arroz, ovos, feijão, mandioca, legumes, fruta-pão, batata-doce, izaquite e inhame que podem ser acompanhados de peixe ou carne (porco, galinha). No entanto, o país tem uma grande capacidade de produção de frutas tropicais, mas o consumo de outras frutas é esporádico e o seu benefício não é reconhecido pela população local. Considerando os dados revelados pela Direção da Protecção Social de São Tomé e Príncipe, a pobreza está mais presente nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres (73%). Este facto demonstra que as mulheres têm menos acesso à alimentação e conseqüentemente aos seus filhos.

20. Isto traz desafios também para o sector da educação. Os desafios relacionados com a alimentação escolar incluem a falta de uma estratégia nacional de alimentação escolar; a consideração inadequada dos almoços escolares nas prioridades e orçamentos nacionais; a capacidade limitada do governo para gerir as operações de alimentação escolar de forma eficaz e equitativa; mecanismos de financiamento inadequados; desafios logísticos que dificultam a entrega de alimentos às escolas; a incapacidade de determinar com exatidão o custo de um programa de alimentação escolar e a extensão e âmbito da participação da comunidade; a fraca mobilização da sociedade civil para apoiar uma transição para a apropriação nacional, incluindo contribuições da comunidade e das associações de pais; e a grande dependência de um cabaz alimentar básico constituído por alimentos importados. É necessário desenvolver uma abordagem abrangente de alimentação escolar em casa (HGSM) que seja transformadora em termos de género e se centre fortemente na aquisição direta de alimentos nutritivos produzidos localmente.

21. Atualmente, **a alimentação escolar** é regulada e apoiada através do PNASE com o apoio de vários parceiros, nomeadamente o PAM. Até 2011, as cantinas escolares eram co-financiadas pelo PAM. A partir de 2012, esta responsabilidade foi gradualmente transferida para o governo de São Tomé, com a assistência do governo brasileiro. Durante o período de transição, foi elaborada e aprovada a Lei n.º 4/2012 (Lei do PNASE). Estes programas, em conjunto, e com o apoio do Programa Nacional de Nutrição (PNN), trabalharam na identificação de ementas de refeições para as escolas, maioritariamente baseadas em produtos locais com maior valor nutricional e com maior disponibilidade no mercado. Apesar de todo o esforço, este programa garante às escolas apenas um prato quente por dia para as 50.000 crianças da educação pré-escolar e do ensino básico que frequentam as escolas de todo o país, com enormes dificuldades a todos os níveis, nomeadamente a nível orçamental, que não está totalmente contemplada no Orçamento Geral do Estado.

22. **Principais directrizes nacionais em matéria de nutrição.** O governo adoptou várias políticas e programas para enfrentar o desafio da segurança alimentar e nutricional:

- Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ERSAN-CPLP);
- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) 2012-2016;
- Elaboração da Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural (CPADR);
- Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) 2012-2023;
- Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN) 2016-2020
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSSA) 2017-2022;
- Estratégia de proteção social;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) 2016-2020 Lei nº 6/2016. Este Conselho tem por missão assegurar a coordenação e o acompanhamento das políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto na segurança alimentar e nutricional, bem como a realização do direito à alimentação adequada em STP, sendo presidido pelo Primeiro-Ministro e liderado por um elemento-chave do Ministério da Agricultura.

23. **Análise da situação nutricional.** A situação nutricional em São Tomé e Príncipe mostra que o atraso de crescimento entre as crianças com menos de cinco anos é de 17,2%, com taxas mais elevadas entre os rapazes do que entre as raparigas (20,5% e 13,9%, respetivamente), enquanto a prevalência de emaciação é de 4%.¹⁷ As taxas de carência de micronutrientes são igualmente alarmantes, com 96% das crianças em idade pré-escolar e 18% das raparigas e mulheres grávidas a sofrerem de carência de vitamina A. A taxa de anemia entre as crianças com menos de 5 anos é de 67,5%, com picos de até 72% no Príncipe. A população adulta de STP também é afetada pela subnutrição: 46,1% das mulheres em idade fértil sofrem de anemia e 8,3% dos homens adultos sofrem de diabetes, em comparação com 7,8% das mulheres. Ao mesmo tempo, 16,9% das mulheres e 7,2% dos homens são obesos. Estes números revelam o fardo múltiplo da subnutrição no país, que afecta particularmente os agregados familiares mais pobres e os chefiados por mulheres. As causas subjacentes à subnutrição são a pobreza, o acesso e a disponibilidade de alimentos. Em média, 84% dos alimentos são comprados, pelo que a questão do acesso desempenha um papel crucial na insegurança alimentar e na subnutrição, mesmo nas zonas rurais. Outros factores desfavoráveis incluem a falta de acesso a água potável e saneamento, habitações insalubres nas *rocas*¹⁸, bem como práticas de higiene insatisfatórias e preparação inadequada dos alimentos. O relatório da UNICEF de 2015 mostrou que apenas 35% da população tinha acesso a sistemas de saneamento melhorados. O alcoolismo, que também afecta as mulheres, e os obstáculos sociais são também grandes desafios que o país enfrenta.

24. **Educação.** Embora STP tenha feito progressos significativos na melhoria do acesso à educação, o sistema continua a debater-se com vários desafios relacionados com a eficiência, a qualidade e a governação. Uma área notável que exige atenção é a educação pré-escolar. O sistema pré-escolar do país também continua subdesenvolvido.¹⁹ Uma situação igualmente crítica ocorre no ensino primário. Outro aspeto preocupante é o facto de aproximadamente 60% dos professores do ensino primário não possuírem as qualificações necessárias.²⁰ Esta escassez de professores qualificados constitui um obstáculo significativo à prestação de um ensino de elevada qualidade e à garantia de que os alunos recebem a melhor experiência de aprendizagem possível. A taxa de alfabetização dos adultos era de 92,82 em 2018, o que reflecte os 50 % de jovens com o ensino secundário e os 42,82 de adultos que sabem ler e escrever e com o ensino secundário ou superior.

25. **Perfil de género** que reflecte o critério 3a do UNSWAP. O artigo 15.1 da Constituição de São Tomé e Príncipe estabelece o princípio da igualdade entre mulheres e homens, garantindo a todos os cidadãos os mesmos direitos, independentemente da sua origem social, raça, sexo ou crença religiosa. O n.º 2 do artigo 15.º estipula que "as mulheres são iguais em direitos e deveres e é garantida a sua participação na vida

¹⁷ Relatório sobre a nutrição mundial (2023) disponível em: <https://globalnutritionreport.org/resources/nutrition-profiles/africa/middle-africa/sao-tome-and-principe/>

¹⁸ Designação local dos assentamentos tradicionais "aldeias" em STP.

¹⁹ Banco Mundial (2014): PROJECTO DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS .

²⁰ GPE (n.d.): Transformar a educação em São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://www.globalpartnership.org/where-we-work/sao-tome-and-principe>

política, económica, social e cultural". A Lei n.º 2/77 relativa ao direito da família concede igualdade de tratamento às mulheres e aos homens. Além disso, STP demonstrou o seu compromisso para com os direitos humanos ao ratificar instrumentos internacionais fundamentais, incluindo a Plataforma de Ação de Pequim em 1995 e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) em 2003. Em 2007, o país estabeleceu uma Estratégia Nacional para a Promoção da Equidade de Género (2012-2017) com a assistência do FNUAP. Na sequência desta estratégia, foi criado o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e da Equidade de Género (INPG) para supervisionar a aplicação das políticas governamentais em matéria de género. O INPG identificou cerca de trinta pontos focais de género nos ministérios e gabinetes distritais. Estes pontos focais são responsáveis pela integração da dimensão do género em todos os aspectos da governação, pela definição de prioridades para os objectivos nacionais e pela implementação de um orçamento sensível ao género. De acordo com a ONU Mulheres, em 2019, "57,7% das mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) tiveram a sua necessidade de planeamento familiar satisfeita com métodos modernos".²¹

26. De acordo com os relatórios sobre o desenvolvimento humano, o índice de desigualdade entre homens e mulheres diminuiu 0,002 em relação a 1992 (GII = 0,627). As disparidades entre os géneros são significativas nos indicadores relativos à percentagem de lugares no parlamento (-85,5% em detrimento das mulheres), à taxa de participação na força de trabalho (15 anos ou mais) (-39,7%) e à população com pelo menos algum ensino secundário (15 anos ou mais) (-14,1%).²² Quanto à alfabetização, tanto as mulheres (91,1%) como os homens (96,5%) têm taxas de alfabetização muito elevadas e muito acima da média da ASS (60,9% e 73,8% para mulheres e homens, respetivamente).²³ Apesar do equilíbrio numérico da população de STP em termos de género, as mulheres estão em maior risco de pobreza do que os homens, com 71,4% das mulheres a viverem abaixo do limiar de pobreza contra 63% dos homens.²⁴ A incidência da pobreza é mais elevada entre as mulheres chefes de família (61,6%) do que entre os homens (55,8%).²⁵ Ao mesmo tempo, quase 60% dos desempregados são mulheres.²⁶ A taxa de participação da força de trabalho entre as mulheres é de 37,9% e entre os homens é de 69,9% em 2022. Em comparação com a participação na força de trabalho no grupo de rendimento médio-baixo, a diferença entre homens e mulheres é menor em STP.²⁷ As elevadas taxas de desemprego de longa duração entre a população, juntamente com as oportunidades limitadas de produção alimentar local e a dependência da importação de alimentos, resultaram numa grave insegurança alimentar baseada no género, em que as mulheres e os jovens foram desproporcionadamente afectados. A situação agravou-se em resultado do impacto socioeconómico da COVID-19.²⁸

27. Embora São Tomé e Príncipe tenha dado passos significativos no sentido da promoção da igualdade entre homens e mulheres, as normas sociais e culturais enraizadas só permitem mudanças lentas e a discriminação com base no género continua a ser uma preocupação a ter em conta.²⁹ Há ainda desafios notáveis que precisam de ser resolvidos. Por exemplo, cerca de 28% das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos casaram ou constituíram uma união antes de completarem 18 anos, o que indica a persistência do casamento infantil no país.³⁰ A violência contra as mulheres é também uma preocupação significativa. Em 2018, 18,1% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos relataram ter sofrido violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior nos 12 meses anteriores, o que indica a necessidade urgente de maiores esforços para combater a violência baseada no género e apoiar os sobreviventes.³¹ É necessária uma avaliação e um acompanhamento mais aprofundados para avaliar o seu impacto e garantir que as políticas relacionadas com o género sejam efetivamente integradas nos processos de governação e de tomada de decisões. Para enfrentar estes desafios, é necessária uma abordagem multifacetada, que inclua reformas legislativas, programas sociais,

²¹ ONU Mulheres (n.d.): São Tomé e Príncipe, disponível em: <https://data.unwomen.org/country/sao-tome-and-principe>

²² Consulte <https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>

²³ <https://genderdata.worldbank.org/countries/sao-tome-and-principe/>

²⁴ PAM: Relatório Anual do PAM sobre São Tomé e Príncipe 2020: disponível em: <docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000125401/download/>

²⁵ PAM: Relatório Anual do PAM sobre São Tomé e Príncipe 2020: disponível em: <docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000125401/download/>

²⁶ <https://data.unwomen.org/country/sao-tome-and-principe>

²⁷ <https://genderdata.worldbank.org/countries/sao-tome-and-principe/>

²⁸ PAM: Relatório Anual do PAM sobre São Tomé e Príncipe 2020: disponível em: <docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000125401/download/>

²⁹ PAM: Relatório anual de São Tomé e Príncipe para o país em 2021, disponível em: <https://www.unicef.org/reports/country-regional-divisional-annual-reports-2021/Sao-Tome-and-Principe>

³⁰ <https://data.unwomen.org/country/sao-tome-and-principe>

³¹ <https://data.unwomen.org/country/sao-tome-and-principe>

educação e campanhas de sensibilização para promover uma sociedade mais equitativa em termos de género, onde os direitos das mulheres sejam protegidos e as suas vozes sejam ouvidas.

28. **Proteção da população em geral.** STP ratificou várias convenções internacionais³² contribuindo para a proteção da população em geral, tais como o PIDCP - Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ratificado em 10 de janeiro de 2017), a Convenção sobre os Direitos da Criança (14 de maio de 1991), a CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (03 de junho de 2003), CERD - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (10 Jan 2017), CDESCR - Convenção Internacional sobre a Eliminação dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (10 Jan 2017), CMW - Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (10 Jan 2017), CRPD - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (05 Nov 2015).

29. **COVID-19 e situação da vacinação.** Tal como todos os países, STP foi afetado pela pandemia de COVID-19. O país registou casos de COVID-19 e foram envidados esforços para conter a propagação do vírus e gerir o seu impacto na saúde pública. Durante a pandemia de COVID-19, a situação fiscal de STP sofreu uma quebra significativa. O país enfrentou desafios, uma vez que os impostos de importação sobre os produtos diminuíram e as exportações foram prejudicadas, o que levou a um aumento do défice orçamental. A pandemia também expôs a vulnerabilidade da produção interna do país, uma vez que era insuficiente para satisfazer as necessidades da população, em especial em termos de abastecimento alimentar, com o país a lutar para responder a seis meses de necessidades alimentares. Antes da pandemia, o governo tinha estabelecido objectivos ambiciosos através do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para 2020-2024. Este plano visava impulsionar o crescimento económico sustentável, gerar oportunidades de emprego, aliviar a pobreza e salvaguardar o ambiente. No entanto, em resposta ao impacto da pandemia, as autoridades desenvolveram uma Estratégia Nacional provisória para a Resiliência Socioeconómica e a Mitigação da COVID-19. O objetivo é reforçar a resiliência no quadro socioeconómico do país e atenuar os efeitos adversos da pandemia nas comunidades vulneráveis. A pandemia levou o governo a reavaliar as suas prioridades de desenvolvimento e a afetar recursos de forma estratégica para enfrentar os desafios imediatos, mantendo-se simultaneamente empenhado nos seus objectivos de desenvolvimento sustentável a longo prazo. Relativamente à vacinação, STP recebeu doses de vacina através da iniciativa COVAX e de outros acordos bilaterais.³³ A campanha de vacinação teve como objetivo proteger a população e controlar a propagação do vírus. De acordo com os dados oficiais da OMS, foram administradas um total de 263 275 doses de vacina até 4 de junho de 2023. A OMS ainda não dispõe de dados mais recentes. 140 256 pessoas receberam pelo menos uma dose de vacina (64,0%) e 34 624 pessoas (15,8%) receberam mais de uma dose de vacina de reforço. 111 986 destas pessoas são consideradas totalmente vacinadas em São Tomé e Príncipe (=51,1%). Isto coloca STP mais no meio-campo inferior em termos de cobertura de imunização. A taxa de vacinação é mais elevada em 147 países.

30. Complementando os esforços do Governo, o PAM prestou apoio em conformidade com as prioridades nacionais e as necessidades actuais. Ao longo dos anos, as operações do PAM passaram da prestação de assistência alimentar direta para o reforço das capacidades institucionais nacionais. Embora o programa de alimentação escolar gerido pelo PAM tenha sido entregue ao Governo em 2015, este último continua a enfrentar alguns desafios operacionais e financeiros.

31. **O papel do PAM no país.** O PAM concluiu com êxito a implementação do plano estratégico nacional transitório-interino. O Ministério da Educação e Ensino Superior, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Saúde (PNASE), continuou a ser o principal parceiro do PAM a partir de 30 de junho de 2019. Foram também reforçadas as parcerias com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) e o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, através do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR). O PAM reposicionou-se em 2020 para garantir um alinhamento rápido com a agenda do Governo e uma resposta estratégica a desafios inesperados e lacunas de capacidade identificadas pelos principais actores nacionais e regionais.

³² https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=151&Lang=EN

³³ OMS (2021): São Tomé e Príncipe atinge o primeiro objetivo global de vacinação contra a COVID-19, vacinando mais de 10% da sua população até ao final de setembro de 2021, disponível em: <https://www.afro.who.int/news/sao-tome-and-principe-reaches-first-global-target-vaccination-against-covid-19-vaccinating>

32. O PAM reforçou a sua parceria com os principais ministérios e partes interessadas do Governo e reforçou a colaboração com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo agências das Nações Unidas e organizações não governamentais internacionais (ONGI). O escritório nacional desempenhou um papel crucial na coordenação dos voos aéreos humanitários para São Tomé e Príncipe durante o encerramento das fronteiras do país.

33. Em conformidade com as conclusões e tirando partido da posição do PAM como parceiro de eleição do Governo, o PAM reforçou as capacidades e as infra-estruturas nacionais para implementar de forma autónoma o programa de alimentação escolar com base no abastecimento local de alimentos produzidos pelos pequenos agricultores, para permitir o diálogo nacional em busca de soluções sustentáveis para fazer face à insegurança alimentar e à dependência de alimentos importados, para rever e implementar políticas e programas de segurança alimentar e nutrição em todo o país e para melhorar o acesso ao mercado por parte dos pequenos agricultores, acentuando o papel das mulheres agricultoras nas cadeias de valor locais.

1.3. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO PAM 2019 - 2024 ³⁴

34. Foco estratégico do CSP. O CSP para São Tomé e Príncipe 2019 - 2024 foi aprovado pelo Conselho do PAM em junho de 2019 com uma duração inicial de julho de 2019 a dezembro de 2024 a um custo total de 1.588.903 USD.

35. O CSP 2019-2024 foi concebido para abordar alguns dos principais desafios e lacunas em matéria de segurança alimentar e nutrição identificados pela Revisão Estratégica Nacional da Fome Zero (ZHSR) e através de consultas com o governo e outros parceiros relativamente à segurança alimentar, nutrição, refeições escolares e agricultura de pequena escala.

36. Com base nas conclusões e recomendações retiradas das avaliações do CSP 2012 - 2016, no âmbito das quais o PAM deixou de prestar apoio direto ao Programa de Alimentação Escolar (2015), surgiu a necessidade de um apoio intenso ao governo na sua busca de uma gestão autónoma do PSA.

37. Em conformidade com a estratégia nacional do governo "São Tomé e Príncipe Agenda de Transformação 2030: O país que queremos construir", em que o governo se compromete a implementar programas e políticas sustentáveis de segurança alimentar e nutrição de forma autónoma até 2030, o PAM concordou em apoiar o governo com assistência técnica para o processo de transição governamental.

38. Embora as refeições escolares continuassem a ser o ponto de entrada para o PAM, o PEC foi orientado para o reforço das capacidades - sublinhando a mudança estratégica do PAM, que, nos últimos anos, se afastou do papel operacional para o papel transformador.

39. Inicialmente, o CSP incluía 1 Resultado Estratégico que visava o reforço da capacidade do governo para implementar um programa de refeições escolares caseiras (HGSM) sustentável do ponto de vista ambiental e social, transformador do género e favorável aos pequenos agricultores, bem como políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e a nutrição em todo o país até 2030, com 4 resultados principais e 2 actividades principais, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 1 -Panorama do plano estratégico nacional de STP

40. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE CSP (2019-2024)
RE 5 - Capacidades reforçadas dos países (Objetivo 17.9 dos ODS)
CAUSAS DE ORIGEM
RESULTADO ESTRATÉGICO 1 O Governo de São Tomé e Príncipe reforçou a capacidade de implementar um programa de refeições escolares caseiras (HGSM) sustentável do ponto de vista ambiental e social, transformador do género e favorável aos pequenos agricultores, bem como políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e a nutrição a nível nacional até 2030.

³⁴ Inicialmente, o PEC estava planeado para 2019-2024, mas mais tarde foi revisto e o período foi ajustado para 2019-2023. No título, fazemos referência ao período inicial e mencionamos o ajustamento no texto.

SAÍDAS:

1.1 As crianças do ensino primário (Nível 3) beneficiam de um quadro nacional melhorado de HGSM [C] para aumentar o seu acesso a alimentos nutritivos (RE 1 e RE 2), melhorar a saúde (ODS 3) e alcançar melhores resultados na educação (ODS 4).

1.2 A população de STP (Nível 3) beneficia de um apoio bem coordenado e equitativo ao mercado agrícola dos pequenos agricultores e das cadeias de valor alimentar locais [C] que facilitam a iniciativa HGSM e aumentam a sua segurança alimentar global (RE 1).

1.3 A população de STP (Nível 3) beneficia de capacidades nacionais reforçadas para operar programas de comunicação de mudança social e comportamental transformadores do género sobre práticas nutricionais [C] que melhoram o seu estado nutricional (RE 2).

1.4 As populações em situação de insegurança alimentar (Nível 3) beneficiam de uma capacidade reforçada do CONSAN para coordenar políticas e programas de segurança alimentar e nutricional equitativos e inclusivos [C] para melhorar a sua segurança alimentar e nutricional (RE 1 e RE 2).

ACTIVIDADE 1

Reforçar as capacidades (nomeadamente através da CSS) do Governo na conceção, gestão e coordenação de um programa de HGSM sustentável do ponto de vista ambiental e social, transformador do género e sensível à nutrição, bem como de políticas e programas de FS&N conexos (categoria de atividade: 4; modalidade: SC).

ACTIVIDADE 2

Fornecer reforço das capacidades e apoio à coordenação ao Governo para incentivar cadeias de valor alimentar locais sustentáveis e equitativas e estimular os mercados agrícolas dos pequenos agricultores (categoria de atividade: 7; modalidade: SC).

41. Em 2019, 2021 e 2022, o PEC foi revisto. O período de execução foi reduzido até dezembro de 2023. Durante o processo de revisão em 2021, foi acrescentado o Resultado Estratégico Adicional 2 com a Atividade 3 de resposta a emergências, juntamente com o ajustamento orçamental no montante total de 7 805 590 USD. Para a linha de visão final - revista (ver Anexo 5).

42. A Teoria da Mudança do PEC. O PAM concebeu uma Teoria da Mudança (TdM) (ver Anexo 6) para definir a abordagem prevista, identificar os pressupostos causais subjacentes aos processos de mudança e proporcionar um entendimento comum das relações causais previstas entre acções, realizações, resultados intermédios e finais.

43. A equipa de avaliação (ET) analisou a ToC existente, a sua lógica e as interligações entre os objectivos específicos particulares, as actividades, os resultados esperados/alcançados e os produtos. Foi observado que cada um dos resultados específicos visa o cumprimento de uma meta dos ODS (17.9 e 2.1) e que a ToC é eficaz na identificação das sinergias para melhorar a resiliência e os resultados nutricionais. A conceção dos resultados enfatizou o envolvimento e o reforço das capacidades de várias partes interessadas, permitindo o desenvolvimento compacto do sector e a realização das metas de intervenção.

44. Juntamente com as conclusões, recomendações e lições aprendidas com a presente avaliação, a ToC é considerada uma ferramenta útil para preparar o caminho para o próximo CSP e para apoiar o seu aperfeiçoamento e ajustamento para continuar a visar os ODS seleccionados e melhorar os meios de subsistência em STP.

45. Objeto avaliado. No entanto, a presente avaliação centra-se apenas nas intervenções no âmbito da SO1, nomeadamente nas Actividades 1 e 2 implementadas durante o período de 1 de julho de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

46. Em certos aspectos, a aplicação e a realização dos objectivos 1 e 2 estão correlacionadas e/ou sobrepõem-se, pelo que nem sempre foi possível separar os dados apresentados. A sobreposição de realizações e dados é fornecida apenas para os aspectos que não puderam ser separados.

47. Realizações do PEC ao longo dos anos. O quadro seguinte apresenta uma panorâmica das realizações e dos progressos ao longo dos anos, no período avaliado, para o SO1 por atividade.

Tabela 2. Visão geral das actividades no âmbito do fluxo de actividades 01 do SO1

Ano	Realizações
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do pessoal dos recursos humanos do PNASE, incluindo os responsáveis pelas cantinas escolares do Ministério da Educação e os responsáveis pelo M&A. • 88 cozinheiros de cantinas em todos os distritos do país foram formados num programa de formação de dois meses sobre nutrição, higiene e alimentação. • Fornecimento de computadores e equipamento informático ao PNASE para o funcionamento do novo sistema de software de logística. A instalação do software foi apoiada financeiramente pelo PAM. • O PAM recrutou um consultor jurídico nacional para rever a lei do PNASE. • O PAM facilitou a participação de uma delegação de alto nível (representantes do Ministério da Educação e do Ensino Superior e do PNASE) no Fórum Mundial de Nutrição Infantil no Camboja (dezembro de 2019). • O PAM prestou assistência financeira ao PNASE para criar pequenos vídeos promocionais sobre o PSA e a importância de incluir produtos locais nas ementas escolares.
2020	<ul style="list-style-type: none"> • A revisão da Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Saúde foi concluída (agosto de 2020) • A campanha de sensibilização sobre a importância do consumo de produtos locais nutritivos nos meios escolares foi apresentada durante a celebração do Dia Africano da Alimentação Escolar (março). • O PAM concedeu um apoio financeiro de 25.000 USD ao PNASE para distribuir rações para levar para casa e materiais de higiene às crianças vulneráveis durante o encerramento das escolas. • O PAM reforçou a capacidade de monitorização do PNASE, apoiando as actividades de monitorização durante os processos de distribuição. (junho - setembro)
2021	<ul style="list-style-type: none"> • Assinou um acordo de parceria com as ONG HELPO (internacional) e ADAPPA (nacional) para apoiar as actividades da horta escolar. • Em parceria com as ONG HELPO e ADAPPA, o PAM reforçou as capacidades do PNASE para ativar 3 hortas comunitárias nos distritos de Caue e Lemba para produzir produtos frescos e nutritivos para os menus escolares. • 3 armazéns e escritórios do PNASE situados em Cantagalo, Caue e Lemba foram adaptados. • Realização de 3 actividades de sensibilização dirigidas às crianças, aos pais e às comunidades sobre a importância do consumo de produtos locais nas escolas, em casa e sobre a necessidade de investimentos em hortas escolares como forma de diversificar as fontes de alimentação escolar, de forma a dar importância às crianças, aos pais e às comunidades. • O PAM (em resposta ao encerramento das escolas devido ao impacto da COVID-19) ajudou 5 000 crianças vulneráveis através de rações alternativas para levar para casa durante o encerramento das escolas.
2022	<ul style="list-style-type: none"> • Lei da Alimentação Escolar aprovada pela Assembleia Nacional (agosto de 2022) • Capacidade do PNASE reforçada através do FLA assinado com a HELPO para a reativação de 2 hortas escolares comunitárias em Cantagalo e Água Grande e para a construção de uma pocilga para 70 porcos em Água Grande. • Foram produzidos 876 kg de legumes no âmbito da cooperação HELPO para apoiar 12 escolas com legumes frescos. • O PAM apoiou o PNASE na reabilitação de 3 armazéns escolares (conclusões dos trabalhos de 2021, março de 2022).

Ano	Realizações
	<ul style="list-style-type: none"> • O PAM doou veículos e bens ao PNASE (julho). • O PAM apoiou o registo dos pequenos agricultores na base de dados gerida pela? • A análise de custo-benefício do PNASE foi elaborada em parceria com a Mastercard, fornecendo benefícios baseados em evidências sobre o HGFP, mostrando que cada 1,00 USD investido no HGFP retorna 6,90 USD para as economias locais se o PNASE continuar a entregar alimentos na escola 100 dias por ano. • Em parceria com o PNASE, no âmbito do projeto ODS, foi realizada uma campanha de sensibilização a nível nacional sobre o consumo de produtos locais nas escolas. • O PAM apoiou a organização da celebração do Dia Africano da Alimentação Escolar para promover o investimento na produção local para a alimentação escolar. • O PMA ajudou o Brasil e o governo, conectando SO1 e SO2 para adquirir produtos orgânicos locais para operações de assistência alimentar.

Tabela 3. Visão geral das actividades no âmbito do fluxo de actividades 02 do SO1

Ano	Realizações
2019	<ul style="list-style-type: none"> • O PAM financiou 2nd e 3rd reuniões do CONSAN (onde também o género foi um tema transversal dos debates e as necessidades de encorajar e capacitar as mulheres pequenas agricultoras para fornecerem produtos saudáveis e de qualidade às cantinas escolares), o Instituto Nacional para a Igualdade e Paridade de Género também participou. • Reforço da cooperação Sul-Sul e da triangulação e do diálogo de alto nível através de visitas do comité interministerial de STP ao Centro de Excelência contra a Fome e a Desnutrição na Costa do Marfim (março de 2019). • A FLA assinou com o CONSAN um acordo para reabilitar e equipar o gabinete, a fim de permitir a realização de reuniões regulares. • A FLA assinou com o Ministério da Agricultura duas sessões de formação para 40 funcionários do CADR (homens e mulheres) sobre a gestão da cadeia de abastecimento de equipamentos e ferramentas que ajudariam os pequenos agricultores a melhorar as suas actividades agrícolas. • O PAM forneceu activos e equipamento ao CADR para permitir a prestação de apoio adequado às mulheres e aos homens agricultores, estimulando o seu acesso ao mercado. • O PAM realizou reuniões de cortesia com o Primeiro-Ministro e representantes de quatro ministérios sobre o reforço do apoio do PAM ao Governo através do PNASE e as vantagens dos investimentos no inovador programa HGSP no país.

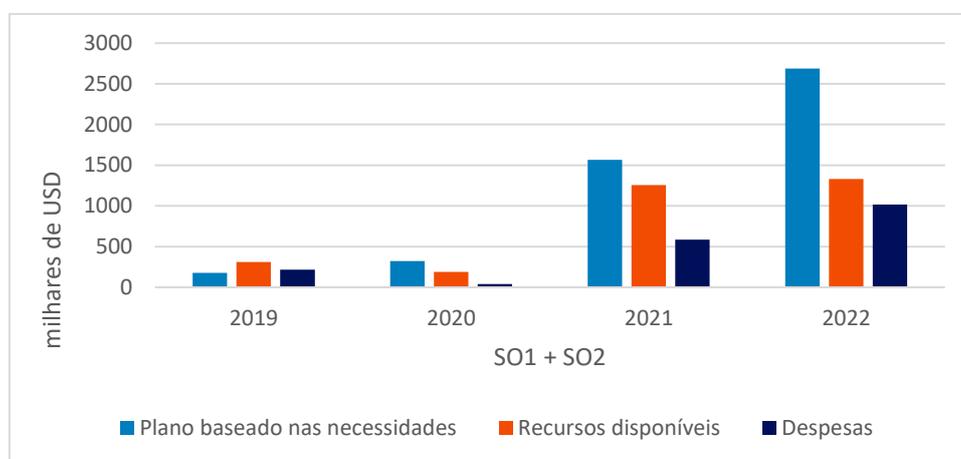
Ano	Realizações
2020	<ul style="list-style-type: none"> • Em cooperação com o CONSAN e o Programa Nacional de Nutrição (PNN), a sensibilização para a segurança alimentar e a nutrição aumentou devido a campanhas de sensibilização sobre a importância de investir na segurança alimentar e nos programas nacionais, juntamente com a campanha sobre a nova proposta de lei relativa à alimentação escolar apresentada ao Governo (outubro de 2020). • No âmbito do projeto MPFT, o PAM prestou apoio técnico e financeiro ao CADR (40 funcionários formados) para formar 568 agregados familiares vulneráveis (na sua maioria chefiados por mulheres) em técnicas agrícolas sustentáveis. • 32 jardineiros receberam formação sobre técnicas de produção em pequenos espaços de cultivo, reciclagem de materiais plásticos e utilização de controlo biológico de pragas, o que levou à reativação de 32 hortas escolares em 6 distritos (através de uma parceria com as ONG HELPO e ADAPPA). • O PAM financiou a criação de uma base de dados e de um sistema de gestão da informação para recolher e gerir os dados relativos aos pequenos agricultores, que serão geridos pelo MAFRD. • O PAM apoiou o Instituto Nacional para a Igualdade e Paridade de Género (INGP) com materiais de sensibilização para a sua campanha de VBG (novembro - dezembro de 2020).
2021	<ul style="list-style-type: none"> • O PAM apoiou o reforço do mandato institucional do CONSAN, participando em reuniões de alto nível a nível nacional e fornecendo-lhes recomendações formuladas sobre estratégias nacionais e planos de desenvolvimento em matéria de segurança alimentar e nutrição. • Criação do sítio Web do CONSAN. • O PAM defendeu com êxito, em cooperação com o MEHE, que o Ministro do MEHE assinasse o compromisso de assinatura da declaração internacional sobre a Iniciativa de Coligação para a Refeição Escolar. • O PAM, cofinanciado pelo BAD, apoiou, através do financiamento e da participação do MAFRD, o seminário de validação da Abordagem Sistemática para Melhores Resultados na Educação (SABER) e o lançamento de uma avaliação agrícola sobre a necessidade de recolher dados sobre a produção alimentar local e as necessidades de capacidade dos pequenos agricultores. Recomendação para introduzir um mecanismo permanente de recolha de dados para monitorizar a produção agrícola no país. • O PAM apoiou o MAFRD na realização de um diagnóstico territorial para o plano de desenvolvimento territorial sustentável. • O PAM doou equipamento informático ao MAFRD e desenvolveu o registo de pequenos agricultores para monitorizar a produção e as necessidades de capacidade. • O PAM, através do Fundo 2030, apoiou o MAFRD na recolha de dados desagregados por sexo e idade sobre a produção local de alimentos e as necessidades em termos de capacidade de SHF, a fim de contribuir para o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género.
2022	<ul style="list-style-type: none"> • Graças ao impacto do reforço das capacidades a longo prazo do PAM e da Cooperação Triangular Sul-Sul (CSST), o exercício SABER foi concluído (fevereiro de 2022). • Equipamento informático entregue ao MAFRD.

48. No âmbito da execução do DEP, o PAM colocou a tónica na criação de parcerias não só com os intervenientes nacionais, mas também com outras instituições da comunidade de doadores, com ONG nacionais e internacionais e com o sector privado. Estas parcerias promoveram as actividades de sensibilização junto do Governo e/ou atraíram fontes adicionais de financiamento para o PAM e para as actividades de vários doadores com presença do PAM no país.

49. Visão geral do orçamento e financiamento do PEC: Aquando da aprovação em junho de 2019, o orçamento total para o PEC era de 1 588 903 USD, quando o PEC incluía apenas o SO1. Após as revisões efectuadas em 2019, 2021 e 2022, foi acrescentado um resultado estratégico adicional - SO2 - e o orçamento total acumulado para o CSP foi de 7 805 590 USD, atribuindo 1 241 933 USD ao SO1 e 6 563 657 USD ao SO2.

50. A figura 1 apresenta uma panorâmica do financiamento total do PEC durante o período de avaliação. O aumento significativo em 2021 e 2022 deveu-se à resposta de emergência à COVID-19 e à integração do segundo resultado estratégico 2 com um orçamento afetado mais elevado, indicado no documento de estratégia revisto.

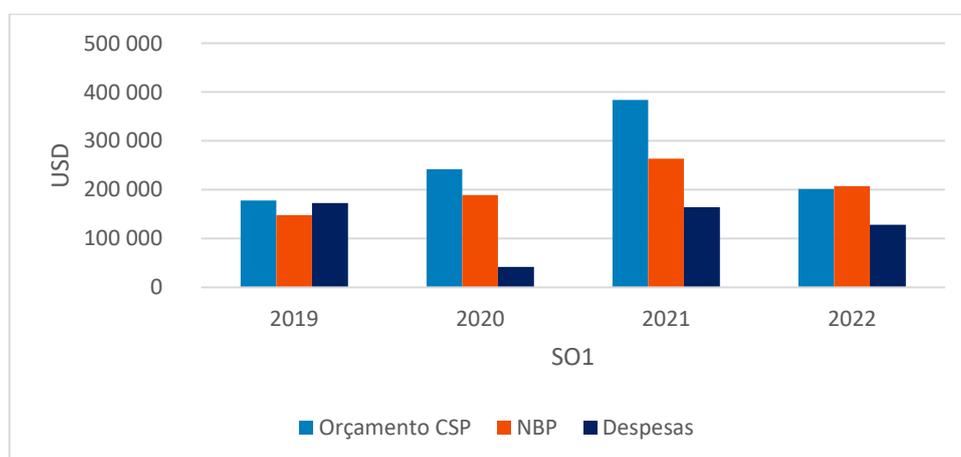
Figura 1. Financiamento da CSP (SO1 + SO2)



Fonte, ACRs 2019 - 2022, CSP 2019 - 2024, Revisão I e III do CSP, 2019, 2022

51. Nomeadamente para o SO1, o financiamento foi o descrito na Figura 2. O orçamento total do PEC 2019-2024 atribuído ao SO1 foi de 1.588.903 USD. Comparando as despesas com o orçamento original do PEC, as despesas em 2019 atingiram 96,8 por cento do orçamento atribuído. Em 2020, as despesas representaram 17,3 por cento do orçamento atribuído ao PEC para esse ano. Devido à resposta à COVID-19, ocorreu a revisão do orçamento do PEC, e a dotação global para o SO1 diminuiu para 1.545.967 USD, tendo o período de execução permanecido inalterado. Nos anos seguintes, as despesas aumentaram para 42,7 por cento em 2021 e 63,8 por cento em 2022, respetivamente. Em 2022, ocorreu a terceira revisão do orçamento do PEC e o orçamento do PEC para o SO1 diminuiu para 1.241.933 USD.

Figura 2. Financiamento do SO1



52. Para actividades específicas no âmbito do OE 1 apresentadas na Figura 2, os indicadores financeiros mostram a evolução do financiamento no período avaliado. Tal como indicado no quadro 3, as intervenções no âmbito da A01 para o período avaliado foram financiadas a partir de 17 % em 2019, 89 % em 2020, 56 % em 2021 e 84 % em 2022. Embora as intervenções no âmbito da A02 em 2019 tenham sido totalmente financiadas, em 2020 o PEC foi revisto devido à redefinição de prioridades para a resposta de emergência à COVID-19 e os recursos foram reafectados ao SO2 recentemente adicionado. Nos restantes anos, as intervenções no âmbito da A02 foram financiadas a partir de 80% em 2021 e 31% em 2022.

Figura 3. Síntese dos indicadores financeiros para as actividades A01

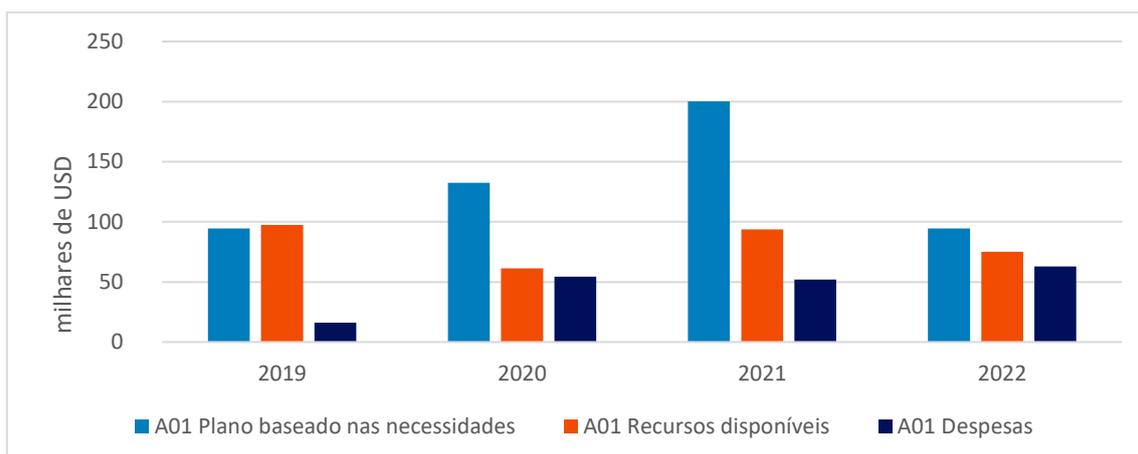


Figura 4. Síntese dos indicadores financeiros para as actividades A02

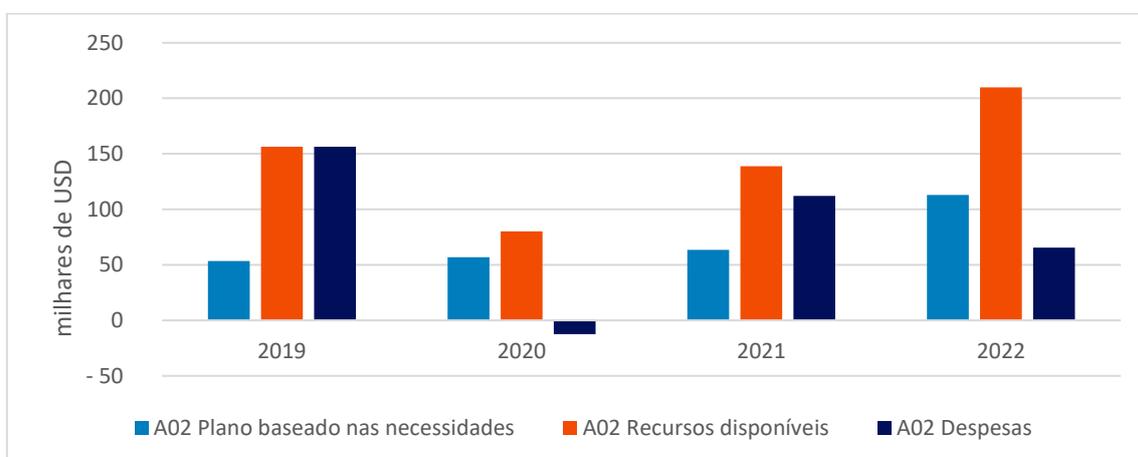


Tabela 4. Percentagem do financiamento do SO1 para a respectiva atividade ao longo dos anos de execução

Atividade/ano	2019	2020	2021	2022
A01	16.6%	88.7%	55.5%	83.7%
A02	99.9%	-15.5%	80.7%	31.2%

53. Igualdade de género: Foi atribuído ao PEC um código GAM (Gender with Age Marker) 3, indicando que, na fase de conceção, integrou plenamente os aspectos de género. Os ACR comunicaram o código GAM para cada atividade, tal como apresentado no quadro seguinte.

Tabela 5. Código GAM por atividade

Atividade	2019	2020	2021	2022
A01	GAM 1	GAM 3	GAM 0	GAM 3
A02	GAM 0	GAM 3	GAM 3	GAM 3
A03	N/A	GAM 1	GAM 3	GAM 3

54. O código GAM 0 significa que a atividade não integra aspectos de género ou idade³⁵, o que foi comunicado no ACR 2019 para A 02 e em 2021 para A01. Em 2019, foi registado o código GAM 1 para a A01, o que significa que os aspectos de género e idade foram parcialmente integrados.

55. O documento de estratégia geral foi concebido com ênfase na integração de uma abordagem de comunicação para a mudança social e comportamental transformadora do género. Os programas e campanhas de comunicação para a mudança social e comportamental transformadora do género foram introduzidos no âmbito do OE 1 para reforçar a importância da igualdade entre os sexos e do empoderamento das mulheres no sector agrícola, na produção e no consumo locais e nas práticas nutricionais. Além disso, foram apoiadas campanhas de sensibilização sobre a inclusão das mulheres no sector da produção agrícola, a criação de oportunidades de emprego dignas e sustentáveis e a VBG, os direitos sexuais e reprodutivos, o casamento precoce e a gravidez nas comunidades rurais. Desde 2022, a ênfase na integração da perspectiva de género foi reforçada com os objectivos do projeto ODS.

56. A intervenção A 02 apoiou o fornecimento de um sistema informático ao MAFRD, que deveria permitir a recolha sistemática de dados repartidos por sexo e idade entre os agricultores rurais, a fim de informar um quadro político, uma programação e estratégias sensíveis ao género. No entanto, esses dados não foram recolhidos nem registados até à data

57. No âmbito dos ACR, no que se refere às componentes de género, embora fizessem parte das intervenções do SO1, com exceção da subactividade - "fornecimento de formação e ferramentas a 568 agregados familiares vulneráveis (HH)" - em que foi dada ênfase às mulheres vulneráveis e foram recolhidos dados quantificados sobre a segregação de géneros (da lista de 511 beneficiários, 464 eram mulheres), não foram comunicados dados sobre a segregação de géneros. As actividades comunicadas para o OE1 durante o período avaliado não forneceram, portanto, dados segregados por género e a proporção de homens e mulheres que participaram só pode ser assumida .

1.4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO, LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

58. A avaliação é de carácter teórico e não experimental. Segue uma abordagem de método misto que combina métodos quantitativos e qualitativos. Abrange seis critérios de avaliação: Relevância, Eficácia, Eficiência, Coerência, Impacto e Sustentabilidade.

59. Os dados foram recolhidos a partir de fontes primárias e secundárias. Os principais métodos de recolha de dados incluíram:

- Uma análise documental da documentação relevante, incluindo documentação programática (a nível nacional e do programa), documentação de acompanhamento, relatórios narrativos e financeiros e literatura de referência;
- Entrevistas remotas e presenciais a informadores-chave (KII) com os intervenientes na intervenção, incluindo o PAM, o governo e os parceiros de execução e os doadores;
- Discussões de grupos de discussão separadas por género (FGDs) com as partes interessadas nacionais, incluindo crianças, pequenos agricultores, pessoal escolar e pais;
- Inquéritos por questionário, aplicados tanto em linha como presencialmente.

³⁵ <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000114268/download/>

60. No total, 662 pessoas, das quais 502 do sexo feminino, foram consultadas no âmbito desta avaliação. O quadro seguinte resume o conjunto de provas recolhidas durante a avaliação, por método de recolha de dados.

Mesa 6. Métodos de recolha de dados e dimensão da amostra

Método de recolha de dados	Fontes analisadas e dimensão da amostra incluída
Revisão da secretária	57 fontes analisadas
Entrevistas semi-estruturadas	12 KIIs com representantes de organizações (total de 15 informadores, 4 do sexo feminino e 11 do sexo masculino) 10 KIIs com agricultores (total de 10 informantes, 5 mulheres, 5 homens)
Discussões em grupo	10 DGF com pessoal escolar e pais (total de 94 participantes, 60 do sexo feminino e 34 do sexo masculino) 20 DGF com crianças em idade escolar (total de 116, 60 raparigas, 56 rapazes) 4 DGF com agricultores (total de 27 participantes, 24 do sexo feminino e 3 do sexo masculino) 1 DGF com as partes interessadas na apresentação preliminar dos dados (PAM, ADAPPA, HELPO, MAFRD) (total de 7 participantes, 1 mulher, 6 homens)
Inquérito em linha	Foram recolhidas 15 respostas de informadores-chave de organizações (total de 15 informadores, 4 do sexo feminino e 11 do sexo masculino)
Inquérito aos agricultores	378 inquiridos (334 do sexo feminino e 44 do sexo masculino).

61. As provas recolhidas foram trianguladas por fonte e método para formular conclusões que correspondem à estrutura de uma matriz de avaliação (ver Anexo 7). Na formulação das conclusões que respondem às questões de avaliação, o presente relatório distingue claramente entre opiniões, análises (de peritos) ou provas objetivamente verificáveis.

62. Os critérios do UNSWAP foram respeitados para integrar as questões de género e garantir a coerência com as orientações do UNEG durante todo o processo de avaliação. As considerações de género foram integradas ao longo da conceção da avaliação, incluindo questões e medidas de avaliação específicas na recolha de dados (tais como FGDs desagregados).

63. A metodologia detalhada e os métodos de recolha de dados são apresentados no Anexo 8 e no Anexo 10, juntamente com a Matriz de Avaliação (Anexo 7), a Teoria da Mudança (Anexo 6) e as Considerações Éticas (Anexo 9). Durante a execução desta tarefa, a equipa de avaliação comprometeu-se a respeitar as orientações das Nações Unidas sobre investigação ética³⁶ que eram relevantes para o âmbito da avaliação. Nomeadamente, foram postas em prática e asseguradas seis medidas principais: consentimento informado, privacidade e confidencialidade, segurança e proteção dos dados, integridade e análise dos dados, minimização dos danos, respeito pelas sensibilidades culturais, equidade e justiça, conflito de interesses. Tanto a metodologia proposta como o âmbito da missão foram apresentados e validados pelos representantes dos escritórios nacionais, regionais e da sede do PAM durante a reunião de validação em linha da fase inicial, em julho de 2023.

64. A avaliação deparou-se com algumas limitações e desafios relacionados com a disponibilidade de dados. Algumas das informações de base e dos indicadores quantitativos estavam ausentes, bem como alguns dos documentos referidos, como a análise de base de género de 2017. Para ultrapassar este problema, a equipa de avaliação deu prioridade a entrevistas exaustivas com o pessoal do PAM, incluindo funcionários no terreno, parceiros de execução, homólogos governamentais e outras partes interessadas (Anexo 3). Por

³⁶ <https://www.unevaluation.org/document/detail/2866>

consequente, alguns dos dados quantitativos recolhidos e registados durante o processo de avaliação fornecem informações finais que podem ser utilizadas para o próximo PEC 2024-2028.

65. Outro desafio foi o facto de a lista de pequenos agricultores (PPA) envolvidos no PEC avaliado ter sido fornecida apenas durante a missão no terreno, sendo os dados relacionados apresentados apenas mais tarde. No entanto, a equipa de avaliação já tinha previsto este possível obstáculo na fase inicial e abordou-o na conceção da metodologia. A equipa de enumeradores locais foi mobilizada no país antes da chegada dos peritos internacionais. A formação inicial teve lugar durante a presença dos peritos internacionais de avaliação no país, juntamente com a recolha de dados piloto e os questionários feitos à medida. A maior parte dos dados foi recolhida durante a missão de campo dos peritos internacionais e os restantes dados foram recolhidos sob a supervisão de um perito nacional.

66. Outra questão prende-se com a lista de escolas a visitar, que não estava completa. A amostragem foi feita em cooperação direta com o CO de STP, reflectindo os critérios definidos no relatório inicial, tais como a dimensão da escola, o nível de desenvolvimento, a acessibilidade e a localização geográfica.

67. Todas as limitações foram abordadas através da triangulação para garantir que as conclusões fossem válidas, imparciais, independentes e credíveis. A equipa de avaliação considera que lhe foi fornecida informação suficiente e adequada, garantindo a boa avaliabilidade do PEC em causa.

2. Resultados da avaliação

2.1. RELEVÂNCIA

QE 1: Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e das populações afectadas?

EQ 1.1 Em que medida as actividades e os resultados do apoio do PAM ao Governo são coerentes com a meta global, os objectivos e o impacto previsto?

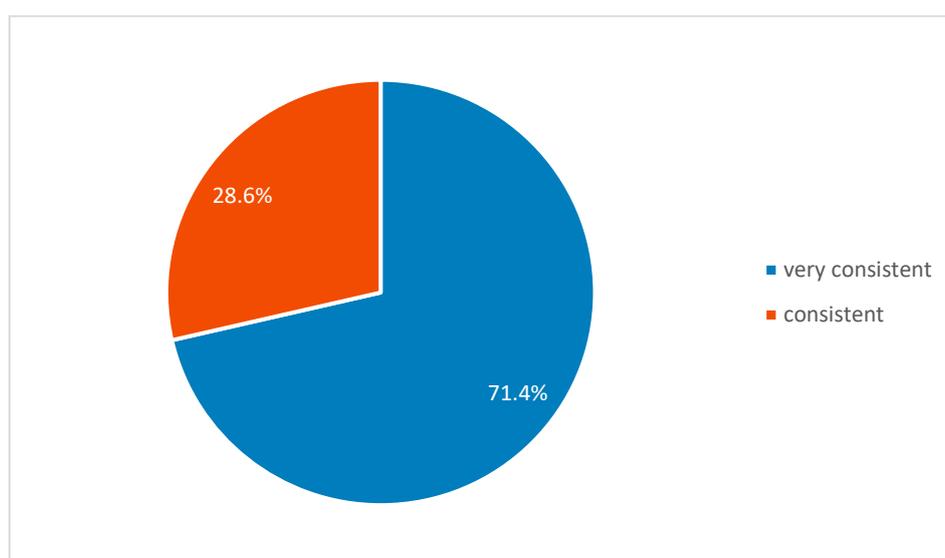
Encontrar 10 PEC foi concebido de forma coerente.

68. O objetivo geral do apoio do PAM ao Governo estava em conformidade com o Objetivo Estratégico (OE) 2 do Quadro Corporativo Revisto do PAM (2017-2021) - Parceiro para apoiar a implementação dos ODS. No âmbito do SG2, foi escolhido o Objetivo Estratégico 4 - Apoiar a implementação dos ODS, com vista ao cumprimento do Resultado Estratégico 5 - Os países reforçaram a capacidade de implementar os ODS. As actividades e os resultados do CSP correspondem às orientações dadas no âmbito do quadro acima mencionado e baseiam-se nas boas práticas anteriores, nas lições aprendidas e nas recomendações fornecidas ao PAM no âmbito das avaliações das operações regionais 2013-2016 e da avaliação operacional nacional 2012-2016. A estrutura do PEC avaliado, construída em torno de actividades de reforço das capacidades no âmbito do SO1, correspondeu ao seu enfoque temático e apoiou a mudança estratégica do papel operacional do PAM nos últimos anos para um papel transformador.

69. Uma vez que o reforço das capacidades deve contribuir indiretamente para a redução das taxas de subnutrição, para o empoderamento das mulheres e para a realização de progressos no sentido da igualdade entre os sexos, tanto o pessoal do PAM como os representantes do Governo confirmaram que consideram o quadro de resultados do DEP coerente e em conformidade com o que se pretende fazer e com o papel do PAM no país.

70. No âmbito do inquérito por questionário, todos os principais inquiridos do Governo, das agências das Nações Unidas e dos parceiros no país indicaram que as actividades e os resultados do PAM para o Governo são muito coerentes (71,4%) ou coerentes (28,6%) com as metas, os objectivos e o impacto pretendidos.

Figura 5. Percepção da coerência entre as actividades e realizações do PEC e os seus resultados de nível superior



71. Na sua opinião, a intervenção visou os principais desafios do país, como a pobreza e a insegurança alimentar das crianças em idade escolar, o abandono escolar quando a alimentação escolar não está a

funcionar, a falta de envolvimento sistemático dos pequenos agricultores na produção local de alimentos e a elevada dependência de produtos alimentares importados.

EQ 1.2 Até que ponto o quadro de resultados é adequado e está em conformidade com os requisitos nacionais, incluindo a cadeia de resultados, tal como estabelecido na teoria da mudança?

Encontrar 2: O PAM é o parceiro de eleição dos governos. O quadro de resultados e a teoria da mudança estão alinhados com os resultados esperados.

72. Não foram impostos requisitos nacionais específicos à sua conceção e, de acordo com a análise da equipa de vários documentos, esses requisitos não existem. O PAM é o parceiro de eleição do Governo no seu compromisso de consolidar e melhorar o programa nacional de alimentação escolar e de saúde, tal como referido no documento CSP e confirmado por várias partes interessadas do Governo e pelo pessoal do PAM. Uma das partes interessadas do governo declarou *"Temos uma longa história de cooperação com o PAM e este é um parceiro importante para nós. As nossas prioridades e o seu trabalho encaixam-se"*.

73. Outro inquirido do governo mencionou *"O Programa de Alimentação Escolar é importante para nós e vai continuar a sê-lo (...). O papel do PAM está a mudar, mas continua a ser um parceiro importante para nós."*

74. Tanto o Quadro de Resultados como a Teoria da Mudança foram concebidos para dar resposta às necessidades e prioridades identificadas conjuntamente pelo Governo, ao mesmo tempo que se enquadravam no âmbito do enfoque do PAM e correspondiam ao Objetivo Estratégico (OE) 2 escolhido, de acordo com o Quadro Empresarial Revisto do PAM (2017-2021).

75. Os principais inquiridos do governo, das organizações das Nações Unidas e do PAM consideram o quadro de resultados adequado, tangível e alinhado com as prioridades nacionais.

EQ 1.3 Como é que as organizações nacionais e locais e outros actores da sociedade civil participaram na conceção, execução e acompanhamento do projeto?

Encontrar 3. O PEC foi concebido em consulta com as partes interessadas do governo e incorporando as reacções das ONG locais e de outras partes interessadas.

76. No âmbito do processo de conceção do DEP, foram incorporadas e reflectidas as necessidades dos intervenientes governamentais. Foi aplicada uma abordagem participativa na conceção do DEP, uma vez que o PAM foi diretamente solicitado pelo Governo a prestar assistência técnica na tentativa de implementar autonomamente programas e políticas sustentáveis de segurança alimentar e nutrição até 2030. Isto também foi confirmado pelo inquirido do MAFRD: *"As actividades e os resultados do apoio do PAM ao Governo são estabelecidos através de uma abordagem muito participativa, incluindo com o Governo, com base nas necessidades reais apresentadas pelo próprio Governo."*

77. Conforme relatado pelo pessoal do PAM e confirmado por representantes de duas ONG locais, as partes interessadas tiveram tempo e oportunidade de participar na reunião em que o foco do CSP seria discutido. Um dos inquiridos referiu que pensa que foi em 2017, confirmando a afirmação constante da conceção do PEC de que o PAM realizou consultas com várias partes interessadas em 2016, 2017 e 2018.

78. Os inquiridos das estruturas governamentais (MAFRD, PNASE, CATAP, CONSAN) também destacaram uma abordagem participativa na conceção, planeamento e implementação das intervenções em que foram respetivamente incluídos e/ou quando relevante para a sua área de intervenção. Na sua opinião, a intervenção está alinhada com a respectiva estratégia (MAFRD, PNASE). Na sua opinião, o PEC visou os principais desafios do país, tais como a pobreza e a insegurança alimentar das crianças em idade escolar, o abandono escolar quando a alimentação escolar não está a funcionar, a falta de envolvimento sistemático dos pequenos agricultores na produção local de alimentos e a elevada dependência de produtos alimentares importados.

79. Os inquiridos do pessoal do PAM e do MAFRD repetiram sistematicamente que todas as partes interessadas, incluindo as da sociedade civil, estão envolvidas em todas as fases do ciclo do projeto ou do programa.

Encontrar 4: A participação das ONG locais na execução e no acompanhamento do PEC foi assegurada pelos mecanismos operacionais habituais do PAM, enquanto algumas partes interessadas nacionais

relevantes, com um potencial contributo significativo para os resultados da intervenção, não foram envolvidas.

80. O PAM estabeleceu uma abordagem operacional para cooperar com as organizações de execução através da assinatura de um acordo a nível local (FLA). Tal como confirmado pelo pessoal do PAM, *"o PAM assina um AQA com as OSC, em que são especificadas as responsabilidades e obrigações das partes e os prazos de entrega.*

81. No âmbito da execução, foram assinados dois acordos de parceria com a ONG internacional HELPO e a ONG nacional ADAPPA. Cada uma destas ONG contribuiu para a execução do DEP nos domínios em que se concentrava - apoio à introdução de hortas escolares e reforço das capacidades dos agricultores. Após a revisão do DEP e a adição do SO2, ambas as ONG participaram igualmente na execução do A03.

82. Os inquiridos consideram que a parceria com a ADAPPA é relevante e permite trabalhar ao nível comunitário, uma vez que a ADAPPA tem *"uma rede de trabalhadores no terreno e conhece muito bem as comunidades e as suas necessidades"* (PAM). Por outro lado, o representante do MAFRD afirma que *"da mesma forma, a rede de agentes de extensão pode ser usada de uma forma mais eficiente, uma vez que os agentes não precisam de fundos extra para cobrir os seus salários, uma vez que são pagos pelo Governo de qualquer forma"*. Isto também foi apoiado por um inquirido da FAO.

83. Embora nos documentos de estratégia anteriores as associações de pais estivessem ativamente envolvidas, a sua participação estava ausente, muitas vezes devido à sua não-funcionalidade. No entanto, tal como confirmado durante as discussões dos grupos de centragem nas escolas e pelo PNASE, se os pais apresentarem a sua voz em nome da associação de pais, esta pode ser mais ouvida e a sua capacidade de comunicar com a comunidade aumenta.

EQ 1.4 A intervenção está alinhada com as prioridades do Governo, dos parceiros do PAM, das agências das Nações Unidas e das políticas dos doadores?

Encontrar 5: O CSP foi enquadrado e alinhado com a Agenda 2030 de Transformação de São Tomé e Príncipe: "O país que precisamos de construir", as recomendações da Revisão da Estratégia Fome Zero, a Agenda 2030 e outras políticas dos doadores.

84. Os desafios remanescentes relacionados com a capacidade dos governos de se tornarem autónomos na execução dos programas e políticas sustentáveis de segurança alimentar e nutrição até 2030 constituíram uma forte justificação para o PAM alinhar a sua intervenção com as políticas e prioridades governamentais.

85. O PEC foi concebido para visar as prioridades da agenda supramencionada, que está alinhada com a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2017-2020 e corresponde ao PDN 2017-2021, que define os seus principais objectivos para o crescimento económico, a redução da pobreza, a redução da dependência de produtos importados e a proteção do ambiente.

86. Outro documento que foi considerado durante a conceção do CSP foi o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para 2012 - 2023 e o Programa Nacional de Nutrição, que delinea as prioridades governamentais relacionadas com a segurança alimentar e a redução das taxas de malnutrição até 2030. No âmbito das prioridades, é definido o objetivo de *"aumentar a produção de alimentos básicos e melhorar o sistema de comercialização, limitando as importações de alimentos e promovendo uma economia de subsistência rentável que aumente os rendimentos dos pequenos agricultores e, conseqüentemente, reduza a pobreza"*.

87. A fim de promover a coordenação multisectorial nacional em matéria de segurança alimentar e nutricional, foi assegurado o alinhamento com a estratégia regional da CPLP.

88. Na sua qualidade de organização das Nações Unidas, o PAM assegurou o alinhamento do DEP com as três áreas prioritárias do Quadro de Desenvolvimento das Nações Unidas para 2017-2021 (UNDAF). Por sua vez, o UNDAF está totalmente alinhado com os planos nacionais, com base nas vantagens comparativas das várias organizações das Nações Unidas que trabalham no país.

89. Todos os inquiridos confirmaram que, na sua opinião, o PEC está alinhado com as políticas nacionais e as prioridades governamentais. Alguns deles mencionaram que também se apercebem do alinhamento com as prioridades de outras instituições da ONU, como o PNUD, a UNICEF e a FAO, embora cada organização

tenha o seu próprio enfoque. Os entrevistados afirmaram frequentemente que o PAM é reconhecido pela segurança alimentar em São Tomé e Príncipe, incluindo a nutrição e a educação.

EQ1.5 Em que medida é que as questões de GEWE foram integradas na conceção e implementação do reforço das capacidades do PAM e da assistência de resposta a emergências em todo o país?

Encontrar 6: As questões de GEWE foram incluídas no PEC, mas poderiam ser mais integradas e operacionalizadas nos objectivos específicos 1 e 2.

90. No Índice de Desigualdade de Género 2018, STP ficou em 131º lugar entre 160 países. Neste sentido, o desenho do CSP, consultado participativamente com o governo e outras partes interessadas, reagiu às desigualdades persistentes no país, incorporando a abordagem transformadora de género HGSM (A01) juntamente com a segurança alimentar, políticas nutricionais, estímulos às cadeias nacionais de valores alimentares e acesso equitativo aos mercados para mulheres e homens. O projeto do PEC foi atribuído com o código GaM 03.

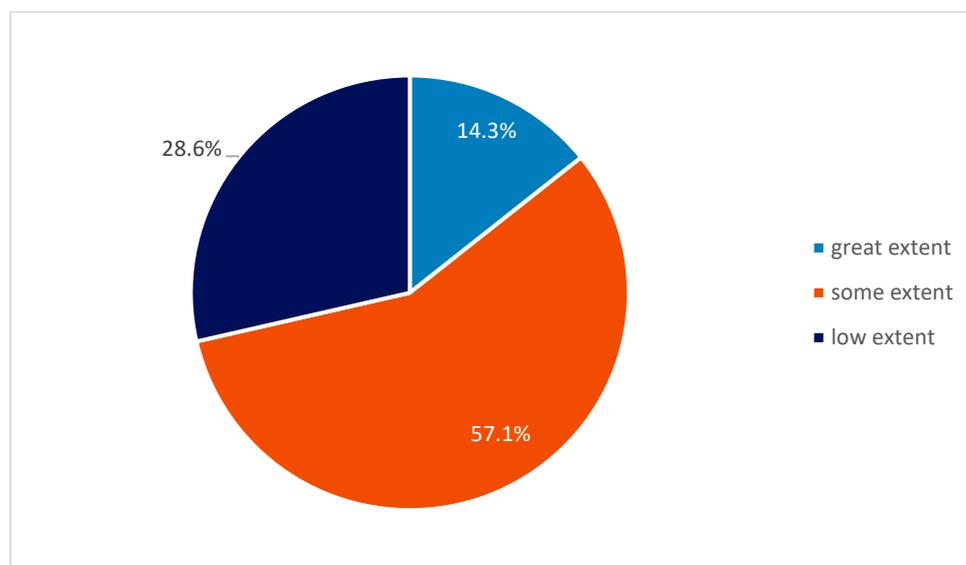
91. No âmbito do OE 1, foram realizadas algumas intervenções de integração da perspetiva de género. Em cooperação com o Instituto Nacional para a Igualdade e Paridade de Género, foram realizadas várias campanhas de sensibilização centradas em questões de GEWE. Nas reuniões do CONSAN, foram debatidas as necessidades de incentivar e capacitar as mulheres pequenas agricultoras para fornecerem produtos saudáveis e de qualidade às cantinas escolares. O MAFRD foi equipado com software para recolher dados desagregados por sexo e idade sobre a produção local de alimentos e as necessidades em termos de capacidade das FSS, a fim de contribuir para o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género. No entanto, nenhum dos parceiros (com exceção de uma subactividade) forneceu ao PAM dados repartidos por sexo relativos às suas actividades.

92. O PAM decidiu assegurar que a conceção e a execução das actividades do Governo fossem transformadoras em termos de género e atendessem às necessidades e interesses dos grupos vulneráveis. O combate às desigualdades entre os sexos e o acompanhamento dos progressos foram reconhecidos como importantes e transversais a todas as actividades pelo PAM e pelo pessoal governamental entrevistado. No entanto, os entrevistados do PAM admitiram que *"no âmbito do programa, não existia uma estratégia específica de comunicação sobre a igualdade entre os sexos"* e que *"quando realizamos algumas actividades, temos o cuidado de abordar as desigualdades e de sermos sensíveis, mas isso é mais intuitivo do que baseado numa abordagem estabelecida"*. As actividades governamentais não dispunham de qualquer instrumento de acompanhamento dos progressos em matéria de GEWE.

93. No âmbito do SO2 - no âmbito da resposta de emergência à COVID-19 - foram comunicados indicadores quantificados nos RAC, demonstrando a distribuição equitativa da assistência alimentar às escolas, tanto para raparigas como para rapazes.

94. Globalmente, mais de metade dos informadores-chave consideraram que as questões de GEWE foram incorporadas na conceção e execução da intervenção até certo ponto (57,1%). Algumas das partes interessadas entrevistadas expressaram que o apoio à GEWE deveria ser reforçado e que deveriam ser incorporadas actividades dirigidas às mulheres.

Figura 6. Percepção dos informadores-chave sobre a incorporação da GEWE na conceção e execução da intervenção



2.2. EFICÁCIA

QE 2: Em que medida a intervenção alcançou, ou se espera que alcance, os seus objectivos e resultados?

EQ 2.1 Em que medida é que a intervenção ajudou o governo a atingir as suas prioridades e objectivos nacionais?

Encontrar 7: As intervenções do PEC contribuíram, em certa medida, para a realização das prioridades do governo, principalmente através de intervenções qualitativas do Reforço das Capacidades do País (RCP) e da criação de mecanismos a longo prazo de apoio à autonomia do governo.

95. As prioridades e objectivos nacionais são enquadrados pela Agenda de Transformação 2030 sustentada pela Visão "São Tomé e Príncipe 2030: o País que queremos construir". O cronograma de intervenção coincidiu com o PND 2017-2021, enquanto primeiro plano operacional da Agenda de Transformação STP 2030, e com o PNDS 2020-2024. O PND 2017-2021 estabeleceu a implementação institucional e o mecanismo de monitorização, que não estavam funcionais em 2022³⁷ ou durante o período de avaliação. Atualmente, não existe um relatório atualizado sobre as realizações das prioridades nacionais.

96. Com base nas prioridades e objectivos governamentais declarados a longo prazo (que estavam alinhados com a conceção do PEC), foram identificadas as seguintes contribuições para a sua realização, com base na análise dos ACR, nos relatórios das agências de execução parceiras (relatórios HELPO, ADAPPA) e em entrevistas com as partes interessadas:

- **Processo de fortalecimento do PNAE.** Graças à aprovação da Lei de Alimentação Escolar, o próximo passo importante para um Programa de Alimentação Escolar mais autónomo e autossuficiente foi alcançado. Este passo deverá ajudar o governo no seu caminho para se tornar autónomo e reunir os recursos financeiros necessários para o funcionamento autónomo do PNAE.
- **Melhoria dos antecedentes técnicos, das infra-estruturas logísticas e de armazenamento e reforço das capacidades do PNAE,** resultando em capacidades reforçadas para a implementação do SFP, contribuindo por sua vez para os objectivos de 2030 de alcançar a segurança alimentar e diminuir a desnutrição. Além disso, isto deverá contribuir para a realização de um elevado número

³⁷ [Governo de São Tomé e Príncipe: Agenda de Transformação no Horizonte - 2030](#). Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de desenvolvimento São Tomé e Príncipe, Londres, 14-15 de outubro de 2015.

de matrículas de crianças no ensino primário e para a paridade de género na frequência escolar nas escolas primárias. Tal como confirmado pelo anterior relatório de avaliação do PEC e pelos participantes das discussões dos grupos de centragem na escola, existe uma ligação clara entre o fornecimento de refeições nas escolas e a assiduidade das crianças.

- **Fortalecimento do papel do CONSAN**, que se tornou um forte ator de advocacia, influenciando positivamente o desenvolvimento de políticas relacionadas com a segurança alimentar e a nutrição. O CONSAN também desempenhou um papel importante durante a apresentação da Lei da Alimentação Escolar ao governo.
- **Reforço das capacidades do MAFRD através do fornecimento de software de gestão de dados**, de instrumentos de controlo e de estudos baseados em dados concretos. É provável que estes apoiem ainda mais o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género, destinadas a garantir uma produção agrícola nacional sustentável, a reforçar a autossuficiência e a proporcionar segurança alimentar e crescimento económico.
- **Capacitação de agricultores vulneráveis**, com foco nas mulheres, em práticas agrícolas sustentáveis e produção local de alimentos. Esta é uma das principais premissas para construir uma produção agrícola resiliente, eliminar as desigualdades de género e garantir a segurança alimentar do país, ao mesmo tempo que diminui a quantidade de alimentos importados.
- **Sensibilização para as desigualdades de género e sua desconstrução**, incluindo a VBG, a necessidade de integração das mulheres no sector agrícola, a necessidade de investimento na produção local e os benefícios do consumo de produtos locais.

97. Foram registadas outras realizações relacionadas com actividades de resposta a emergências de SO2 em que foi prestado apoio direto. No entanto, estas intervenções não são objeto da presente avaliação.

EQ 2.2 O programa foi afetado pela COVID-19 e como lidou com as consequências a curto e longo prazo? Especificamente, o programa ofereceu alguma vantagem na resposta à pandemia de COVID-19 em STP?

Encontrar 8: O período da COVID-19 confirmou o papel do PAM no país como um fornecedor de resposta de emergência bem estabelecido e reconhecido, capaz de mobilizar rapidamente os recursos. Em reação à situação, o CSP foi integrado com uma componente adicional - Resultado Estratégico 2 - centrada na resposta a crises.

98. Com o surgimento da COVID-19, o PAM provou o seu papel de interveniente bem estabelecido e reconhecido para dar resposta a emergências no país. De acordo com os inquiridos do PAM, o PAM aproveitou a sua experiência global e de longo prazo na resposta a emergências. Graças ao reconhecimento do PAM como uma agência de resposta a emergências, *"o Governo contactou o PAM para pedir apoio; foram mobilizados recursos num curto espaço de tempo para poder responder"*.

99. De acordo com um inquirido do CATAP, o PAM foi o primeiro a responder às necessidades da COVID-19. Em atividade conjunta com o CATAP, avaliaram as reservas alimentares no início da pandemia.

100. O inquirido do MAFRD acrescentou que o PAM apoiou o desenvolvimento do plano de resposta nacional em 2020, que foi um documento crucial que permitiu a abordagem estratégica e organizada do governo para fazer face à resposta à COVID-19.

101. Um novo resultado estratégico de resposta a crises (SO2) foi integrado no DEP e manteve-se até ao final da sua execução, após outras revisões. Através das actividades do SO2, o PAM poderia também responder eficazmente às catástrofes relacionadas com o clima em 2021 e 2022.

102. Através da Atividade 3 do SO2, o PAM reagiu imediatamente, a curto prazo, ao encerramento de todas as 209 escolas e à consequente suspensão do PSA no período de março a setembro de 2020, prestando assistência alimentar através da distribuição no local a 19 287 crianças de 127 escolas. Outras intervenções continuaram até ao final do PEC.³⁸

³⁸ As informações completas sobre o SO2 estão disponíveis nos RAC 2020, 2021 e 2022. O desempenho do SO2 não é objeto da presente avaliação.

103. Tal como foi referido por várias partes interessadas, tanto do PAM como de outras organizações das Nações Unidas, a situação súbita apontou também para a necessidade de afetar um orçamento de emergência à conceção do próximo PEC, a fim de estar preparado para situações semelhantes.

Encontrar 9: A emergência súbita abriu o potencial de mobilização de recursos financeiros e reforçou a cooperação e as actividades mútuas com alguns outros doadores no país.

104. Durante a pandemia, o escritório do PAM em São Tomé e Príncipe recebeu apoio do gabinete regional e do escritório nacional dos Camarões. Foram mobilizados recursos financeiros adicionais no total de 1 639 425 USD entre 2020 e 2022, conforme apresentado no quadro seguinte.

Tabela 7. Panorâmica dos fundos mobilizados ao longo dos anos de execução do PEC, com destaque para a resposta à COVID-19 (USD)

Fonte	Atividade/SO	2020	2021	2022
Fundo fiduciário multiparceiros	A02	71 039		
Parceria Global para a Educação	A03	55 056		
Fundação Chelleram	A03		700 000	
Fundos da sede do PAM	A03			328 330
Governo do Brasil	SO1, SO2			100 000
Comité de Atribuição de Recursos Estratégicos	SO1			150 000
Projeto ODS	SO2			235 000
TOTAL de fundos por ano		126 095	700 000	813 330
TOTAL mobilizado		1 639 425		

105. Tal como foi referido pelo pessoal do PAM e confirmado nos ACR e nos relatórios financeiros, os recursos mobilizados foram também utilizados para as actividades no âmbito do SO1. Os inquiridos de outras organizações de doadores no país mencionaram que o PAM foi excepcionalmente bem sucedido na mobilização rápida de recursos (incluindo de fontes não tradicionais). Por sua vez, este facto abriu novas oportunidades de mobilização de recursos financeiros para o PAM.

Encontrar 100 período da COVID-19 impôs algumas restrições financeiras que afectaram a execução das actividades do SO1.

106. A execução das actividades planeadas para os anos de 2020, 2021 e 2022 foi afetada e algumas actividades foram adiadas ou não foram executadas até ao final da intervenção avaliada, tal como referido nos RAC.

107. Nas entrevistas, os informadores também referiram que a reorientação dos recursos e das prioridades do governo e dos doadores, a consequente falta de financiamento e as restrições à mobilidade (confinamento) atrasaram a execução das actividades planeadas.

108. Enquanto parceiro e doador fundamental das operações do PAM, o Governo também sofreu uma recessão financeira e económica devido à pandemia de COVID-19, tendo os fundos diminuído significativamente em 2020.³⁹

109. O quadro seguinte apresenta uma panorâmica das actividades SO1 adiadas e realizadas para 2020-2022.

³⁹ PAM: Relatório anual de São Tomé e Príncipe para o país 2020.

Mesa 8. Alterações nas actividades planeadas no SO1 por ano

	Atividade adiada		Atividade realizada		Notas
	2020	2021	2021	2022	
Campanhas de sensibilização e consciencialização sobre a importância de acrescentar produtos locais nutritivos às ementas escolares	x		x	x	
Melhoria do sistema de gestão da informação do PNASE e do Ministério da Educação	x		x		
Avaliação do estado nutricional de crianças em idade escolar dos 6 aos 14 anos	x				Não declarado como realizado
Revisão das leis e políticas nacionais	x			x	Nova lei da alimentação escolar aprovada em 2022
Formação dos parceiros nacionais		x		x	CSS Formação para o PNASE sobre a reativação das hortas escolares
Apoio à elaboração do plano estratégico do PNASE		x			Não comunicado como alcançado
Revisão das políticas do MA		x			Não declarado como realizado

Encontrar 11: A COVID-19 provou que o PAM tem canais de comunicação bem estabelecidos com as partes interessadas do governo e criou espaço para a cooperação com outros doadores, como a UNICEF, no Programa de Regresso à Escola.

110. Apesar de algumas actividades do SO1 terem sido suspensas devido à falta de financiamento, a cooperação com as partes interessadas do governo estava a funcionar bem e foram implementadas intervenções relacionadas com o SO2.

111. Tal como referido por vários inquiridos de instituições governamentais, a cooperação entre o PAM e as suas instituições não foi afetada. Alguns referiram que tal se devia à cooperação estabelecida a longo prazo, enquanto outros mencionaram os canais de comunicação que funcionam bem.

112. De acordo com o inquirido do MAFRD, *"a COVID-19 teve apenas uma influência parcial. Havia um plano de contingência claro, as reuniões decorreram em linha e a cooperação entre o MAFRD e o PAM não foi influenciada de forma significativa, na minha opinião"*. Nas palavras de um inquirido do PAM, *"a crise da COVID-19 ensinou-nos a pensar de forma diferente e a procurar soluções em que não tínhamos pensado antes. Impulsionou as nossas parcerias com outros doadores e abriu oportunidades de financiamento a partir de fontes não convencionais (...). Também nos mostrou o que funciona e o que não funciona"*.

113. A intervenção do PAM continuou após a reabertura das escolas com o apoio do PNASE na forma de entrega de alimentos adquiridos localmente para a campanha conjunta com a UNICEF, denominada Regresso à Escola. Adicionalmente, foi dado apoio ao exercício de mapeamento nacional da produção local de alimentos para garantir a segurança alimentar.

EQ 2.3 Os resultados foram alcançados por grupos específicos, incluindo raparigas, rapazes, homens, mulheres e pessoas com deficiência ou outros grupos marginalizados?

Encontrar 12: O PEC foi concebido para visar tanto homens como mulheres e incluiu grupos vulneráveis. Os resultados foram alcançados por todos os grupos. No entanto, no que se refere ao OE 1, foram registadas algumas lacunas na elaboração de relatórios e no acompanhamento dos

progressos e os dados quantitativos, incluindo os dados repartidos por género, eram frequentemente inexistentes.

114. No âmbito do SO1, o CSP visou indiretamente as crianças nas escolas, os pequenos agricultores, o pessoal do governo e as comunidades em geral.

115. Os relatórios dos ACR carecem frequentemente de números sobre o pessoal formado, os participantes nos eventos, as crianças que beneficiam das actividades e outros dados quantificáveis. Ao rever os relatórios e as provas de atividade dos parceiros de execução, por vezes são comunicadas as quantidades (por exemplo: formação de 40 funcionários da CADR sobre a gestão da cadeia de abastecimento de equipamento e ferramentas para pequenos agricultores em 2019), mas, na maioria dos casos, não são fornecidos dados separados por género.

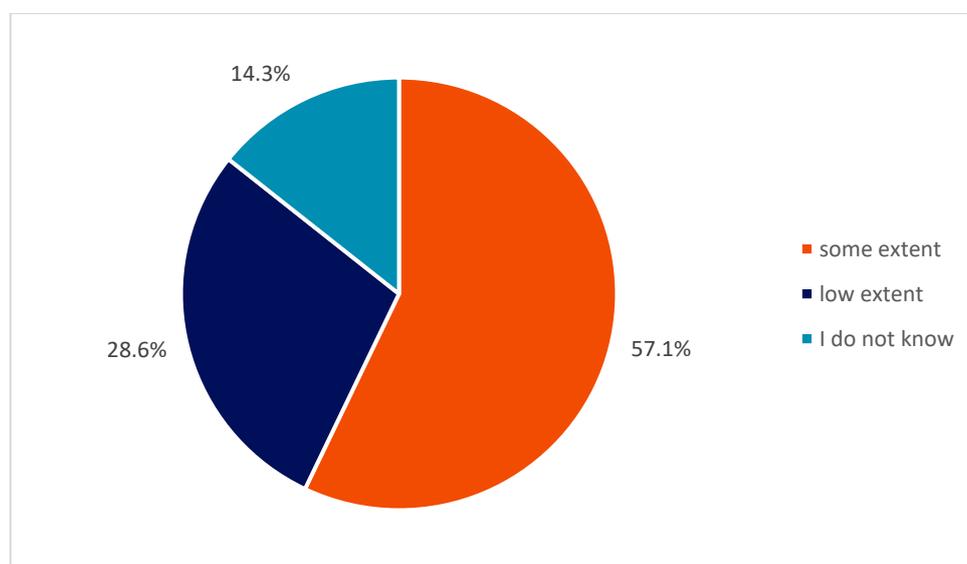
116. O pessoal do PAM confirmou que não existe atualmente uma base de dados ou uma pasta unificada para armazenar todos os dados recolhidos. *"O conhecimento de onde estão os documentos e de quais foram os resultados é normalmente da responsabilidade de cada pessoa".*

117. Nos termos dos acordos de parceria, os parceiros de execução devem comunicar ao PAM os resultados e os progressos das suas actividades. No entanto, os dados relativos às quantidades e à repartição por género são frequentemente omissos e não são transmitidos ao PAM.

Encontrar 13: A falta de uma estratégia específica de implementação e comunicação para as questões GEWE resultou em fracos progressos no sentido da igualdade de género, como efeito imprevisto da intervenção.

118. Mais de metade dos informadores-chave do governo, do pessoal do PAM e dos parceiros de execução consideraram que a intervenção abordou a desigualdade de género até um certo ponto (57,1%); enquanto 28,6% consideraram que a desigualdade de género não foi abordada de todo (Figura 7).

Figura 7. Grau de abordagem da desigualdade de género percebido pelos informadores-chave



119. Os inquiridos de outras organizações das Nações Unidas referiram que não estão suficientemente familiarizados com todas as actividades do PAM para poderem avaliar este aspeto. No entanto, confirmaram que os projectos conjuntos colocam uma maior ênfase nas abordagens de transformação do género, como é o caso do projeto ODS. Tal como foi referido pelo inquirido do MAFRD: *"Os beneficiários das intervenções estavam sujeitos ao critério de quotas de género, pelo que, em cada intervenção, houve o cuidado de garantir a participação das mulheres em termos de benefícios."* Ao mesmo tempo, foi reconhecido que o MAFRD também não tem acesso a dados segregados por género (por exemplo, para os pequenos agricultores), e só graças à intervenção do PAM é que foi fornecido um software para monitorização de dados.

120. Apesar de o PAM, os parceiros responsáveis pela execução e o Governo reconhecerem a importância das abordagens de transformação do género na execução do programa e de a narrativa de transformação

do género ter sido utilizada no DEP, foi reconhecido o efeito imprevisto da intervenção. A falta de uma estratégia de comunicação especificamente orientada para a igualdade entre os sexos resultou numa má compreensão dos responsáveis pela execução das medidas a tomar e, conseqüentemente, em progressos muito fracos no sentido da igualdade entre os sexos através das intervenções.

2.3. EFICIÊNCIA

QE 3: Em que medida a intervenção conseguiu uma utilização óptima do orçamento e do tempo atribuídos?

EQ 3.1 As intervenções foram implementadas da forma mais eficiente possível?

Encontrar 14: Os recursos financeiros limitados e a capacidade limitada dos recursos humanos do PAM influenciaram a eficácia da execução do PEC. No entanto, tendo em conta o PAM CO, a eficácia das intervenções e o nível de realizações no âmbito do projeto são notáveis.

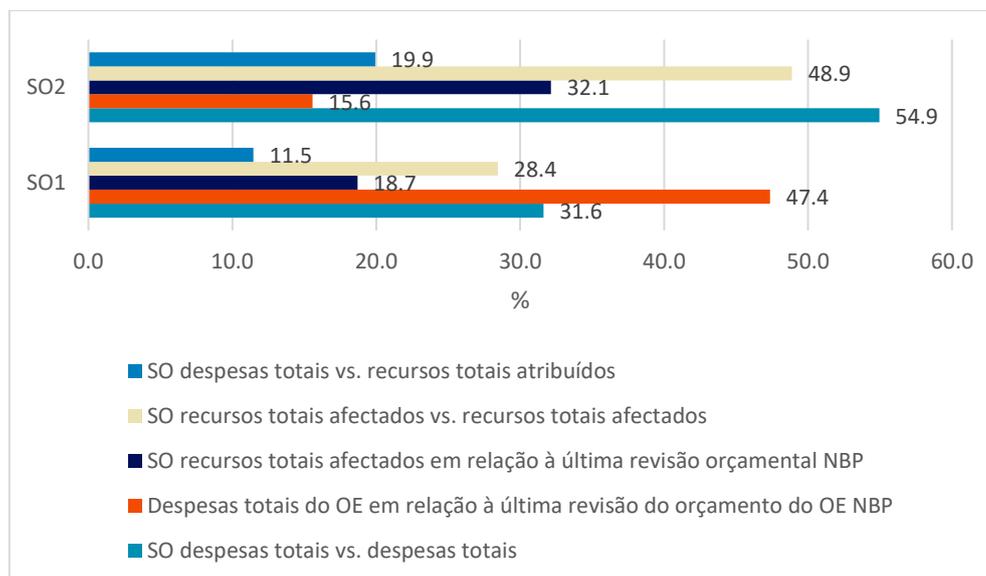
121. Nos ACR, as limitações financeiras foram reconhecidas como o principal risco estratégico e de programação para a execução das actividades previstas em toda a sua dimensão. Devido à limitação dos recursos financeiros, algumas actividades ao longo da execução do PEC foram atrasadas, adiadas ou não foram realizadas.

122. Em 2019, o PAM não recebeu contribuições dos doadores nem a contribuição autorizada do Governo, tal como indicado no RAC e na panorâmica financeira da OC. No entanto, o CO conseguiu mobilizar recursos para executar todas as actividades planeadas.

123. Durante o período de execução do PEC, tal como referido nos RAC e confirmado na panorâmica financeira da CO, a pandemia de COVID-19 e as catástrofes relacionadas com o clima afectaram a atribuição de fundos e a redefinição das prioridades das actividades, o que levou à revisão do PEC, à introdução do SO2 e ao aumento do orçamento. Em 2022, factores macroeconómicos como o conflito armado na Ucrânia e o aumento dos preços da energia e dos alimentos trouxeram desafios adicionais para o governo, bem como para assegurar o financiamento da execução do PEC a partir de outras fontes.

124. No período de avaliação do PEC (2019-2022), a despesa total de 1 860 193 USD representa 36,3% do total dos recursos afectados, 5 129 915 USD, tal como indicado nos RAC. A repartição pormenorizada das despesas e dos recursos afectados por resultado estratégico para o período do PEC é apresentada na figura seguinte. As despesas do SO1 representam 31,6% do total das despesas do PEC e 11,5% do total dos recursos afectados. Os recursos afectados ao SO1 representam 28,4% do total dos recursos afectados. Em comparação com o último PIN revisto, a parte das despesas do SO1 era de 47,4%, enquanto os recursos afectados do SO1 representavam 18,7%.

Figura 8. Total de recursos afectados e despesas por resultado estratégico em relação ao total de recursos afectados, à última revisão do NBP e ao total de despesas, respetivamente (em percentagem)



*Para o cálculo do total dos recursos afectados que cobrem todo o período do PEC, os recursos afectados para 2022 não estavam disponíveis; em vez disso, foram utilizados os recursos disponíveis para 2022.

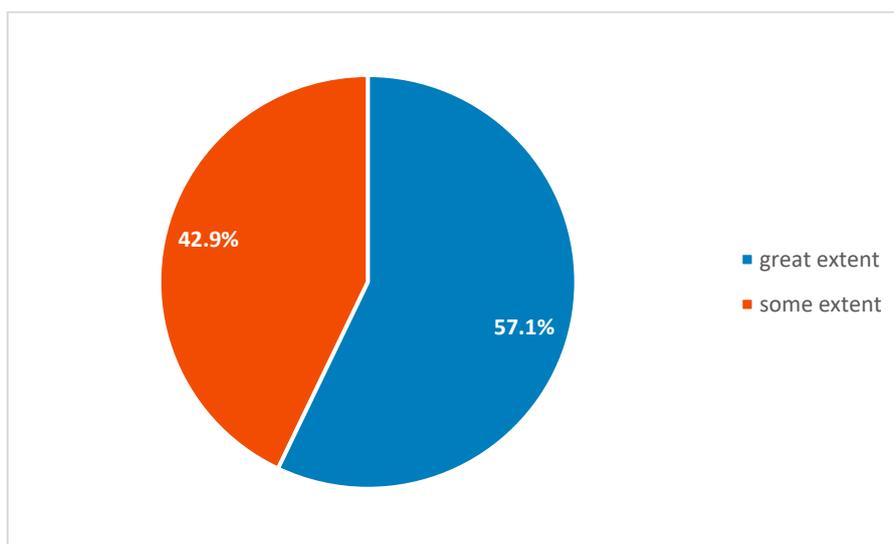
125. Ao longo da execução do PEC, o PAM mobilizou recursos externos, nomeadamente para a execução da resposta de emergência. A visão geral dos recursos mobilizados e da atividade relacionada ao longo dos anos de implementação é apresentada no Quadro 6. No total, foram mobilizados 1.639.425 USD de 2020 a 2022, dos quais 80% se destinaram à resposta de emergência (COVID-19, inundações).

126. Os custos de apoio direto, que podem ser utilizados para apoiar o escritório no país com pessoal adicional e equipamento necessário⁴⁰, são na sua maioria subfinanciados e podem influenciar a execução das actividades planeadas. Os desafios relacionados com o número de efectivos e a pequena dimensão da WFO CO foram surgindo ao longo do processo de avaliação sob a forma de estrangulamentos observados na execução, a necessidade de reacções rápidas no período da COVID-19, etc. Estas questões foram levantadas pelos inquiridos do PAM durante as entrevistas pessoais e foram surgindo ao longo do processo de avaliação.

127. No entanto, os inquiridos do governo, das organizações de execução, do PAM e das organizações doadoras consideraram que a intervenção foi implementada da forma mais eficiente. Mais de metade dos inquiridos (57,1%) afirmaram que a eficiência foi grande, enquanto 42,9% dos inquiridos afirmaram que em certa medida (Figura 10). Durante as entrevistas presenciais, os inquiridos esclareceram que estão conscientes das capacidades limitadas dos RH e dos recursos financeiros. Além disso, o informador do PAM CO declarou que "os recursos limitados eram afectados onde eram mais necessários".

⁴⁰ https://executiveboard.wfp.org/ar/document_download/WFP-0000030777

Figura 9. Grau de eficiência da intervenção implementada



128. O informante do governo referiu que considera a intervenção eficiente porque houve sempre uma visão de sustentabilidade e os recursos foram devidamente afectados às actividades de apoio, como a formação e assistência técnica. *"Sabemos que têm recursos limitados e a COVID-19 dificultou a vida de todos nós, por isso penso que, com o que está disponível, isto é muito bom."*

129. De acordo com um informador de outros doadores das Nações Unidas, a eficiência pode ser comprometida pelo facto de o gabinete do PAM de São Tomé e Príncipe ter mandatos limitados, uma vez que não possui direitos de assinatura de acordos de parceria nem uma conta bancária. Foi partilhada a preocupação de que *"nesse caso, é necessário o apoio do gabinete do PNUD, mas isso prolonga o processo"*.

130. Tal como se verificou com o PNUD, que é a organização que permite o encaminhamento dos fundos para o PAM no país, e com o Gabinete de Coordenação Regional das Nações Unidas, a estrutura financeira do PAM - em que os fundos são entregues através de outra agência das Nações Unidas - é uma prática corrente no sistema de gestão das Nações Unidas. Está igualmente em conformidade com a tendência e a estratégia futuras das organizações das Nações Unidas no âmbito do Quadro de Cooperação das Nações Unidas para 2018.

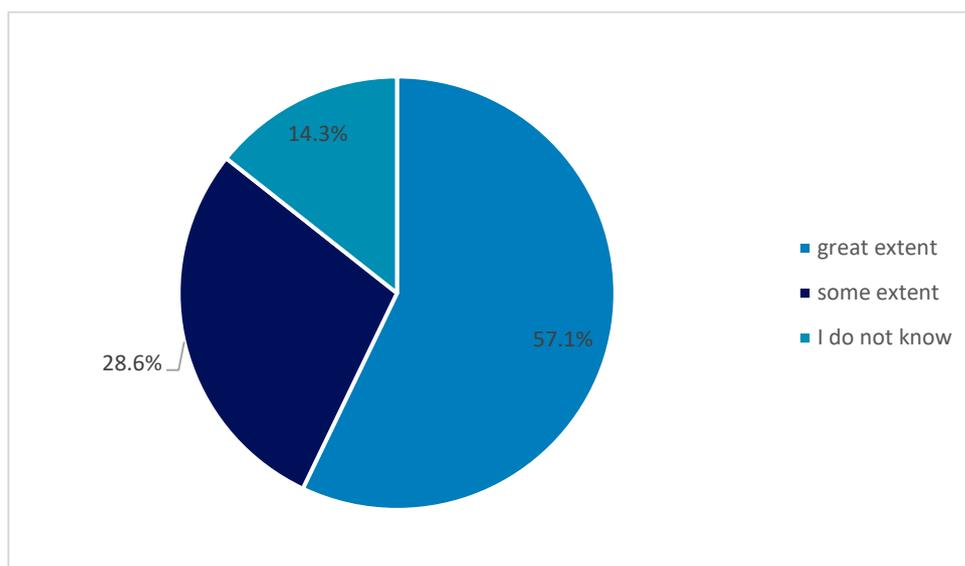
131. O gabinete de coordenação do PAM tem uma capacidade limitada em termos de recursos humanos. O escritório de coordenação do PAM é bastante pequeno, com um número de efectivos entre seis e oito durante o período avaliado, tal como referido pelo pessoal do PAM. O organigrama fornecido foi atualizado em 2023; por conseguinte, a equipa de avaliação teve de se basear na "memória institucional" do pessoal do PAM. O representante e o representante adjunto do país desempenham um papel bastante estratégico. Há um responsável de comunicação, um motorista e um responsável financeiro e administrativo, o que faz com que o pessoal operacional varie entre um e três agentes no terreno (um dos quais desempenha o papel de perito em acompanhamento). Tendo em conta o âmbito da conceção do PEC, foi bastante exigente para os actuais efectivos

132. Tal como referido nos ACR e confirmado pelo pessoal do PAM, a escassez de pessoal foi resolvida através da contratação de peritos internacionais externos ad hoc, da execução do PEC com base nos FLA com as ONG locais e da cooperação com o Governo, que apoiou significativamente a execução do PEC.

133. A execução eficiente decorre atualmente das relações bem estabelecidas e das comunicações de trabalho com os intervenientes governamentais ao longo dos anos de presença do PAM no país. No entanto, esta situação é vulnerável e depende do pessoal atual. Por exemplo, se houver uma rotação política ou uma rotação do pessoal do PAM, as relações podem ser afectadas.

134. Os principais informadores do Governo, das organizações das Nações Unidas, do PAM e dos parceiros de execução consideraram que os processos de gestão e de tomada de decisões do programa eram eficientes em certa medida (57,1%) ou muito eficientes (28,6%).

Figura 10. Grau de eficiência da gestão do programa e dos processos de tomada de decisão



135. Durante as entrevistas, os informadores das organizações parceiras governamentais salientaram a eficiência na tomada de decisões e na coordenação das actividades, reconhecendo simultaneamente a capacidade limitada do pessoal do escritório do PAM de STP. Como referiu um inquirido do governo, "consultamos frequentemente os nossos documentos com eles (PAM⁴¹), preparamos os planos em conjunto (...) se precisarmos de nos reunir para coordenação, há sempre uma reacção rápida e chegamos sempre a acordo (...) há sempre apoio e isso ajuda."

Encontrar 15: A capacidade limitada de acompanhamento no local do PAM e a falta de informação dos parceiros sobre dados quantificáveis desagregados por género e GEWE resultam em ineficiências no acompanhamento dos resultados do programa.

136. Durante o processo de avaliação, a equipa teve dificuldades em acompanhar os relatórios dos parceiros e alguns resultados da intervenção, o que indicou alguns problemas no sistema de gestão interna. O sistema de acompanhamento, incluindo o arquivo de relatórios, prestações concretas e outros documentos e uma base de dados de beneficiários apoiados, não parece funcionar de forma eficiente.

137. O acesso à informação para um planeamento adequado foi dificultado, tendo em conta, por exemplo, a mudança de pessoal do PAM. Este é um aspeto importante no que se refere à capacidade limitada de controlo no local do escritório do PAM em São Tomé e Príncipe e à grande dependência dos relatórios do parceiro.

138. As responsabilidades de apresentação de relatórios são atribuídas aos parceiros responsáveis pela execução no âmbito dos acordos de parceria assinados, onde são indicados os requisitos relativos à frequência dos relatórios e ao tipo de dados a fornecer. Os RAC do PAM baseiam-se nos dados recolhidos de todas as intervenções efectuadas ao longo do ano, incluindo as baseadas nas intervenções dos parceiros responsáveis pela execução. No entanto, ao analisar os relatórios dos parceiros, as informações fornecidas não incluíam, muitas vezes, realizações quantificadas, dados separados por sexo ou provas registadas relacionadas com a abordagem das questões GEWE. A falta de tais informações torna necessária a recolha desses dados pelo responsável pelo acompanhamento do CO.

⁴¹ O contexto era claro. Foram igualmente mencionadas outras agências.

Encontrar 16: Uma maior visibilidade do PAM nas actividades nacionais e nos projectos conjuntos com outros doadores da ONU poderia atrair fontes de financiamento adicionais.

139. Um inquérito no terreno aos agricultores revelou que 44,4% dos inquiridos declararam não estar envolvidos em nenhum dos apoios do PAM⁴².

140. O PAM apoiou várias campanhas sobre a importância do consumo de produtos locais. No entanto, os folhetos, cartazes ou outros materiais impressos não estavam visíveis nas escolas que a ET visitou. Em contrapartida, era visível algum material de outros doadores, mesmo folhetos desactualizados (2012).

141. Da mesma forma, a ET não conseguiu encontrar materiais impressos relacionados com as campanhas sobre VBG e desigualdade de género, não só nas escolas visitadas, mas também em espaços públicos (mercados locais, lojas).

142. No entanto, durante as discussões dos grupos de centragem com o pessoal das escolas e os pais das crianças das escolas, foi referido que tinham conhecimento da campanha. Alguns deles foram capazes de descrever o que era a campanha e disseram corretamente em que ano se realizava.

143. Com base na experiência da ET com as actividades de angariação de fundos do sector privado, está provado pela prática comum que estas empresas consideram a visibilidade importante. O PAM poderia construir uma narrativa forte de angariação de fundos para doadores não convencionais - incluindo o sector privado, mas não se limitando a ele - caso pudessem apresentar a história a partir do nível comunitário.

144. No RAC 2020, foi referido que o financiamento insuficiente continuava a ser um dos principais riscos para a execução do PEC. Por conseguinte, foram definidas medidas estratégicas para reforçar a parceria com os doadores governamentais, as agências das Nações Unidas e as IFI, a fim de garantir o financiamento da execução do PEC e aumentar a visibilidade do desempenho do PAM em matéria de STP.

145. Em 2020, foi elaborado um Plano de Ação de Parceria para atenuar os riscos identificados. Em 2021, o PAM investiu em parcerias estratégicas com doadores não tradicionais.

146. De acordo com os ACR e confirmado com o PAM CO e outras organizações doadoras, foram realizadas várias iniciativas conjuntas com outras agências das Nações Unidas e ONG internacionais e nacionais. Estas iniciativas foram executadas principalmente no âmbito do SO2 e permitiram otimizar os recursos financeiros disponíveis. Tal como referido pelo respondente do PAM e confirmado por outros doadores da ONU, esta abordagem mostrou a forma de lidar com recursos financeiros adicionais e deve ser uma das possibilidades para o futuro. A prová-lo está o facto de, em maio de 2022, ter sido lançado um projeto conjunto de doadores dos ODS, liderado pelo PAM e abrangido pelo OE 1, quando foram recebidos os recursos do Fundo ODS da ONU.

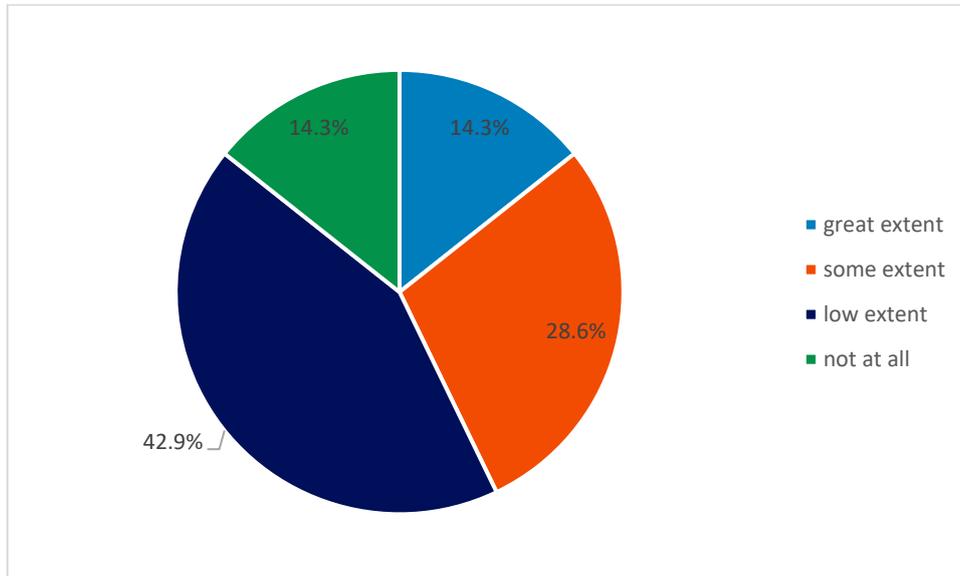
147. Esta cooperação está igualmente em consonância com o Quadro de Cooperação das Nações Unidas para 2018 e com o incentivo a projectos conjuntos de vários doadores.

EQ 3.2 Em que medida é que as contribuições monetárias e não monetárias do governo permitiram que a intervenção fosse implementada de forma eficiente?

148. Os resultados do inquérito por questionário aos informadores-chave revelaram uma grande variedade de respostas sobre a extensão das contribuições monetárias e não monetárias do governo e a sua influência na implementação do PEC de forma eficiente. Mais de metade dos informadores consideraram que as contribuições do governo permitiram a implementação da intervenção em pequena medida (42,3%) ou não permitiram de todo (14,3%). Durante as entrevistas presenciais, foi esclarecido que os inquiridos se referiam sobretudo à influência da falta de contribuições monetárias.

⁴² Todos os agricultores entrevistados no âmbito do inquérito estavam diretamente envolvidos na intervenção SO1 do PAM.

Figura 11. A extensão das contribuições do governo que permitiram a implementação da intervenção



Encontrar 17: As contribuições monetárias do Governo para as intervenções SO1 não foram recebidas devido às crises financeiras do país e a outros choques, como a crise da COVID-19 e os desafios emergentes subsequentes. No entanto, o PAM conseguiu continuar a realizar as intervenções SO1, embora com ligeiros atrasos ou alguns adiamentos.

149. O governo foi um parceiro-chave e um dos principais interessados na implementação do CSP. No âmbito do processo de conceção do PEC, o governo comprometeu-se a afetar um milhão de dólares americanos à implementação do PEC - contribuindo com 200 000 dólares americanos por ano, tal como indicado no documento do PEC e no RAC 2019. No entanto, já em 2019, o compromisso foi adiado devido à crise financeira do país.

150. O PAM não recebeu os fundos previstos do Governo em 2019, tal como indicado nos RAC e na panorâmica financeira da CO, nem nos anos seguintes, devido a outros choques, como a pandemia de COVID-19 e factores macroeconómicos relacionados com o conflito armado na Ucrânia e as crises energéticas, que afectaram a capacidade do Governo para cumprir o compromisso tal como previsto.

151. No entanto, a contribuição monetária foi libertada para a ação de resposta de emergência no âmbito do SO2.

152. A falta de financiamento do Governo causou diretamente constrangimentos à execução do PEC. No entanto, em 2019, tal como indicado nos RAC e de acordo com a panorâmica financeira, apesar do subfinanciamento da A01, foram executadas ambas as intervenções no âmbito da A01 e da A02. Para os anos de 2020 e 2021, foram observados alguns atrasos nas intervenções do SO1 ou o adiamento de subactividades devido à falta de financiamento, mas também devido à necessidade de dar uma resposta de emergência em reação à COVID-19 (SO2) e aos recursos humanos limitados do PAM CO.

153. Tal como mencionado por um inquirido do PAM. *"Temos de facto capacidades limitadas em termos de pessoal. A resposta de emergência era uma prioridade na altura e simplesmente não podíamos continuar com todas as actividades".* Por outro lado, tal como afirmado repetidamente por outras partes interessadas, tanto do governo como de outras agências das Nações Unidas, *"Foi um período em que todos nós fomos afectados pela pandemia e tínhamos outras prioridades, desafios operacionais/implementação devido à limitação de viagens/confinamento".*

Encontrar 18: As contribuições não monetárias dos governos, em especial o seu empenhamento ativo nas intervenções do PEC, desempenharam um papel crucial na execução do PEC e na sua eficácia.

154. A contribuição não monetária do Governo consistiu na participação ativa e na cooperação dos intervenientes governamentais relevantes (MAFRD, PNASE, CONSAN) na execução do PEC, uma vez que estes eram os principais intervenientes no PEC, tal como concebido no âmbito do PEC. O seu papel, em conformidade com as estratégias nacionais, consistia em reforçar as capacidades para se tornarem auto-suficientes e em assegurar o financiamento a longo prazo do PUE e de outras actividades relacionadas com o PEC. As instituições e departamentos visados participaram ativamente nas actividades do PEC, o que constituiu um pressuposto principal e um fator-chave para a implementação do PEC. Uma vez que o PEC está alinhado com os objectivos e as realizações esperadas da estratégia nacional, a influência da rotatividade nos papéis políticos foi pequena, ou nula, tal como foi repetidamente relatado pelos representantes do PNASE, MAFRD, CONSAN e CATAP e confirmado pelo PAM. Além disso, não foram registados indícios de tal influência nos ACR.

155. Durante o inquérito e as entrevistas presenciais, em que os informadores deram feedback sobre a sua perceção da contribuição do governo para a implementação eficaz do PEC, foram realçadas as contribuições não monetárias. Nomeadamente, a disponibilização de recursos humanos, transporte e apoio logístico durante as actividades de reforço das capacidades e a distribuição de insumos agrícolas aos SHF.

156. Tal como foi sublinhado por vários funcionários do PAM, esta contribuição foi fundamental para o êxito da intervenção.

EQ 3.3 As actividades foram implementadas de forma eficiente (especificamente, a oportunidade da implementação, a adequação dos inputs e a relação custo-eficácia?)

Pesquisa 19: A conceção do PEC não incluía os indicadores temporais, os marcos ou os objectivos quantificados. Também não existiam planos de trabalho por ano e apenas foram comunicados os resultados no final do ano.

157. O PEC não prevê um calendário para as suas actividades e não foram definidos indicadores quantificados a atingir. Os indicadores para o CSP decorrem do Quadro de Resultados Corporativos Revisto do PAM (2017 - 2021). O quadro estabelece o tipo de indicadores a seguir e a recolher. No entanto, não foram apresentadas quantificações na conceção do PEC ou nos RAC.

158. O planeamento anual, incluindo o plano de trabalho para o ano, não foi apresentado à ET. Os ACR comunicam o conjunto de intervenções e realizações para o ano em causa. Os atrasos de algumas actividades foram comunicados no âmbito dos ACR.

159. O inquirido do PAM esclareceu que, durante o ano, isto depende dos recursos reais que o gabinete recebe e que o trabalho é organizado com base nesses recursos. *"Depois, as prioridades são definidas, sabemos o que fazer e, normalmente, os nossos parceiros de execução realizam as actividades"*. Embora solicitado pela EF, não estava disponível qualquer plano de trabalho do período avaliado. O inquirido do PAM esclareceu que a responsabilidade pelo trabalho é normalmente atribuída e que se realizam reuniões de organização.

160. Durante a pandemia de COVID-19, foi necessário redefinir as prioridades e reagir rapidamente. *"Este foi um dos exemplos típicos em que tivemos de reagir e suspender algumas outras actividades"*.

161. A questão das capacidades dos RH foi repetidamente referida. No entanto, algumas ferramentas institucionalizadas de apoio não foram apresentadas à ET. Ficou provado que os documentos relacionados com o PEC estão armazenados e disponíveis. No entanto, o conhecimento e a visão geral continuam a pertencer maioritariamente aos indivíduos. O mesmo se aplica a alguns instrumentos oficiais de planeamento, que poderiam ser revistos com atraso em relação ao período de avaliação.

Encontrar 20: A eficiência da execução do OE 1, com base na comparação entre as despesas e os resultados comunicados, foi considerada elevada, apesar de terem sido comunicados alguns atrasos

e estrangulamentos, tendo em conta que uma revisão do PEC e o aditamento do OE 2 tiveram uma influência direta na oportunidade e na capacidade de execução do OE 1.

162. Não foram apresentados à equipa quaisquer objectivos iniciais - início do ano. Por conseguinte, foi efectuada uma comparação dos resultados do final do ano com os recursos financeiros.

163. O quadro seguinte apresenta os indicadores financeiros para A01 e A02 durante o período avaliado.

Figura 12. Síntese dos indicadores financeiros para A01

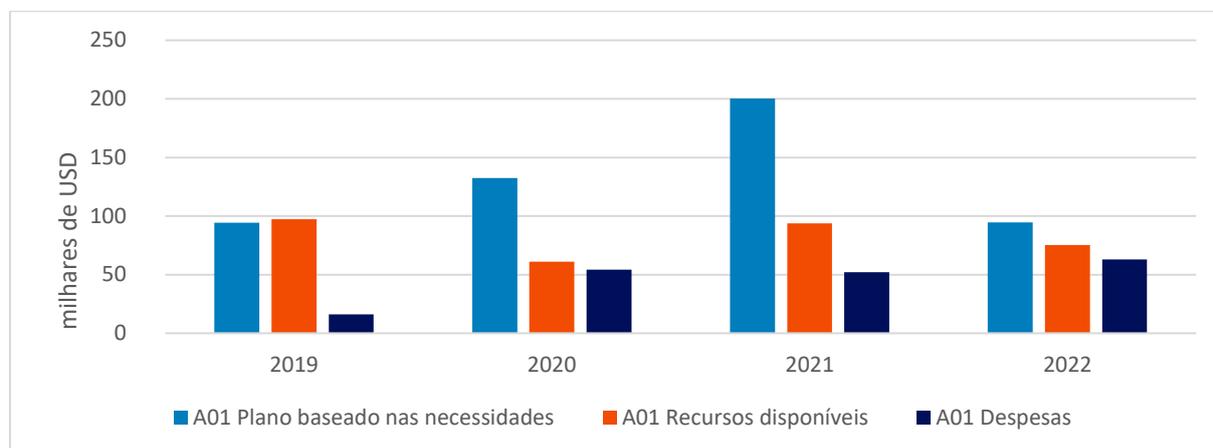
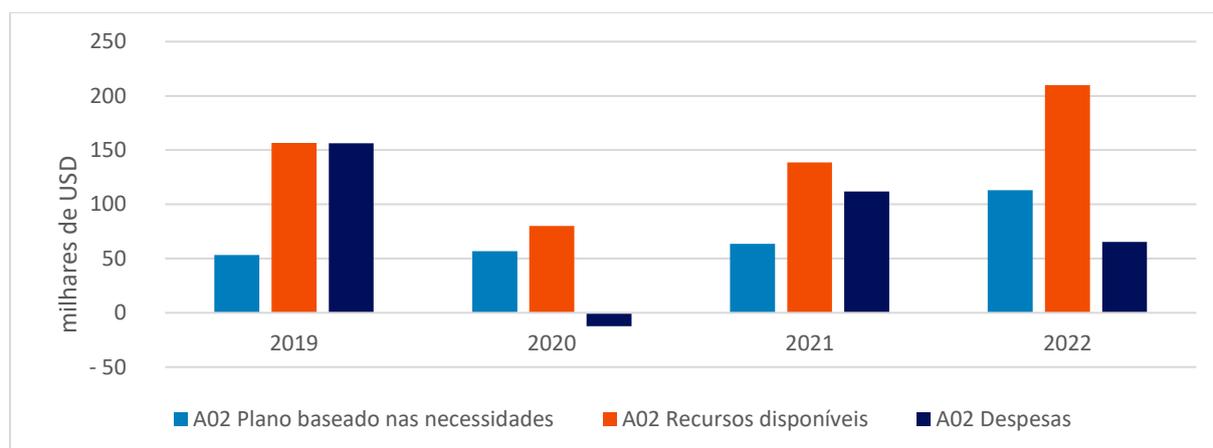


Figura 13. Síntese dos indicadores financeiros para A02



164. Note-se que, ao considerar a eficiência da execução em relação aos recursos financeiros, o mesmo pessoal do PAM também esteve envolvido na execução do SO2, que foi acrescentado ao PEC a partir de 2020 com base na necessidade súbita de redefinir as prioridades devido à COVID-19.

165. Os resultados comunicados para os anos⁴³ nos ACR, confirmados com as partes interessadas através de uma análise dos dados financeiros do PAM e no terreno, mostraram que as intervenções SO1 foram executadas de forma eficiente. Registaram-se alguns estrangulamentos devido a capacidades limitadas. Estes estrangulamentos estavam geralmente relacionados com uma situação súbita, por exemplo, o sucesso na angariação de fundos a partir dos fundos ODS. No entanto, eram necessárias as capacidades necessárias para iniciar o projeto e organizar o projeto com vários doadores e, tal como sugerido pelo inquirido de outra organização das Nações Unidas, talvez o rácio entre as capacidades reais, o financiamento e o âmbito da intervenção possa ser revisto para que os estrangulamentos não sejam tão frequentes. No entanto, tal como mencionado por outro inquirido de uma organização das Nações Unidas, "Este é o círculo vicioso. O financiamento é limitado, os recursos são limitados (...), por isso tenta-se angariar fundos, mas depois, quando se

⁴³ Incluído no capítulo 1.3 Objeto de avaliação e no capítulo 2.2 Eficácia

consegue, as capacidades de execução são mais limitadas". Este desafio foi também confirmado pelos inquiridos do PAM.

166. A execução foi globalmente atempada, com ligeiros atrasos em projectos específicos geridos diretamente pelo pessoal do PAM. O trabalho dos parceiros de execução foi efectuado de acordo com o calendário previsto nos contratos e correspondeu aos resultados esperados .

2.4. COERÊNCIA

QE 4: Em que medida a intervenção é adequada/compatível com outras intervenções num país, sector ou instituição?

QE 4.1 Em que medida o apoio do PAM ao governo em matéria de alimentação escolar, promoção de produtos locais e actividades dos pequenos agricultores é coerente e alinhado com os programas nacionais?

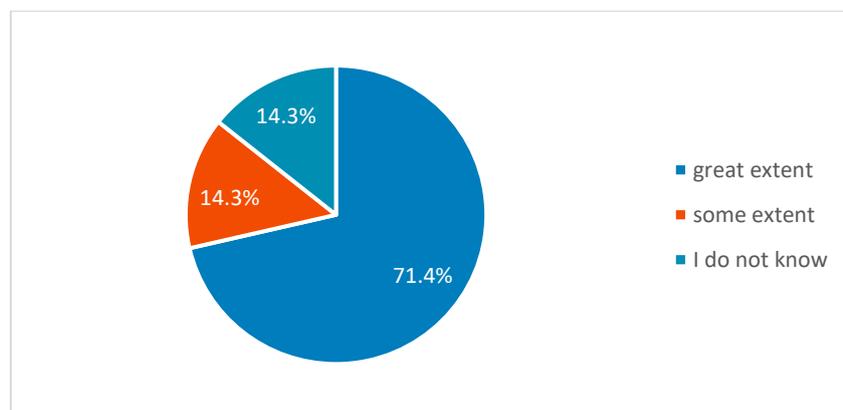
Encontrar 21: O apoio do PAM ao Governo nos temas acima referidos está plenamente alinhado com os programas nacionais e a sua coerência é assegurada pela participação direta de representantes do Governo no processo de conceção e de execução.

167. A intervenção está alinhada com a estratégia Agenda de Transformação 2030, Visão São Tomé e Príncipe 2030: "O País que queremos construir" e outros documentos estratégicos nacionais, tais como a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2017-2020, o PND 2017-2021 e o PND 2020-2024, que definem os seus principais objectivos para o crescimento económico, a redução da pobreza, a redução da dependência de produtos importados e a proteção do ambiente.

168. Um outro programa ao qual a intervenção do PAM está diretamente ligada é o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para 2012 - 2023 e o Programa Nacional de Nutrição, que define as prioridades governamentais relacionadas com o aumento da segurança alimentar e a redução das taxas de malnutrição até 2030.

169. A maioria (71,4%) dos informadores-chave considerou que a intervenção era muito coerente com as prioridades nacionais.

Figura 14. Percepção da coerência da intervenção com as prioridades nacionais



170. Os entrevistados confirmaram que existe uma abordagem participativa sistemática para garantir que a intervenção se alinha com as prioridades e/ou necessidades de emergência do governo e que as partes interessadas do governo têm um papel ativo na fase de conceção.

171. Além disso, tal como confirmado pelos representantes do Governo e pelo pessoal do PAM, o PAM desenvolve com os parceiros governamentais planos anuais e plurianuais em resposta aos seus objectivos e programas, que são assinados por ambas as partes. Esta abordagem garante um alinhamento contínuo, mesmo durante a fase de execução.

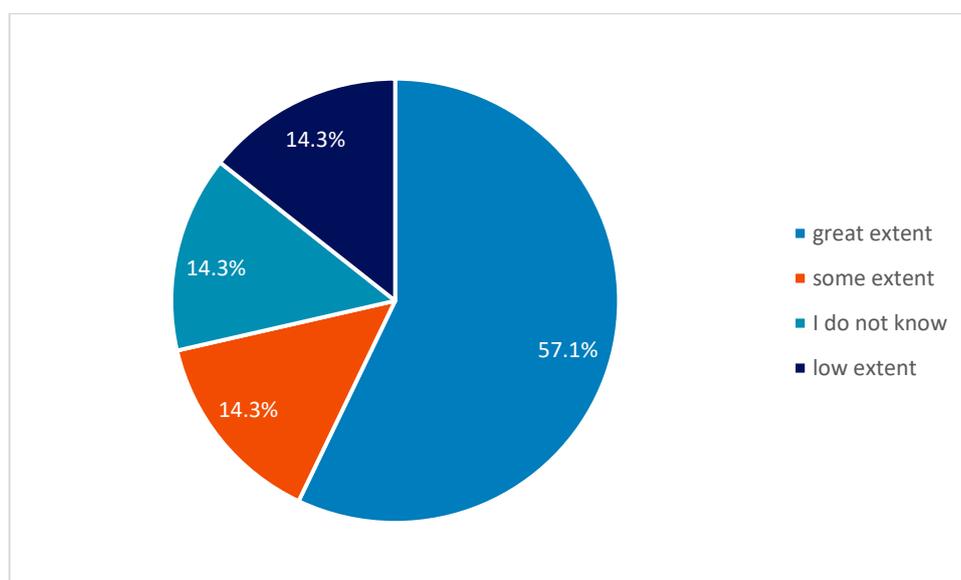
172. Tal como referido pelo representante do MAFRD, "o trabalho do PAM é coerente e altamente alinhado com as prioridades e políticas nacionais. O PAM responde às exigências dos governos e proporciona consultas e reforço de capacidades sobre os temas necessários".

173. O alinhamento é também explicitamente apresentado no âmbito do respetivo documento de estratégia por país, onde são enumeradas as políticas nacionais específicas e as necessidades do país.

EQ 4.2 Quais foram as sinergias entre os programas apoiados pelo PAM e as intervenções da sociedade civil, os programas mais alargados da ONU, etc.?

174. Mais de metade dos informadores considera que as sinergias entre o programa do PAM e o trabalho das instituições que representam são grandes (57,1%); um em cada sete considera que são em certa medida (14,3%) e um em cada sete considera que são poucas (14,3%). Nenhum dos entrevistados referiu uma ausência total de sinergias. No entanto, foram identificadas algumas lacunas e sobreposições.

Figura 15. Grau de sinergias entre o programa do PAM e o trabalho das instituições dos informadores-chave



175. No âmbito das entrevistas e com base em análises documentais, foram identificadas sinergias com agências das Nações Unidas, ONG e outros doadores. Foram executados vários projectos conjuntos, como o MFTP com a FAO, a OIT e o UNHABITAT, que apoiou a execução do A02. O projeto do Fundo ODS lançado em maio de 2022 é outro exemplo de cooperação ativa com quatro agências das Nações Unidas que identificaram sinergias e trabalharam em conjunto para alcançar os objectivos do projeto.

Encontrar 22: As organizações da sociedade civil são parceiros estratégicos do PAM, diretamente envolvidos na execução do DEP, e o seu outro trabalho no país é realizado em sinergia e comunicação com o PAM.

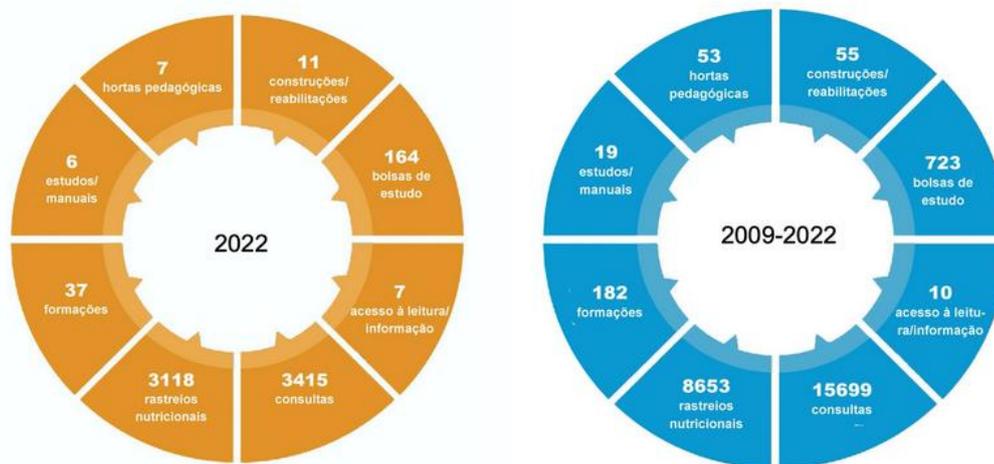
176. De acordo com a prática comum do PAM, comunicada pelo pessoal do PAM e confirmada pelo pessoal de outras agências das Nações Unidas, o PAM dispõe de um mecanismo de execução do projeto em que contrata diretamente as ONG para realizarem as subactividades do PEC. Neste caso, a ONG internacional HELPO e a ONG nacional ADAPPA foram contratadas pelo PAM para apoiar a execução de algumas subactividades. No caso da HELPO, principalmente na A01, e da ADAPPA, principalmente na A02.

177. Tal como foi referido pelo pessoal do PAM e confirmado pelos representantes das ONG acima referidas, a sua seleção baseou-se na relação estabelecida a longo prazo e na pertinência do foco de trabalho das ONG nomeadas no país.

178. A ONG internacional HELPO tem estado a trabalhar em São Tomé em intervenções de alimentação escolar e apoio à produção local desde 2009 e tem um forte reconhecimento pelas comunidades locais. Este facto foi confirmado através do sítio Web da HELPO e declarado pelo representante entrevistado desta ONG.

Figura 16 Visão geral do trabalho da HELPO em São Tomé, apontando as sinergias (em português)

São Tomé e Príncipe - resumo da intervenção, por atividade



179. O PAM desenvolveu sinergias com a HELPO nas intervenções relacionadas com a alimentação escolar e o apoio aos pequenos agricultores para a produção de produtos locais. Um dos projectos implementados com a HELPO em cooperação direta com o PNASE, que é também um beneficiário direto das intervenções do PAM "MeNutRic Mais"⁴⁴ (Melhoria do Estado Nutricional das Crianças de São Tomé e Príncipe) (2022-2030)", centra-se na nutrição e sensibilização sobre alimentos nutritivos e saudáveis e na reabilitação de hortas escolares comunitárias nos distritos de Lobata e Cantagalo. No site da HELPO, o PAM é mencionado como uma das fontes de financiamento, juntamente com o Camões, I.P. e a Associação Helpo. Embora estas actividades não tenham sido mencionadas nos ACRs, foi confirmado pelo representante da HELPO, pelo PNASE e pelo pessoal do PAM que existe uma cooperação mútua nestas actividades. Ao mesmo tempo, todos eles confirmaram que não vêm quaisquer sobreposições no seu trabalho, uma vez que trabalham ativamente em conjunto e, em caso de oportunidade, comunicam.

180. Outra ONG com a qual o PAM está a cooperar diretamente e que, ao mesmo tempo, tem aproveitado as sinergias é a ONG nacional ADAPPA. Esta ONG trabalha com pequenos agricultores em STP há mais de duas décadas. Durante as entrevistas com os representantes da ADAPPA, foi afirmado que "o PAM é um parceiro importante e estratégico para nós. Há muitos anos que cooperamos com ele, com a FAO e com o FIDA. É a nossa experiência e também uma fonte de financiamento para as nossas actividades com os agricultores". Um representante do MAFRD declarou que "a ADAPPA é um parceiro importante para nós, e estamos satisfeitos por eles trabalharem com os agricultores a nível comunitário. Sabemos que trabalham com o PAM e a FAO, e vemo-los como um parceiro estratégico."

181. As sinergias particulares foram identificadas no âmbito de projectos da ADAPPA como o WACA (2020), com enfoque na sensibilização, formação, produção e plantação de mudas florestais; PRIASA II (2016-2020), com enfoque na Segurança Alimentar e Nutricional; hortas escolares; parcelas de demonstração para a transição para o biológico; capacitação; PAS (Políticas Agroalimentares Sustentáveis) (2019-2021), financiado pelo Camões, I.P., abrangendo temas ligados à garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas; Direitos das Mulheres Rurais; Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM) e Nutrição adequada através de um Programa de Alimentação Escolar; projeto PRIASA II - Projeto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Todos os projectos acima mencionados estão em linha com o foco estratégico do PAM. A ADAPPA cooperou com o PAM na avaliação agrícola para identificar potenciais áreas de colaboração para o apoio aos pequenos agricultores e nas actividades no âmbito do SO2.

⁴⁴ <https://www.helpto.pt/pt/menutric-mais-melhoria-do-estado-nutricional-das-criancas-de-sao-tome-e-principe>

182. Na entrevista, o representante da ADAPPA sublinhou a forte orientação da ADAPPA para a agricultura biológica, a agricultura familiar e a capacitação das mulheres rurais, o que também está em consonância com os planos estratégicos do país e com a orientação a longo prazo do PAM.

Pesquisa 23: Foram obtidas sinergias com outros programas da ONU e alguns dos projectos conjuntos foram executados ou iniciados, embora se tenham verificado algumas lacunas e potencialidades não utilizadas para mais sinergias com algumas das instituições da ONU.

183. Tal como foi referido por todas as partes interessadas das organizações das Nações Unidas entrevistadas no país, existem reuniões de coordenação dos doadores, nas quais as organizações das Nações Unidas se reúnem com outros doadores no país e coordenam a sua intervenção. As partes interessadas entrevistadas concordaram que, embora existam algumas sinergias, o espaço para a cooperação está até agora subutilizado, embora recentemente (2021 e 2022) tenham surgido alguns novos projectos/iniciativas conjuntos.

184. Um dos representantes de uma agência das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe afirmou: *"Encontramo-nos sempre, estamos motivados para cooperar e trabalhamos em conjunto. Mas depois voltamos para o nosso gabinete e voltamos a trabalhar como de costume"*. Outro representante de uma outra agência das Nações Unidas referiu: *"Penso que se trata também de capacidades para trabalhar em conjunto. Sabemos que o PAM tem um escritório bastante pequeno aqui e compreendemos que o seu pessoal é limitado. São muito capazes, mas existe a preocupação de saber se, com os novos projectos, poderão ter capacidade para os executar integralmente"*.

185. A cooperação anterior⁴⁵ entre o PAM e várias instituições da ONU foi referida pelos inquiridos do PAM e das organizações da ONU e verificada nos projectos e ACR anteriores dos sítios Web da ONU. Tal como declarado por vários inquiridos de organizações das Nações Unidas, o PAM continua a ser visto por estes como uma agência de resposta a emergências.

186. No âmbito do documento de estratégia implementado, a maioria das sinergias com os doadores da ONU foi realizada no âmbito do SO2. Em 2020, o Fundo Fiduciário Multiparceiros representou uma grande oportunidade para cooperar com outras agências (OIT, UN HABITAT, FAO). Do mesmo modo, em 2020, no âmbito da PGE, o PAM assinou um acordo com a UNICEF para prestar assistência alimentar às crianças que frequentam a escola.

187. Em 2021, registaram-se alguns progressos em matéria de coordenação e parceria com outras organizações das Nações Unidas quando o PAM, juntamente com outras agências das Nações Unidas sob a coordenação do Coordenador Residente, contribuiu para o relatório anual do UNDAF 2017-2021 e para o CCA das Nações Unidas. No mesmo ano, presidiu também ao Grupo de Comunicação da ONU e participou nas reuniões da equipa de país da ONU.

188. Em maio de 2022, foi lançado um projeto conjunto de vários doadores ao abrigo do Fundo ODS, em parceria com o FNUAP, a OIT e o governo de STP.

189. As sinergias com a FAO, uma das organizações da ONU mais relacionadas com o sector, não foram abordadas no âmbito do SO1, apesar de estarem previstas na conceção do DEP. Tal como confirmado pelos inquiridos do PAM e da FAO, há espaço para muitas sinergias e o foco do trabalho sobrepõe-se. Como um dos inquiridos mencionou: *"Estou ciente de que o PAM trabalha com os agricultores e com o Programa de Alimentação Escolar, mas não tenho a certeza de qual é o seu papel e qual é o papel da FAO"*. Da mesma forma, um inquirido do MAFRD confirmou que coopera com a FAO e com o PAM, mas não em quaisquer intervenções conjuntas até ao momento. Não foi mencionada nenhuma razão específica para isso, mas foi reconhecido que a cooperação entre o MAFRD, a FAO e o PAM poderia ter mais potencial para o desenvolvimento consistente do sector agrícola em STP e garantir a segurança alimentar.

190. Tal como confirmado pelos inquiridos da FAO, existem algumas sobreposições e, em alguns casos, ambas as organizações trabalham nas mesmas actividades - por exemplo, o apoio ao consumo local e às práticas agrícolas sustentáveis. Tanto os inquiridos do PAM como os da FAO confirmaram que existe um potencial não utilizado e que a cooperação conjunta pode também atrair recursos financeiros de outras fontes, como o Fundo Verde para o Clima.

⁴⁵ Antes do período de avaliação das intervenções do PEC de reforço das capacidades.

191. Em 2021, as sinergias adicionais dos doadores no âmbito do SO1 foram a cooperação com o BAD na implementação da avaliação da agricultura e o apoio do Banco Mundial com comentários de peritos durante a consulta das partes interessadas a nível nacional para o Diagnóstico Sistemático de STP, que deverá servir o BM para o desenvolvimento do seu Quadro de Parceria de seis anos no país.

2.5. IMPACTO

QE 5: Em que medida a intervenção gerou ou se prevê que venha a gerar efeitos positivos ou negativos significativos, intencionais ou não, a um nível superior?

EQ 5.1 Os ministérios nacionais estão a ajustar políticas, regulamentos, orçamentos ou programas em resultado do reforço de capacidades?

Encontrar 24: A Lei da Alimentação Escolar foi aprovada pela Assembleia Nacional em agosto de 2022, em resultado das intervenções de longo prazo do PAM.

192. O PAM apoiou de forma consistente o CONSAN no reforço do seu papel, fornecendo recomendações de peritos e apoiando a sensibilização do governo e proporcionando espaço para diálogos de alto nível sobre o tema da segurança alimentar e da nutrição (ACR 2019-2022).

193. Em 2019, o PAM realizou reuniões de cortesia com o Primeiro-Ministro e representantes de quatro ministérios sobre o reforço do apoio do PAM ao Governo através do PNASE e as vantagens dos investimentos no inovador programa HGSF no país.

194. Após múltiplas consultas e reuniões de alto nível de 2019 a 2022, a Lei da Alimentação Escolar foi aprovada em agosto de 2022. A Lei de Alimentação Escolar fornece o mecanismo para assegurar os recursos financeiros a longo prazo do governo para o Programa de Alimentação Escolar. Tal como decorre da própria lei e foi confirmado pelos inquiridos, este é um passo crucial para o financiamento autónomo do programa no futuro.

Encontrar 25: As intervenções de sensibilização e baseadas em provas equiparam o governo com as ferramentas necessárias para preparar políticas nacionais sensíveis ao género e levaram-no a assumir alguns compromissos.

195. Tal como referido nos RAC 2019-2022, o PAM apoiou múltiplas intervenções que permitiram aos representantes do governo participar em reuniões de alto nível no âmbito da cooperação Sul-Sul, alavancou o CONSAN para ser visto como uma parte interessada respeitada com recomendações válidas e forneceu ferramentas para medir e monitorizar o desempenho, de modo a que os dados pudessem ser recolhidos a partir de várias intervenções e utilizados para o planeamento. Tal como referido pelas partes interessadas do governo, *"as provas têm de estar disponíveis para que o governo possa tomar decisões estratégicas"*.

196. Durante o período avaliado, o PAM levou as partes interessadas do governo a assumirem os seguintes compromissos e/ou a fornecerem provas para o desenvolvimento futuro de políticas, estratégias e planeamento orçamental:

- O Ministro do MEHE assinou o compromisso da declaração internacional sobre a Iniciativa da Coligação para a Refeição Escolar.
- Foi finalizada a Abordagem Sistémica para Melhores Resultados na Educação (SABER) para analisar a logística e as infra-estruturas para a implementação óptima do PNASE pelo governo.
- Foi fornecido software para recolher, registar e monitorizar dados desagregados por sexo e idade sobre a produção local de alimentos e as necessidades em termos de capacidade das FSS, a fim de contribuir para o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género.
- Foi efectuada uma avaliação agrícola sobre a necessidade de recolher dados sobre a produção alimentar local e as necessidades de capacidade dos pequenos agricultores.
- Foi efectuada um diagnóstico territorial para o plano territorial de desenvolvimento sustentável.
- Foi criado um registo de pequenos agricultores para monitorizar a produção e as necessidades de capacidade.
- Graças ao reforço das capacidades, à introdução de ferramentas informáticas e ao desenvolvimento das capacidades, à realização de estudos de avaliação baseados em dados concretos, o MAFRD

aumentou as suas capacidades e ferramentas para o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género, com o objetivo de assegurar uma produção agrícola sustentável no país, reforçar a autossuficiência dos pequenos agricultores e proporcionar segurança alimentar e crescimento económico.

197. De acordo com os inquiridos nas entrevistas presenciais, o material de sensibilização, como a análise custo-benefício e o exercício SABER-SF, apoiou a alteração jurídica. O impacto adicional pode ser observado na incorporação de "*componentes de reforço das capacidades em todos os projectos que eles (PAM) desenvolvem*", como afirmou um inquirido do governo.

EQ 5.2 Que diferença real fez a atividade na capacidade de conceber, planear e executar programas? De que modo é que o apoio do PAM ao reforço das capacidades do Governo alterou a vida e os meios de subsistência dos beneficiários?

Encontrar 26: O PAM reforçou os conhecimentos técnicos e aumentou as capacidades das partes interessadas, para que possam acompanhar e executar os seus programas. Além disso, a sua posição foi reforçada, o que provavelmente os ajudará a continuar a trabalhar e a defender os programas.

198. O projeto executou múltiplas actividades, que reforçaram as capacidades dos intervenientes governamentais para implementar os programas, principalmente através do PNASE, do MAFRD e do CONSAN.

199. No quadro seguinte, resumimos os principais resultados das intervenções que reforçaram as capacidades das partes interessadas acima referidas e lhes permitiram realizar as suas actividades de forma mais eficiente e/ou assegurar um maior alcance das suas actividades e/ou fazer com que a sua voz fosse mais ouvida. Na terceira coluna, mencionamos a mudança que a intervenção apoiou e para a qual contribuiu.

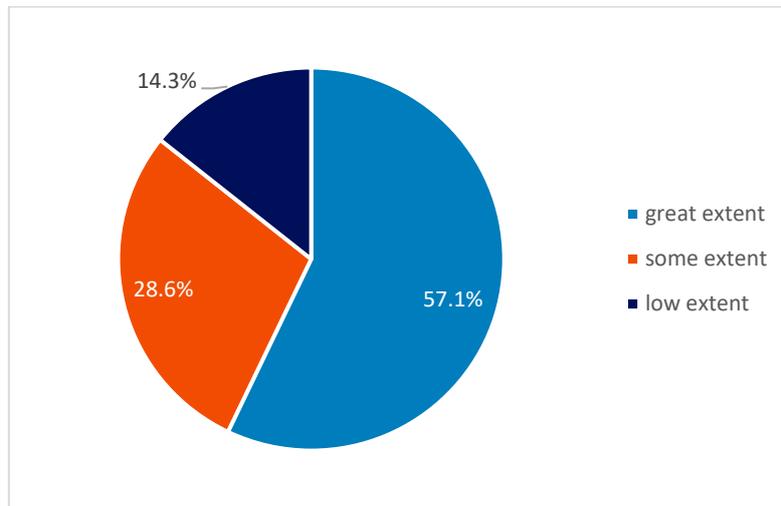
Mesa 9. Principais realizações das intervenções, 2019-2022

Beneficiário governamental	Realizações em 2019-2022	Impacto
PNASE	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da lei da alimentação escolar • Apresentar uma análise custo-benefício que prove que o investimento no SFP é economicamente vantajoso para o Estado • Formação do pessoal do PNASE em questões administrativas, acompanhamento do PAM, formação de peritos em nutrição • Fornecimento de computadores e equipamento informático • Introdução de um sistema de controlo informático para uma melhor organização da logística e uma visão global das refeições entregues • Fornecimento de veículos, adaptação de 3 armazéns e escritórios • Participação numa reunião internacional de alto nível - Fórum Mundial de Nutrição Infantil no Camboja 	<p>O papel do PNASE foi reforçado graças à oportunidade de participar em reuniões internacionais de alto nível e à aprovação da lei da alimentação escolar. Este foi um passo importante para a posição autónoma do PNASE no seio do MEHE e para a garantia de receitas financeiras a longo prazo para o SFP.</p> <p>Além disso, graças ao reforço dos antecedentes do gabinete, permitindo uma melhor logística da distribuição de alimentos às escolas e do armazenamento de alimentos, fornecendo os instrumentos para o acompanhamento dos seus programas e reforçando as capacidades do PNASE tanto na administração, como no acompanhamento e na execução do trabalho, incluindo o reforço das capacidades dos cozinheiros das cantinas, o PNASE pôde implementar melhor o PSA.</p> <p>Com a introdução das hortas escolares e a construção da pocilga a partir da qual os alimentos para as escolas podem ser diretamente distribuídos, foi possível</p>

Beneficiário governamental	Realizações em 2019-2022	Impacto
	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 6 campanhas de sensibilização sobre a importância de incluir produtos locais nas ementas escolares, o consumo de produtos locais nutritivos e a necessidade de investir na produção local, incluindo o desenvolvimento de um vídeo de sensibilização. Reativação das hortas escolares Estabelecimento de pocilgas. 	<p>fornecer uma quantidade adicional de alimentos às crianças e reforçar a auto-subsistência de algumas escolas.</p>
MAFRD	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da cooperação Sul-Sul e da triangulação e do diálogo de alto nível Pessoal formado (CADR) para continuar a formar os pequenos agricultores e ajudá-los a melhorar as suas actividades agrícolas Criação de uma base de dados e de um sistema de gestão da informação para recolher e gerir dados relativos aos pequenos agricultores Realizou uma avaliação agrícola sobre a necessidade de recolher dados sobre a produção alimentar local e as necessidades de capacidade dos pequenos agricultores Um diagnóstico territorial para o plano territorial de desenvolvimento sustentável. 	<p>Graças ao reforço das capacidades, à introdução de ferramentas informáticas, ao desenvolvimento das capacidades e à realização de estudos de avaliação baseados em dados concretos, o MAFRD aumentou as suas capacidades e ferramentas para o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género, com o objetivo de assegurar a produção agrícola sustentável no país, reforçar a autossuficiência de STP e proporcionar segurança alimentar e crescimento económico.</p> <p>Além disso, reforçou e desenvolveu as capacidades dos formadores do CADR e do pessoal do MAFRD para ministrar programas específicos no terreno, em conformidade com as estratégias agrícolas nacionais.</p>
CONSAN	<ul style="list-style-type: none"> Reforço dos antecedentes das instalações do CONSAN, permitindo-lhes realizar reuniões importantes e desempenhar um papel ativo Entrega de equipamento informático Apoiar o aconselhamento de peritos para elaborar as formulações e recomendações para o governo nos domínios da segurança alimentar e da nutrição. 	<p>Graças ao reforço da posição do CONSAN devido à melhoria dos antecedentes técnicos e das capacidades, o CONSAN pôde desempenhar um papel importante na defesa da segurança alimentar e da nutrição, salientando a importância de investir na segurança alimentar e nos programas nacionais junto do governo e apresentando a campanha para a nova proposta da Lei da Alimentação Escolar ao governo (outubro de 2020), que foi posteriormente aprovada.</p>

200. Confirmando o que precede, mais de três quartos dos informadores consideraram que as intervenções fizeram uma diferença real na capacidade de conceber, planear e executar programas. 28,6% deles indicaram que foi uma grande contribuição, enquanto outros 57,1% assinalaram que foi até um certo ponto.

Figura 17. Em que medida as intervenções fizeram uma diferença real na capacidade de conceber, planear e executar programas



201. O inquirido do PAM afirmou que:

"No âmbito dos projectos executados com o apoio do PAM, são assinados acordos de parceria entre o PAM e os parceiros. Para a execução desses acordos, devem ser elaborados e apresentados ao PAM vários documentos/ferramentas de apoio ao acompanhamento e à supervisão das actividades, tais como planos de trabalho, calendários e relatórios técnicos e financeiros (intercalares e finais). Estes exercícios constantes no âmbito de cada acordo, associados a cada projeto e/ou intervenção com o PAM, abrem certamente um leque de conhecimentos sobre a conceção, planeamento e execução de programas e projectos."

QE5b: De que forma é que o PAM apoiou o reforço das capacidades do Governo para mudar a vida e os meios de subsistência dos beneficiários?

Encontrar 27: O programa de alimentação nas escolas tem um impacto direto no acesso das crianças à alimentação e, muitas vezes, motiva-as a estarem presentes na escola.

202. Na perspetiva do pessoal escolar, conforme relatado nas discussões dos grupos de centragem nas escolas, o Programa de Alimentação Escolar é uma motivação essencial para que as crianças frequentem a escola e para que os pais as deixem frequentar a escola. Alguns directores de escolas mencionaram que se *"as crianças não virem fumo [numa escola], não virão"*, referindo-se ao facto de que se a cantina escolar não estiver a funcionar, menos crianças aparecem na escola nesse dia.

203. Em resultado das discussões dos grupos de centragem, os professores sentiram a diferença diretamente durante o processo de aprendizagem. Se as crianças recebem refeições, são mais activas, mostram mais energia e prestam atenção nas aulas. Se não há refeição, as crianças são passivas, apenas sentadas e com um ar *"muito triste"*. Esta situação é também muito desmotivante para os próprios professores terem um bom desempenho.

204. As crianças que participaram nas discussões dos grupos de centragem, independentemente do seu género, fizeram afirmações semelhantes sobre não serem activas se não houver refeição e ficarem felizes se a refeição for fornecida. No entanto, de acordo com as suas declarações, a alimentação escolar não é a principal motivação para estarem na escola. A aprendizagem de coisas novas, a leitura, a escrita, a matemática e as brincadeiras com outras crianças foram frequentemente mencionadas como a principal motivação e as melhores coisas da escola.

205. As crianças de ambos os sexos mostraram ainda apreço pelo facto de as refeições escolares serem semelhantes às que comem em casa. Nomearam algumas refeições tradicionais (*por exemplo, matabala, folhas de mekeke, cachupa, calulu, kizaka com peixe*). Nalgumas discussões dos grupos de centragem, as crianças participantes afirmaram que as refeições na escola e em casa são igualmente boas, enquanto noutras discussões dos grupos de centragem, as crianças participantes preferiram as refeições em casa porque são mais saborosas, mas disseram que as refeições na escola continuam a ser boas.

206. Relativamente ao tamanho das porções das refeições, nas discussões dos grupos de centragem, as crianças de ambos os sexos mostraram uma felicidade geral. Algumas disseram que as porções em casa são maiores do que na escola (distrito de Lembá). Numa escola do distrito de Cantagalo, as crianças relataram que podiam acrescentar uma porção se tivessem fome. Por outro lado, nos distritos de Caué e Me-Zochi, algumas crianças (de ambos os sexos) em ambas as escolas visitadas disseram que as porções das refeições são pequenas e que gostariam de ter porções maiores. Nalgumas escolas, as crianças mencionaram que só tomam refeições duas a três vezes por semana.

207. Durante as discussões dos grupos de centragem, foi referido que, no último ano letivo, foram preparadas principalmente 2-3 refeições por semana "uma vez que não há mais recursos", como mencionado por alguns directores e confirmado pelos trabalhadores do PNASE, ou é "a única forma de tornar a comida nutritiva", como mencionado pelos cozinheiros das cantinas. A frequência comunicada corresponde às conclusões de 2022 no relatório do NFR - uma estimativa de 90 dias lectivos por ano escolar (dos 180 previstos).

208. Os pais, inquiridos nas discussões dos grupos de centragem, apreciaram o Programa de Alimentação Escolar. Em particular, as mães (que são chefes de família) expressaram a importância do fornecimento de refeições aos seus filhos. Declarações semelhantes foram feitas pelas agricultoras nas discussões dos grupos de centragem e nas entrevistas pessoais, quando eram mães de crianças que frequentavam a escola até ao 6º ano. "Sabe, faz diferença quando eu não tenho que alimentar uma criança que come na escola... Eu ainda tenho outras cinco [crianças] para alimentar..." (mãe e agricultora).

209. Na altura da avaliação, as cozinhas escolares ainda não estavam a funcionar e os trabalhadores da cantina e do PNASE referiram que não sabiam quando é que a comida ia chegar.

Encontrar 28: As intervenções centradas nas hortas escolares e outros meios de apoio ao acesso aos alimentos a nível distrital permitiram a produção de 876 kg de legumes e a produção de carne de 77 porcos numa pocilga. Indicando o caminho a seguir e uma fonte potencial de alimentos cultivados localmente e acessíveis para apoiar a alimentação escolar.

210. A conceção do PEC provou ser uma boa fonte potencial de alimentos produzidos localmente e uma forma de apoiar a alimentação escolar. Tal como concluído e recomendado no relatório do NFR, a produção local, incluindo as hortas escolares, pode ter o potencial de fornecer alimentos produzidos localmente que sejam facilmente acessíveis às escolas. Esta constatação resulta também do trabalho da HELPO sobre o mesmo tema.

211. De acordo com o ACR 2022 e confirmado diretamente pelos representantes da HELPO e as suas gravações, foram produzidos 876 kg de legumes a partir da cooperação da HELPO nas hortas escolares em Cantagalo e Água Grande. Como confirmado pelos directores da escola - "esta já é uma quantidade suficiente para nós e para as escolas da vizinhança". Em Água Grande, os directores mencionaram que "graças à pocilga, as crianças terão acesso a proteínas animais, o que é bom para elas".

212. Se a escola tiver uma horta, as crianças referiram que estão envolvidas em algumas actividades relacionadas com o cultivo de culturas, tais como semear, mondar e regar. As crianças de ambos os sexos gostaram das actividades da horta escolar e lamentaram o facto de algumas hortas não estarem a funcionar.

213. O pessoal escolar, em particular os professores, mencionou que, se a escola tem uma horta, faz algumas actividades com as crianças, mesmo que estas não façam parte dos currículos escolares. Consideram que estas actividades são importantes porque "as crianças vêem que podemos produzir alimentos locais" (diretor da escola).

Encontrar 29: A percepção da importância dos alimentos produzidos e consumidos localmente começou a ser notada.

214. Os participantes dos FGDs organizados nas escolas⁴⁶ mostraram-se conscientes da importância dos alimentos produzidos localmente. Eles foram capazes de mencionar quais são os benefícios e se são benéficos. Os aspectos mais enfatizados foram o facto de os alimentos serem mais saudáveis e nutritivos. Esta percepção está relacionada com o facto de, tal como referido pelo MAFRD, existirem projectos de apoio

⁴⁶ 10 FGDs; sempre 2 em cada distrito com a participação do diretor, professor(es), trabalhador(es) da cantina escolar e jardineiro

à agricultura biológica que não utilizam fertilizantes e outros químicos. Vários participantes das discussões dos grupos de centragem afirmaram repetidamente que *"é bom, e vem diretamente da nossa terra"*. Durante a discussão, os participantes usaram frequentemente o discurso que mostra a propriedade sobre os alimentos locais, usando expressões como *"os nossos produtos"*, *"vindo da nossa terra"* e *"a nossa tradição"*

215. Alguns dos participantes sublinharam a compreensão dos aspectos económicos. *"Esse vegetal/fruta é mais barato"*. Isto está de acordo com as conclusões da equipa no mercado local na altura da missão no terreno. No entanto, tal como foi referido pelo MAFRD, pelos agricultores, pelos representantes das ONG e pelo pessoal do PAM, os preços tanto da produção local como dos alimentos importados flutuam ao longo do ano. Os participantes nas discussões dos grupos de centragem nas escolas mencionaram que, recentemente, os preços dos produtos locais têm vindo a aumentar continuamente, não sendo claro para eles como é que isso é possível.

Encontrar 30: A sensibilização para as questões de género e a VBG começou a ser notada.

216. Conforme relatado durante as discussões dos grupos de centragem com o pessoal escolar e os pais, alguns participantes aperceberam-se da campanha contra a VBG e foram capazes de articular as suas principais mensagens. Algumas participantes do sexo feminino afirmaram que a campanha é apenas teórica e salientaram que faltam os aspectos práticos. Como referiu uma inquirida, *"É bom saber que existe, mas não há nada que eu possa fazer"*.

217. Durante as discussões dos grupos de centragem e as entrevistas com os agricultores, confirmou-se que tinham ouvido falar da campanha, e confirmaram-no descrevendo a imagem e uma mensagem. Quando entrevistada sobre as questões de género e o apoio ao papel das mulheres na agricultura, uma das inquiridas disse: *"Achamos que é bom falar sobre isso e que é bom dar poder às mulheres."* Outra mulher acrescentou: *"Pensamos que as mulheres devem liderar mais e ter uma voz mais forte. Mas, sabe, depois o homem chega a casa e é sempre a mesma coisa"*.

218. Nas discussões dos grupos de centragem, foi mencionado repetidamente que existe a perceção de uma ligação entre o consumo de álcool e a violência. É do conhecimento geral no país que existe um problema de consumo excessivo de álcool entre a população rural, principalmente entre os homens. Esta foi também uma tendência muito visível que a ET pôde observar durante as visitas de campo, em que os homens bebiam vinho de palma nas estradas desde manhã cedo.

219. O inquirido do PNASE confirmou que a VBG é um problema visível e partilhou a perceção de que há cada vez mais atenção à questão nas escolas e nas comunidades e um nível crescente de discussões relacionadas com as desigualdades de género. Os professores e o pessoal das escolas, nas discussões dos grupos de centragem, mencionaram que a violência também é observada nas crianças. Alguns professores sugeriram *"aumentar a consciencialização entre nós (professores) sobre a questão, para que saibamos o que fazer sobre isso"*.

Pesquisa 31: Alguns dos agricultores formados de agregados familiares vulneráveis aumentaram as suas competências e capacidades para produzir produtos locais através de práticas inteligentes face ao clima, tornando a sua produção mais resistente às alterações climáticas e abrindo oportunidades para os ligar às escolas da zona e ao mercado local.

220. No âmbito da OE 1, com base no ACR 2020, foi ministrada formação sobre técnicas agrícolas inovadoras e sustentáveis e sobre a adaptação às alterações climáticas e a entrega de ferramentas a 568 agregados familiares vulneráveis⁴⁷. Durante a missão no terreno, a ET recebeu uma lista de 511 beneficiários, dos quais 464 eram mulheres.

221. No inquérito por questionário realizado em⁴⁸, quase metade dos inquiridos (44,4%⁴⁹) declarou não ter participado em qualquer atividade financiada pelo PAM ou implementada pelo CADR. No entanto, mais tarde, durante as entrevistas pessoais, com perguntas adicionais, a ET constatou que alguns agricultores

⁴⁷ A ET recebeu uma lista de 511 agregados familiares vulneráveis, dos quais 464 eram mulheres.

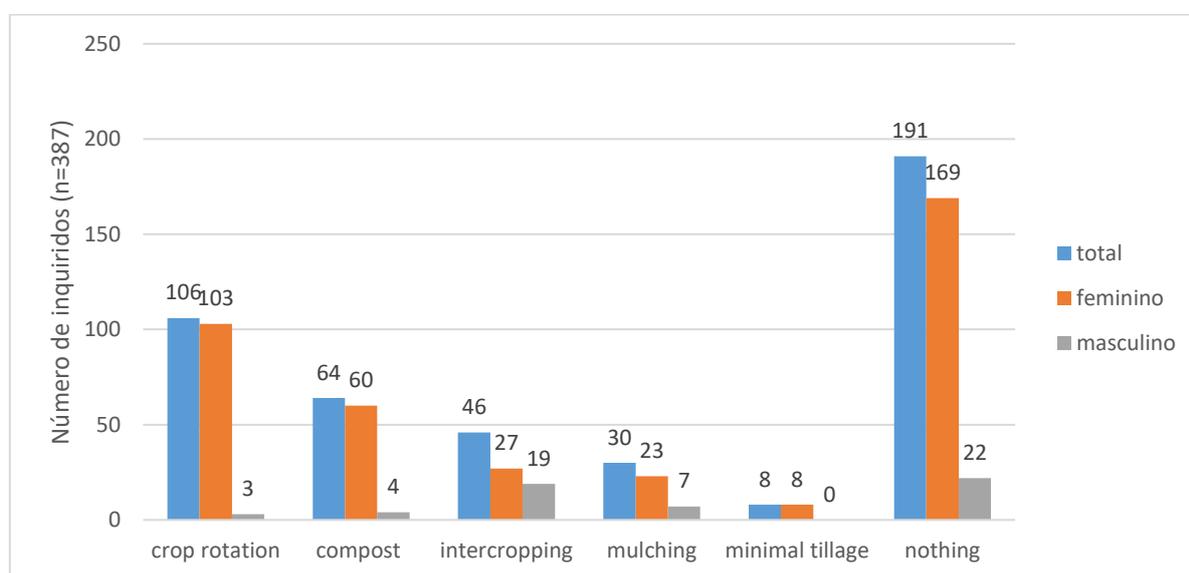
⁴⁸ A ET alcançou um total de 387 agricultores, dos quais 334 eram mulheres e 44 homens.

⁴⁹ Deste grupo, desagregado por sexo, 58 eram agricultores do sexo masculino e 110 do sexo feminino

confirmaram a sua participação em acções de formação com o mesmo conteúdo e calendário, mas a ligação ao PAM ou ao CADR não foi mantida devido à pouca visibilidade do PAM.

222. Com base nas informações do RAC 2020 e tal como confirmado pelo parceiro de execução, a formação centrou-se em práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis (PAE) e na adaptação às alterações climáticas. Algumas agricultoras referiram que também receberam outra formação, por exemplo, sobre agricultura biológica. Metade dos inquiridos respondeu que não utiliza quaisquer técnicas de PAE nos seus campos, mesmo após a formação. Foi repetidamente referido que não sabem por que razão o devem utilizar, "a formação foi demasiado curta e não sei bem como o devo fazer". "Gostaria de tentar, mas não tenho a certeza de como começar". No entanto, alguns agricultores relataram algumas técnicas do PAE sem saber que elas pertencem ao PAE. O ET observou uma constatação semelhante durante as visitas guiadas, com os agricultores a notarem que a cultura intercalar e a cobertura morta com copra de coco e compostos eram aplicadas. A partir dos resultados (Figura 18), é evidente que os agricultores aplicam frequentemente mais técnicas de PAE, principalmente a rotação de culturas e a compostagem. Algumas agricultoras entrevistadas expressaram que acham que as técnicas de PAE são boas e podem ajudar a cultivar bons produtos.

Figura 18. Aplicação de técnicas de Práticas Agrícolas Sustentáveis pelos agricultores inquiridos*



*Pergunta de escolha múltipla que permite selecionar mais respostas

EQ 5.3 O apoio do PAM ao Governo e as actividades subsequentes capacitaram ou desenvolveram e apoiaram a liderança feminina e a independência das populações afectadas?

Encontrar 32: Os intervenientes governamentais foram equipados com ferramentas para registar dados segregados por género, permitindo-lhes conceber novas políticas nacionais sensíveis ao género. Foram realizadas discussões de alto nível em que foi mencionada a necessidade de capacitar as mulheres pequenas agricultoras. No entanto, não se realizaram actividades específicas de liderança feminina.

223. Ao longo da implementação do CSP, foram reforçadas as capacidades do governo para abordar o importante tema de encorajar e capacitar as mulheres pequenas agricultoras a fornecer produtos locais saudáveis e de qualidade às cantinas escolares.

224. Em 2019, realizaram-se dois debates de alto nível com a participação do Instituto Nacional para a Igualdade e Paridade de Género. Os inquiridos do governo envolvidos na implementação do PEC mencionaram a importância do envolvimento das mulheres e comunicaram o seu conhecimento de campanhas sobre a promoção da igualdade de género e a VBG. No entanto, não foi mencionada a abordagem transformadora diretamente centrada na capacitação da liderança das mulheres.

225. Em 2021, o MAFRD foi equipado com software informático para recolher dados desagregados por sexo e idade sobre a produção local de alimentos e as necessidades de capacidade de SHF para alimentar o desenvolvimento de novas políticas nacionais sensíveis ao género. No entanto, no momento da avaliação,

não existia até à data qualquer panorâmica dos dados recolhidos, nem qualquer relatório nacional atualizado que fornecesse os dados recolhidos, nem a política recentemente desenvolvida em que este aspeto pudesse ser revisto.

226. As intervenções do DEP visavam tanto homens como mulheres, dirigiam-se aos agregados familiares vulneráveis, em que a maior parte dos agregados familiares chefiados por mulheres eram apoiados, e as questões de GEWE eram consideradas. No entanto, não foi organizada qualquer formação específica sobre a liderança das mulheres, não foram tomadas quaisquer medidas específicas de transformação em termos de género e não estava disponível qualquer estudo de base sensível ao género.

2.6. SUSTENTABILIDADE

QE 6: Em que medida as actividades e os resultados da intervenção serão sustentados a longo prazo?

QE 6.1 Como é que as actividades, as capacidades e os sistemas desenvolvidos permitiram a continuação dos programas? Existem necessidades ou lacunas a colmatar para que o Governo possa prosseguir o programa sem o apoio do PAM?

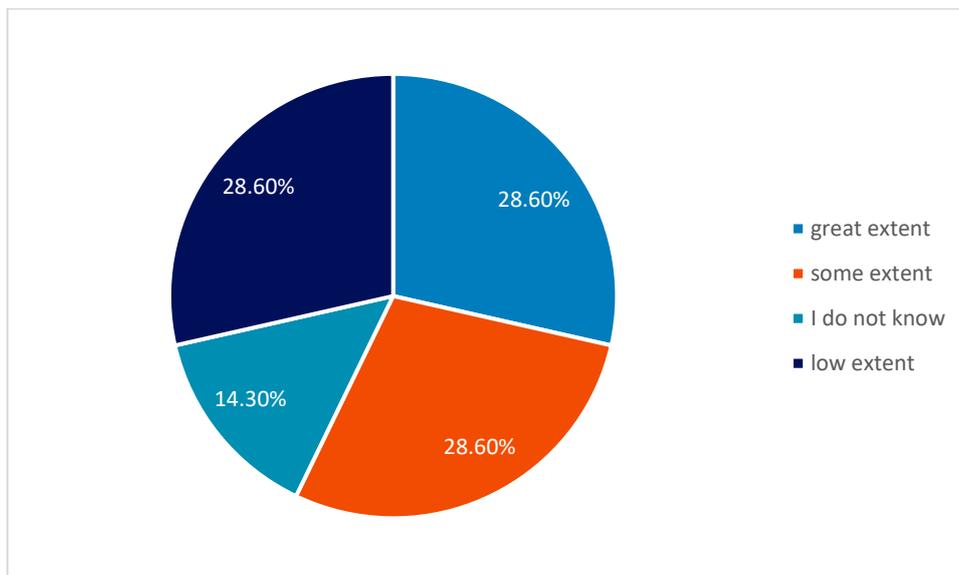
Encontrar 33: O interesse e a motivação das partes interessadas do governo para continuar com os programas existem, uma vez que as capacidades construídas as apoiam no cumprimento das prioridades do governo nacional; no entanto, a perceção da sustentabilidade é comprometida por desafios persistentes com a autonomia do PNASE e o financiamento autónomo relacionado para o SFP.

227. Após anos de trabalho consistente do PAM com o CONSAN, PNASE e outras partes interessadas, conforme relatado nos ACRs e diretamente com os parceiros envolvidos, a Lei de Alimentação Escolar foi aprovada em agosto de 2022. A lei prevê o mecanismo para que o governo possa libertar fundos para as actividades do PNASE no Programa de Alimentação Escolar.

228. A conceção do PEC foi construída em torno das prioridades do governo, o que, de acordo com os inquiridos do governo, é crucial para a resiliência dos resultados da intervenção contra possíveis flutuações nas estruturas governamentais, uma vez que *"as pessoas mudam, mas os programas e as prioridades nacionais mantêm-se"*.

229. No inquérito, quase 60% dos inquiridos do governo, dos parceiros de implementação, do PAM e de outras organizações doadoras indicaram falta de conhecimento ou baixo grau de sustentabilidade das capacidades e sistemas construídos para as actividades dos programas (Figura 19). Referem-se principalmente à posição dependente do PNASE em termos de tomada de decisões e de financiamento do PAM e sublinham a necessidade de criar mais esforços a longo prazo.

Figura 19. Percepção do grau de sustentabilidade das capacidades e sistemas construídos para as actividades dos programas



Pesquisa 34: As capacidades reforçadas do PNASE, do CONSAN e do MAFRD criaram um ambiente propício à execução sustentável do Programa de Alimentação Escolar, à advocacia de alto nível, ao trabalho de desenvolvimento com os pequenos agricultores e às políticas sensíveis ao género. No entanto, subsistem algumas lacunas a colmatar.

230. O PNASE é a organização governamental responsável pela organização do PSA e pela entrega de refeições nas escolas. O PNASE é o organismo governamental responsável pela organização do PSA e pela entrega das refeições nas escolas. A existência de uma base técnica e de infra-estruturas melhoradas apoia a execução do programa e elimina alguns dos desafios, contribuindo simultaneamente para a sua sustentabilidade. O apoio à intervenção respondeu às necessidades do PNASE em termos de reequipamento dos armazéns e de redução das perdas de alimentos, bem como de entrega de veículos para a distribuição de alimentos e para chegar a zonas tão remotas que anteriormente não dispunham de distribuição de alimentos. O equipamento entregue está na posse do PNASE e encontra-se totalmente funcional e ativamente utilizado.

231. No entanto, as capacidades do PNASE precisam de ser reforçadas em termos de melhoria da logística e das ferramentas de monitorização para enfrentar os obstáculos remanescentes. Conforme declarado pelo PNASE, confirmado nas escolas e verificado pela ET, o PNASE efectua visitas às escolas para monitorizar os alimentos armazenados, consultar ementas e participar na procura de soluções quando alguns alimentos não estão disponíveis. Um consultor ocupa-se de cerca de 5-6 escolas nos distritos. Nalguns distritos, o desafio é maior, uma vez que as escolas se situam em zonas remotas. Os consultores do PNASE precisam de apoio para cobrir os custos de transporte, uma vez que, até à data, os cobrem com os seus próprios salários. Como repetidamente mencionado pelos consultores distritais do PNASE, eles entendem que é injusto e reduz a sua motivação para visitar escolas mais difíceis de alcançar, que depois ficam sem supervisão e monitorização adequadas. Apesar da ferramenta de monitorização existente, os dados têm sido recolhidos apenas em papel, não tendo sido criada até agora nenhuma base de dados digital, o que limita a utilização dos resultados para a planificação.

232. A ET não encontrou um mapa da localização das escolas e os inquiridos referiram que não existia. No entanto, reconheceu-se que tal poderia permitir um melhor planeamento da logística alimentar e foi recomendado no relatório do NFR.

233. As intervenções do programa junto do CONSAN resultaram na sua posição de parte interessada respeitada, com capacidade para realizar e organizar reuniões de alto nível com o governo e debates estratégicos participativos sobre a segurança alimentar e a nutrição do país. O papel de aconselhamento estabelecido pelo CONSAN irá provavelmente continuar no futuro.

234. A disponibilização de ferramentas e a melhoria das competências do MAFRD permitiram a recolha de conclusões baseadas em dados concretos e de dados repartidos por género, a fim de proporcionar um pano de fundo para o desenvolvimento de políticas sensíveis ao género, em conformidade com as prioridades e necessidades nacionais, criando simultaneamente um mecanismo para transferir o ganho de capacidades para o nível institucional, o que significa torná-lo resistente à rotação do pessoal. Fornecimento de estudos e avaliações com capacidades comprovadas para o planeamento sustentável a longo prazo, para além do âmbito do PEC.

235. Os inquiridos do MAFRD reconheceram o apoio das suas capacidades no trabalho com os pequenos produtores para aumentar a produção local de alimentos. *"Muitas das intervenções do PAM incluem programas de reforço das capacidades institucionais, sobretudo nos sectores responsáveis pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, tanto em termos de materiais como de formação. Estes reforços ajudam a criar as condições para que estas organizações continuem a prestar o apoio necessário aos produtores durante e após os projectos."*

236. As actividades de sensibilização relacionadas com a importância do consumo de produtos locais criaram oportunidades para o envolvimento ativo dos produtores locais e para um maior trabalho com as comunidades.

Encontrar 35: O programa de alimentação escolar ainda não é sustentável, apesar de a sua importância ser reconhecida. Um elemento crucial para garantir a sustentabilidade e a implementação autónoma do programa pelo governo é assegurar o financiamento, mobilizar recursos e reforçar o compromisso.

237. Os resultados das entrevistas mostraram que todos os inquiridos concordaram com a importância da alimentação escolar. Um representante do governo afirmou diretamente que *"a alimentação escolar é o futuro das nossas crianças"*, e outro acrescentou que *"a refeição mantém as crianças na escola"*, sublinhando a influência positiva da alimentação escolar na frequência escolar.

238. De acordo com os inquiridos das organizações, o ambiente propício foi criado em termos de aspectos legais e políticos. Os informantes destacaram a nova Lei da Alimentação Escolar n.º 1/2023, que foi aprovada e está a aguardar a sua aplicação. A lei permite a autonomia financeira do PNASE em relação ao Ministério da Educação, o que os informadores consideram promissor para um desempenho mais eficaz.

239. Com base nos resultados das entrevistas, a maioria dos informantes destacou a necessidade de autonomia do PNASE, principalmente em termos de autonomia financeira e administrativa, como uma clara dotação orçamental, acesso à sua conta bancária, *"operacionalizar o processo de aquisição de produtos alimentares para as refeições escolares"*. Os informantes percebem que o PNASE não tem mandato, por exemplo, resultando na impossibilidade de comprar produtos alimentares básicos, como arroz ou feijão.

240. O inquirido do PNASE descreveu a evolução do papel do PAM e o progresso no aumento da responsabilidade governamental no programa, juntamente com o desafio remanescente relacionado principalmente com o financiamento. *"Se o PAM deixar o país, o PNASE não é viável e não pode cumprir o seu objetivo. O governo faz um esforço, mas há muitos desafios na entrega de alimentos às escolas. Tem havido progressos. O PAM já não cobre os custos dos alimentos, mas o apoio operacional do PAM, incluindo a contribuição para cobrir o combustível e o apoio ao transporte, continua a ser essencial para o funcionamento do programa."*

241. Com base no papel do PNASE, as refeições devem ser feitas todos os dias do ano letivo durante 180 dias. Para todas as escolas visitadas pela ET, isto é visto como um desafio e as escolas precisam de ajuda para atingir o objetivo esperado. Todos os inquiridos das escolas visitadas confirmaram que os fundos atribuídos pelo PNASE são insuficientes para comprar produtos locais, tais como peixe, legumes e folhas. A maioria das escolas cobre 30% a 60% da alimentação escolar, tanto em termos de fornecimento de refeições como de seguir o menu do PNASE.

242. O relatório NFR Back to Office (2022) concluiu que *um dos principais desafios do PNASE é assegurar os fundos necessários para alimentar cada criança todos os dias*. Em 2022, verificou-se que o PNASE cobria apenas 90 dias. Esta irregularidade de cobertura afecta o estado nutricional das crianças, bem como a fiabilidade dos pagamentos governamentais.

Encontrar 36: Para aumentar a viabilidade e a sustentabilidade do programa de alimentação escolar ao nível das escolas, devem ser resolvidas as questões da falta de equipamento, das hortas escolares que não funcionam e da fraca participação dos pais.

243. Tal como foi relatado nas discussões dos grupos de centragem nas escolas e confirmado pela observação no terreno e com o inquirido do PNASE, as condições das cozinhas escolares são bastante precárias. Os fogões são tradicionais ou melhorados (ditos ecológicos). Todas as escolas visitadas utilizam lenha, o que representa um encargo financeiro adicional para o seu funcionamento. As cozinheiras de algumas escolas queixam-se do fumo que se faz sentir quando estão a cozinhar, o que lhes causa dificuldades respiratórias e irritação nos olhos. Por isso, algumas cozinheiras abandonaram o fogão ecológico e cozinham ao ar livre, numa fogueira. Os problemas com o fumo agravam-se em dias de chuva. Numa das escolas visitadas, foi referido que *"é tão mau que deixamos de cozinhar nesses dias"*.

244. Tal como foi referido nas discussões dos grupos de centragem e observado pela equipa técnica, o serviço de refeições em algumas escolas também enfrenta desafios, uma vez que faltam cantinas e utensílios de mesa. As refeições são servidas nas salas de aula, o que perturba o processo educativo e é mais exigente em termos de mão de obra (as cozinheiras têm de levar as refeições para as salas de aula e depois limpar as mesas da escola) e de tempo (demora muito mais tempo do que quando as refeições são servidas nos refeitórios).

245. De acordo com os registos do PNASE, mais de metade das escolas visitadas têm as suas hortas escolares com o objetivo de fornecer produtos locais frescos às cantinas escolares. Foi confirmado pela prática da HELPO, pelos directores das escolas e pelos ACRs, que as hortas escolares constituem uma fonte de alimentos que, em certa medida, pode cobrir as necessidades alimentares das escolas ou mesmo tornar-se uma fonte de rendimento adicional. Um dos directores afirmou que *"a produção que temos pode, na época, cobrir todas as nossas necessidades, e podemos até vender as quantidades excedentes à comunidade circundante ou enviá-las para outras escolas nos arredores"*.

246. No final de setembro de 2023, em dez escolas visitadas, havia sinais de hortas escolares, mas apenas duas estavam em funcionamento. As restantes hortas não estavam a funcionar por vários motivos, como a falta de acesso à água, a falta de precipitação (atraso da época das chuvas), a falta de jardineiros, e as hortas a serem destruídas por animais domésticos da comunidade ou devido ao roubo da colheita quando em funcionamento.

247. Tal como foi referido durante as discussões dos grupos de centragem e confirmado com a HELPO, o maior desafio sentido nas hortas escolares em funcionamento é a necessidade de uma vedação que impeça o acesso livre à horta, que é frequentemente utilizada por outras pessoas que roubam os produtos. Alguns produtos são também consumidos por animais domésticos que andam à solta. Isto desmotiva o pessoal da escola a gerir as hortas escolares.

248. Durante as discussões dos grupos de centragem nas escolas e confirmado pela HELPO, foi mencionado que houve dificuldades recentes com a posição de jardineiro, uma vez que a pessoa que costumava trabalhar para eles não pôde continuar devido aos novos regulamentos sobre os funcionários públicos que trabalham para o MEHE. Os funcionários públicos têm de demonstrar um nível mínimo de escolaridade ao nível do nono ano, o que muitas vezes não é o caso dos jardineiros. Foi afirmado repetidamente durante as discussões dos grupos focais que as pessoas das comunidades próximas das escolas estão dispostas a aceitar o trabalho, mas não cumprem o novo requisito relativo ao nível de escolaridade exigido. De acordo com a opinião de três directores que perderam pessoal qualificado, eles pensam que o nível educacional não é importante comparado com as suas capacidades como jardineiros.

249. Para resolver os roubos das hortas escolares, foi repetidamente expresso durante os FGDs e confirmado pela experiência dos HELPOs com projectos semelhantes e confirmado pelo PNASE que eles acreditam que se a comunidade pudesse estar mais envolvida e tivesse uma melhor compreensão de que a horta é para o benefício dos seus filhos, tais casos poderiam ser eliminados.

250. Com base nos resultados das discussões dos grupos de centragem nas escolas, os pais só são activos em algumas escolas. As associações de pais não estão a funcionar na maioria das escolas visitadas. Os pais não estão ativamente envolvidos no processo educativo, incluindo a alimentação escolar. Apenas duas escolas têm uma associação de pais ativa. Nestes casos, os pais também contribuíram para a produção (banana, legumes, folhas) e/ou lenha. Como foi mencionado por alguns pais durante as entrevistas, *"Eles*

[pais-agricultores] sentem que se estiverem sozinhos, ninguém os ouve, e sentem-se tímidos para se envolverem". Como foi referido pelo PNASE e por alguns dos directores das escolas, quando as associações de pais estavam activas em mais escolas, havia mais influência na comunidade, "e isto pode fazer com que a comunidade compreenda melhor que se roubam da nossa horta, roubam dos seus filhos".

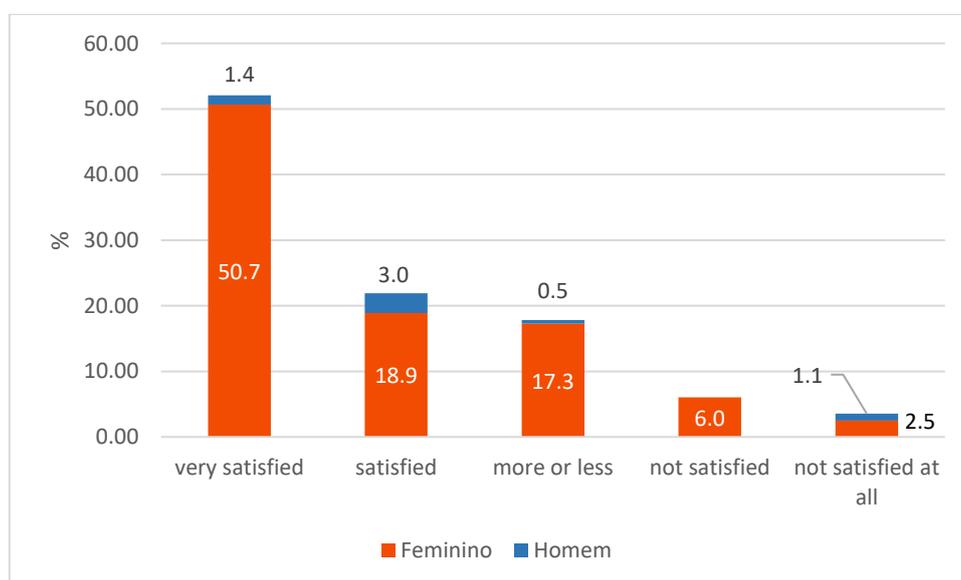
Pesquisa 37: A ligação entre os produtores locais e as escolas deve ser reforçada, bem como as capacidades e a resiliência dos agricultores.

251. O relatório da NFR Back to Office (2022) concluiu que o segundo principal desafio é ligar as escolas aos produtores locais de alimentos através do HGSA. Tal como referido, o desafio reside na fraca ligação entre a elevada procura de produtos alimentares para as cantinas escolares e os produtores locais, nomeadamente os pequenos agricultores e os pescadores locais. Até à data, 95% do total de alimentos distribuídos é importado, com apenas um grande importador a fornecer os cinco produtos (arroz, feijão, massa, azeite e sal).

252. Os participantes de apenas um FGD das dez escolas visitadas referiram que a escola coopera regularmente com os pequenos agricultores locais. Os agricultores fornecem legumes e folhas. Outras escolas referiram que, em alguns casos, costumavam cooperar com os agricultores locais. Atualmente, a colaboração é reduzida, uma vez que as escolas têm um orçamento limitado para comprar os produtos regularmente. Algumas escolas não cooperam com os agricultores locais porque não há nenhum na zona.

253. Os agricultores que foram incluídos em actividades no âmbito do SO1 e participaram no inquérito consideraram a sua produção satisfatória (70%) (Figura 20). Isto permite a possibilidade de acesso a alimentos provenientes da produção local. No entanto, nas discussões dos grupos de centragem, os participantes de ambos os sexos descreveram possíveis desafios relacionados com a manutenção da sua produção agrícola no futuro, tais como a falta de meios financeiros, o impacto das alterações climáticas (início tardio da estação das chuvas), a falta de água disponível para rega, a falta de sementeira e de material de plantação, a baixa produtividade e o roubo dos produtos.

Figura 20. Nível de satisfação percebido pelos agricultores inquiridos (N=378)

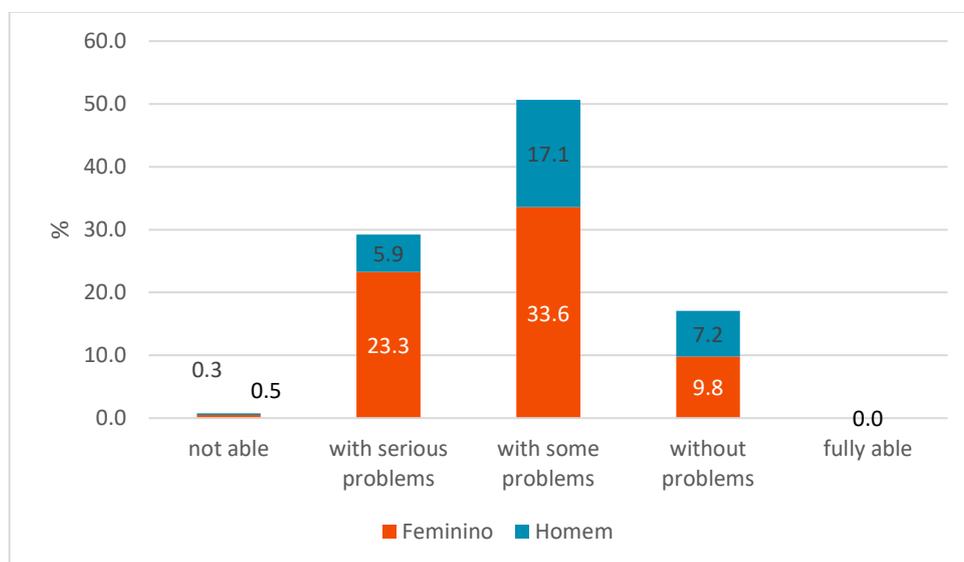


254. Durante as discussões dos grupos de centragem com os agricultores, as mulheres afirmaram repetidamente que, durante a COVID-19, foram confrontadas com os preços elevados dos alimentos e dos insumos agrícolas, restrições à mobilidade, uma maior carga de cuidados devido a familiares doentes e crianças que não frequentam as escolas, e despesas adicionais com kits de higiene. "Mas agora, a situação é melhor, apesar de os preços dos alimentos serem elevados".

255. A maioria dos inquiridos relatou que os seus agregados familiares têm sérios (29,2%) ou alguns (50,6%) problemas para cobrir as necessidades alimentares dos seus membros. Nenhum dos agricultores inquiridos

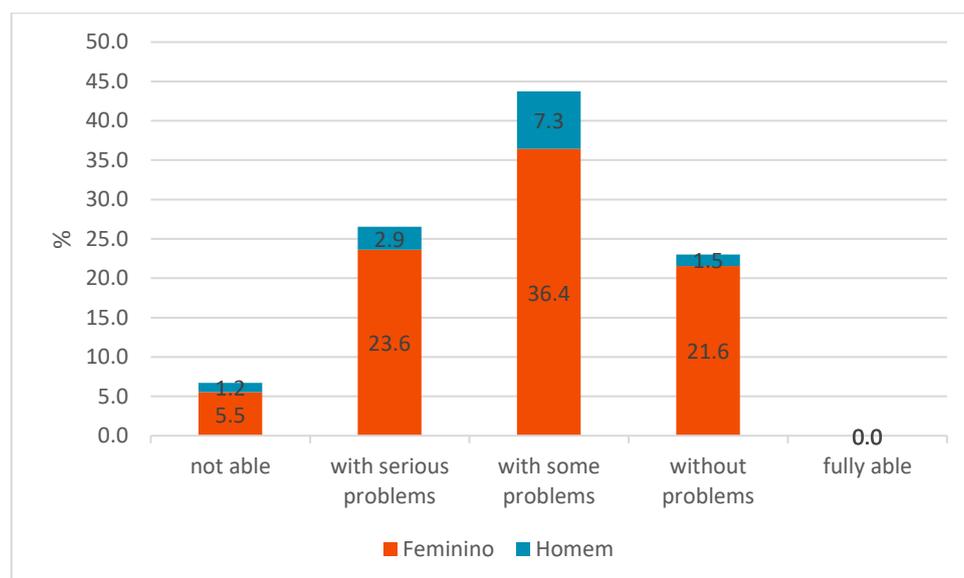
mencionou que o seu agregado familiar é totalmente capaz de cobrir as necessidades alimentares dos seus membros. A figura 21 mostra os resultados em percentagem e desagregados por sexo.

Figura 21. Capacidade percebida para cobrir as necessidades alimentares do agregado familiar (N=378)



256. Os resultados do inquérito aos agricultores (Figura 22) indicaram que mais de metade deles considera que terá alguns (43,7%) ou sérios problemas (21,6%) se continuar a sua produção agrícola sem o apoio de organizações externas (PAM/CADR/ADAPPA/HELPO⁵⁰), sendo que alguns agricultores não serão de todo capazes (6,7%). Os inquiridos referiram que, sem apoio, teriam falta de material de sementeira e de plantação, de ferramentas agrícolas (enxadas, catanas) e de recursos financeiros. Quase um quarto dos agricultores (23,0%) declarou ser capaz de gerir a produção agrícola sem problemas e sem qualquer apoio externo.

Figura 22. Capacidade percebida para continuar a produção agrícola sem apoio externo (N=378)



⁵⁰ Os agricultores indicaram as partes interessadas com quem cooperam nas intervenções actuais. No entanto, outras organizações, como a FAO, podem dar apoio para cobrir as necessidades identificadas.

3. Conclusões e recomendações

3.1. CONCLUSÕES

257. O trabalho e a presença do escritório do PAM em STP são muito importantes e muito apreciados pelas partes interessadas do país. O PAM ocupa um lugar importante na comunidade de doadores, no governo de STP e no desenvolvimento do país.

258. A mudança contínua de prioridades no CSP 2019-2024 centra-se no reforço das capacidades do governo para se tornar independente no que respeita ao fornecimento do Programa de Alimentação Escolar. O apoio à produção local, às cadeias de valor e ao acesso aos mercados e aos pequenos agricultores são elementos-chave para garantir a sustentabilidade a longo prazo e a autossuficiência do país, abordando estas questões. É necessária uma cooperação persistente e a longo prazo com o governo para garantir que as políticas recentemente desenvolvidas sejam aplicadas e que sejam afectados recursos suficientes ao SFP no âmbito do próximo CSP. Da mesma forma, são necessários esforços persistentes para apoiar o PNASE a tornar-se mais independente e a trabalhar continuamente com os pequenos agricultores. No entanto, ao entrar em novas áreas temáticas ou ao trabalhar em temas que se sobrepõem, como o trabalho com os pequenos agricultores, devem ser ativamente procuradas e realizadas mais sinergias com outros doadores e partes interessadas locais. Esta abordagem poderia mobilizar outros recursos financeiros e resultar em contribuições a longo prazo para cumprir as estratégias nacionais e globais e reforçar a cooperação dos doadores no país. O PAM está a passar de um ator operacional tradicional para um ator mais transformador no país. No entanto, deve ser mantida uma abordagem complexa e bem centrada nestes esforços e devem ser ultrapassadas algumas lacunas difíceis a nível das capacidades internas. Ao mesmo tempo, esta posição constitui uma excelente oportunidade para atrair novos recursos financeiros para o seu próximo PEC. No entanto, a visibilidade do trabalho do PAM a nível comunitário deve ser reforçada para fortalecer toda a narrativa para novas fontes de financiamento.

259. De um modo geral, ao colmatar algumas lacunas identificadas e ao basear-se nas boas práticas actuais e nas lições aprendidas, o PAM ocupa uma posição insubstituível na comunidade de doadores do país e é um ator importante na oferta de soluções sustentáveis com impacto e a longo prazo para o desenvolvimento do país.

260. **Relevância.** As intervenções de reforço das capacidades avaliadas do CSP foram consideradas altamente relevantes, indo ao encontro das necessidades e prioridades do governo, das partes interessadas e da população afetada.

261. As intervenções do PEC foram alinhadas com as prioridades do governo, o Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) e as estratégias nacionais de desenvolvimento, visando diretamente os ODS (2 e 17). Baseou-se nas lições aprendidas com o anterior PEC e foi concebido no âmbito de um processo participativo com todas as partes interessadas relevantes.

262. Durante a execução, as agências governamentais participaram ativamente, algumas organizações nacionais e internacionais desempenharam o papel de parceiros locais de execução, enquanto algumas outras agências doadoras participaram em actividades conjuntas. O acompanhamento do PEC foi efectuado principalmente pelo pessoal local do PAM, com o apoio dos parceiros de execução, que assinalaram algumas lacunas e possibilidades de melhoria no âmbito do acompanhamento participativo dos progressos.

263. A nível de projectos específicos no âmbito da execução do PEC, embora tenham sido estabelecidas algumas sinergias com outros doadores, é necessário dar mais ênfase às sinergias planeadas e previstas, sendo já evidente a necessidade de melhorias para a próxima conceção do PEC

264. A retórica GEWE foi amplamente incluída na conceção do programa. No entanto, não foi efectuada uma análise exaustiva da situação de partida em termos de género, o que aponta para a necessidade de uma abordagem mais estratégica e diligente. Não há provas da participação ativa do Instituto Nacional para a Igualdade e Paridade de Género na componente GEWE do programa.

265. **Eficácia.** A eficácia foi considerada elevada: os objectivos e metas podem ser considerados alcançados se forem avaliados através dos indicadores e dados qualitativos disponíveis.

266. Apesar da ausência de indicadores quantitativos na linha de base e na linha final, as evidências qualitativas indicaram que o CSP contribuiu para a realização das prioridades nacionais. Por exemplo, apoiando o desenvolvimento e a aprovação da nova Lei da Alimentação Escolar, fortalecendo o papel do CONSAN e do PNASE e reforçando as suas capacidades como partes interessadas com poder de influência na realização dos objectivos e prioridades do governo.

267. A influência do período de pandemia de COVID-19 na eficácia da execução do projeto foi bastante positiva, proporcionando incentivos para procurar abordagens alternativas para a execução do PEC. O período pandémico comprovou as relações bem estabelecidas do PAM com as partes interessadas e a disponibilidade do PAM para mobilizar recursos para apoio de emergência. Foi identificada a necessidade de preparar uma futura almofada de "emergência" e mecanismos de preparação para emergências (planos de contingência) para futuras crises e choques no país.

268. Apesar de não existir uma estratégia de transformação de género, manteve-se a abordagem geral de visar todos com uma "abordagem sem discriminação". No âmbito do SFP, o PNASE/PAM visava as crianças presentes nas escolas - no entanto, isso significava apenas aquelas cujos pais as deixavam frequentar a escola. Para as actividades relacionadas com os agricultores, foi mantida uma forte ênfase no apoio às mulheres produtoras. No entanto, uma vez que não existiam indicadores iniciais quantificados, não está disponível a comparação com as estimativas iniciais. Para o futuro PEC, deve ser concebida uma estratégia de género bem definida, incluindo indicadores quantificáveis para que o seu desempenho e eficácia possam ser avaliados.

269. **Eficiência.** A eficiência foi adequada às capacidades actuais do PAM. No que se refere à gestão e organização dos PEC, a eficiência da execução correspondeu e excedeu frequentemente as capacidades actuais do PAM. As intervenções foram executadas com êxito, muitas vezes devido a trabalhos anteriores de longa duração e à presença do PAM no país, tirando partido das relações bem estabelecidas e dos mecanismos de cooperação com as partes interessadas do Governo e os responsáveis pela execução do PEC do PAM. Estes factores facilitaram por vezes as capacidades do pessoal do PAM, mas representam um risco sob a forma de rotação do pessoal, tanto nas instituições do PAM como nas do Governo.

270. O PAM enfrentou várias carências de pessoal, que foram cobertas pela contratação de peritos externos ad hoc ou conduziram a ligeiros atrasos nos projectos, tal como referido pelos parceiros. Alguns estrangulamentos observados, como a sobrecarga de pessoal, surgiram quando foram identificadas fontes de financiamento adicionais e lançados projectos financiados conjuntamente. Ao mesmo tempo, parecia que se poderia fazer mais se houvesse mais recursos disponíveis. Esta situação não é sustentável a longo prazo, exigindo um alinhamento entre as realizações esperadas e as capacidades de cooperação no próximo PEC. Por outro lado, há espaço para melhorias em termos de criação de um sistema interno de gestão de dados e de protocolos unificados de acompanhamento dos progressos, que poderiam facilitar o trabalho e libertar algumas capacidades.

271. As contribuições do governo para as intervenções não foram monetárias, uma vez que os representantes do governo eram uma das principais partes interessadas visadas. O seu papel consistia em reforçar as capacidades para se tornarem auto-suficientes e garantir o financiamento a longo prazo do PAM e de outras actividades relacionadas com o PEC, em conformidade com as estratégias nacionais. As instituições e os departamentos visados participaram ativamente nas actividades do CSP, o que constituiu um pressuposto principal e um fator-chave para a implementação do CSP. Uma vez que o PEC estava alinhado com os objectivos e as realizações esperadas da estratégia nacional, a influência de uma certa rotatividade nos papéis políticos foi menor ou nula. Observou-se um espaço para melhorias no acompanhamento dos progressos, uma vez que uma abordagem unificada da informação recolhida e dos relatórios poderia facilitar o processo de acompanhamento para o PAM e o Governo.

272. **Coerência.** As intervenções de reforço das capacidades do PEC avaliadas foram coerentes com os programas nacionais e com outros doadores/actividades, embora se tenham verificado algumas sobreposições e pudessem ter sido criadas mais sinergias. Há espaço para futuras melhorias a este respeito e é necessária uma melhor coordenação no seio da comunidade de doadores a favor do cumprimento dos programas, políticas e prioridades nacionais.

273. As actividades de reforço das capacidades relacionadas com o SFP foram concebidas para apoiar o PNASE e outras instituições governamentais. A conceção do CSP incluía a narrativa da ambição e o enfoque no desenvolvimento de sinergias com outros doadores no país. Embora tenham sido implementados alguns

projectos conjuntos, também foram registadas sobreposições quando, por exemplo, tanto a FAO como o PAM estavam a trabalhar com pequenos agricultores, mas as actividades precisavam de ser coordenadas. O atual CSP contribui para os ODS 2 e 17, que são o foco de outras organizações das Nações Unidas e doadores no país.

274. Durante o período de execução do documento de estratégia, as reuniões de coordenação dos doadores foram organizadas e estavam acessíveis, mas não puderam explorar plenamente o seu potencial. Apesar da vontade dos doadores de coordenar conjuntamente actividades sinérgicas, as capacidades limitadas do PAM CO restringiram a preparação e a coordenação efectiva de mais programas conjuntos. O potencial de cooperação mais significativo entre as instituições das Nações Unidas é o da FAO e do FIDA, devido à sua estreita orientação setorial. A UNICEF pode ser outro parceiro potencial no âmbito do PAM e das actividades relacionadas com as escolas. As ONG activas a nível local foram fortes parceiros de execução, apoiando-se nas capacidades do PAM no terreno, e é provável que venham a participar em futuras execuções do PEC.

275. **Impacto.** O programa contribuiu significativamente para reforçar as capacidades, para além do seu âmbito inicial, no que respeita ao reforço das capacidades dos intervenientes governamentais. No entanto, os impactos indirectos pretendidos a nível comunitário exigem ainda esforços adicionais.

276. O impacto nos ministérios e nas partes interessadas do governo surgiu claramente através de ajustamentos políticos. Graças a esforços alargados de sensibilização e apoio, a Nova Lei da Alimentação Escolar n.º 1/2023 foi elaborada e aprovada conjuntamente⁵¹, o que constitui uma das realizações mais significativas do PEC avaliado. A lei atribui um orçamento ao SFP, mas a sua aplicação na prática tem sido ainda limitada até à data.

277. O apoio do PAM às capacidades do governo provou ter impacto na mudança de vida e nos meios de subsistência dos beneficiários, embora haja espaço para melhorias e algumas lacunas devam ser colmatadas no futuro. Graças à cooperação Sul-Sul, ao reforço das capacidades de defesa do PAM e ao fornecimento de equipamento do CONSAN, ao reforço das capacidades e das infra-estruturas do PNASE e à introdução de sistemas informáticos, as partes interessadas receberam um apoio essencial para melhorar a execução dos seus programas. No entanto, subsistem algumas lacunas e desafios. O PNASE não é autónomo e não dispõe de recursos financeiros, o que tem um impacto direto na execução do PFC. Assim, é necessário um compromisso financeiro suficiente e estabelecido por parte do governo para garantir entregas regulares de alimentos, cobrir escolas remotas e mitigar outras questões técnicas e logísticas.

278. O acesso das escolas às hortas caseiras é inexistente ou pode ser melhorado. O trabalho e a coordenação com os agricultores a nível comunitário devem ser reforçados com os serviços agrícolas (por exemplo, centros de extensão governamentais) e a FAO. As actividades de sensibilização provaram ter um impacto e a sua continuação é desejável para acompanhar as intervenções do PEC: tais actividades asseguram uma maior aceitação do programa pelas comunidades e criam a vontade de participar ativamente na implementação (por exemplo, para restabelecer a associação de pais, promover a participação dos agricultores no abastecimento local das escolas, etc.).

279. O impacto na capacitação e independência da liderança das mulheres foi bastante reduzido, não tendo sido observados indícios de actividades sensíveis ao género. Desde 2020, foram realizadas mais actividades centradas no género e foram recolhidos e comunicados dados repartidos por género ao longo da execução do PEC. No entanto, há espaço para melhorias no sentido de capacitar a liderança das mulheres nas comunidades, especialmente entre as mulheres agricultoras e entre as mães de crianças em idade escolar nas associações de pais.

280. **Sustentabilidade.** A sustentabilidade da intervenção avaliada foi considerada bastante elevada em termos de capacidades criadas e de institucionalização, com algumas limitações relacionadas com a sustentabilidade financeira.

281. Uma vez que o CSP estava alinhado com as prioridades do governo, as partes interessadas têm os seus próprios interesses e motivação para continuar com as actividades. No entanto, as capacidades criadas no âmbito do PEC apoiaram o progresso das realizações e proporcionaram às partes interessadas incentivos e um contexto reforçado que apoiou o impulso para a realização de determinadas estratégias.

⁵¹ A Nova Lei da Alimentação Escolar só foi aprovada em janeiro de 2023. No entanto, esse foi o ponto culminante de esforços intensos e duradouros realizados no período avaliado.

282. Em certa medida, as capacidades desenvolvidas a nível governamental foram institucionalizadas: O CONSAN é reconhecido e provou ter uma voz forte, ao mesmo tempo que proporciona espaço para diálogos construtivos entre os órgãos governamentais, o sector privado e as OSCs. Com uma sala de reuniões reabilitada e equipamento informático adequado, o CONSAN pôde realizar reuniões regulares e debates estratégicos sobre a segurança alimentar e a nutrição do país. As capacidades do PNASE foram reforçadas em termos de recursos humanos, activos técnicos e processos. Em particular, a introdução de um sistema digitalizado de monitorização da alimentação escolar resultou num aumento das capacidades de implementação do PSA. A nova Lei da Alimentação Escolar enquadrou a sustentabilidade financeira e técnica do PNASE, um passo crucial para o seu processo de autonomização que garantirá a disponibilização de mais financiamento. Graças ao reforço das capacidades dos recursos humanos da CADR, o MAFRD reforçou os seus programas operacionais e a colaboração com os parceiros em actividades de desenvolvimento rural. Em especial, as actividades de sensibilização relacionadas com a importância do consumo de produtos locais criaram oportunidades para o envolvimento ativo dos produtores locais e para o trabalho futuro com as comunidades.

283. No futuro, é necessário colmatar algumas necessidades e lacunas para apoiar o Governo na prossecução do programa sem o apoio do PAM. É necessário continuar a trabalhar na aplicação da Lei da Alimentação Escolar para garantir os recursos financeiros que a Lei atribui ao PAM. Ao mesmo tempo, o PNASE deve tornar-se autónomo e receber o seu próprio orçamento. Para além disso, continua a ser necessário apoiar o compromisso do governo de dar prioridade ao Programa de Alimentação Escolar e de preparar um plano estratégico de longo prazo para diminuir a dependência de fundos externos.

284. Deverá ser criado e monitorizado um sistema eficaz de gestão de dados para o acompanhamento da alimentação escolar, a fim de permitir um planeamento estratégico orientado.

285. A ausência de uma abordagem estratégica prevista para a criação das hortas escolares e/ou hortas comunitárias foi considerada um fator limitativo da sustentabilidade a longo prazo, que poderia ter sido atenuado se tivesse sido concebida uma estratégia de saída durante o planeamento estratégico, com vista a assegurar também o envolvimento dos produtores locais no fornecimento de alimentos às escolas, ao mesmo tempo que se capacitavam as mulheres produtoras.

286. Faltaram actividades sensíveis às questões de género que visassem diretamente as mulheres dirigentes, embora se tenha confirmado que tais actividades poderiam igualmente apoiar um maior interesse por parte dos beneficiários em participar ativamente e apoiar a nível comunitário (por parte dos beneficiários indiretamente visados).

3.2. LIÇÕES

287. As lições apresentadas são compostas apenas pelos resultados adicionais que não conduziram a conclusões concretas e têm potencial para uma aplicação mais alargada no futuro. Devido à importância da GEWE no âmbito de intervenções semelhantes, as lições que não foram realçadas nas conclusões são enumeradas a seguir. As medidas e acções GEWE específicas adicionais resultantes das recomendações validadas são apresentadas no Anexo 11, sob a forma de passos accionáveis.

Produção agrícola e criação de um mercado local

288. Os agricultores reconheceram e reconheceram o impacto das alterações climáticas na sua produção e a necessidade de se adaptarem e introduzirem práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos. As formações ministradas no âmbito do PEC motivaram alguns dos agricultores a pôr em prática os novos conhecimentos, ao passo que outros já estavam a introduzir algumas das práticas sem saberem que eram sustentáveis e que apoiavam a resiliência às alterações climáticas. A abordagem estratégica a longo prazo da inclusão de tais práticas a nível nacional pode aumentar a sua resiliência climática, diminuir a ocorrência de catástrofes naturais e tirar partido do momento em que o mercado local será criado e os seus produtos poderão basear-se em produtos produzidos de forma responsável.

289. A avaliação confirmou o espaço e a disponibilidade para a introdução da produção biológica, tanto por parte dos próprios agricultores como dos consumidores. A este respeito, o impacto das campanhas de sensibilização provou ser uma abordagem possivelmente adequada, na medida em que as campanhas podem informar os consumidores e aumentar a sua procura desse tipo de produção, ao mesmo tempo que

o aumento da procura desses produtos pode motivar positivamente os agricultores e, potencialmente, gerar receitas a longo prazo.

290. Os agricultores expressaram a sua compreensão da importância da produção e do consumo locais e que estão interessados num envolvimento ativo na cadeia de valor local, onde as escolas também podem desempenhar um papel fundamental de consumidor, se os seus recursos financeiros estiverem disponíveis. A motivação, a compreensão e a ligação expressas ao longo da cadeia de valor - desde o agricultor diretamente até às escolas - podem ser uma grande oportunidade a aproveitar para chegar a uma situação complexa e sustentável a longo prazo. Esta abordagem pode beneficiar tanto os agricultores como os consumidores, incluindo as crianças nas escolas.

291. A diversificação da produção local deve ser promovida para aumentar a resistência às alterações climáticas e garantir um abastecimento alimentar estável às escolas/PAM e aos mercados locais, assegurando simultaneamente a segurança alimentar dos pequenos produtores.

292. As cadeias de valor locais estabelecidas poderiam ser mais resistentes à flutuação dos preços dos alimentos se a estratégia de redução da dependência de alimentos importados fosse promovida e apoiada também por medidas governamentais. A monitorização da produção em cada um dos respectivos distritos deve ser realizada para fornecer provas da seleção adequada de culturas e das práticas sustentáveis apropriadas. Esta abordagem pode também contribuir para um planeamento estratégico baseado em dados concretos e fornecer incentivos à produção e, por conseguinte, também aos mercados locais (por exemplo, P4P).

293. Os agricultores não dispõem de sistemas básicos de informação sobre os seus factores de produção e produção, o que os impede de elaborar planos comerciais básicos e de entrar nos mercados locais. Esses sistemas podem ser introduzidos e aplicados de forma mais eficaz nas cooperativas, o que também pode facilitar o acesso aos mercados locais.

294. Os agricultores manifestaram alguma satisfação com a sua produção e interesse no fornecimento direto e regular à escola/SFP, ao mesmo tempo que salientaram as suas vulnerabilidades e os desafios que enfrentam, tais como: falta de insumos agrícolas e de recursos financeiros. Estas fragilidades podem ser resolvidas com relativa facilidade no âmbito de acções colectivas, através da criação de grupos de agricultores e cooperativas agrícolas de ambos os tipos - produção e comercialização. As acções colectivas de cooperação também podem contribuir para a GEWE e para a liderança das mulheres, com maior alcance para a capacitação geral da comunidade relacionada com os princípios democráticos. O aproveitamento da experiência de base dos parceiros de execução e das estruturas governamentais (serviços de extensão) pode facilitar o processo de criação de acções colectivas e a sua funcionalidade.

GEWE

295. A falta de uma estratégia de comunicação e de acompanhamento da GEWE teve como consequência o fraco progresso das intervenções do PEC da igualdade entre homens e mulheres. Este foi um efeito imprevisto da intervenção. Este efeito pode ser facilmente atenuado pela introdução e aplicação diligente de uma estratégia GEWE e pela realização de intervenções complexas e abrangentes a nível comunitário.

296. A conceção de indicadores SMART quantitativos e qualitativos de GEWE contribui para o acompanhamento dos progressos neste domínio, ao mesmo tempo que fornece elementos de prova para um planeamento adequado e uma política sensível às questões de género.

297. A conceção estratégica, os instrumentos de execução e o pessoal experiente da GEWE podem contribuir significativamente para alcançar os objectivos desejados.

298. As campanhas estratégicas e de longo prazo contra a VBG podem contribuir para as mudanças sociais desejadas. No entanto, a baixa visibilidade e as acções autónomas de curto prazo limitam o seu impacto e alcance; pelo contrário, as intervenções visíveis de longo prazo podem também atrair potencialmente alguns doadores.

3.3. RECOMENDAÇÕES

299. O quadro seguinte apresenta as principais recomendações e as sub-recomendações conexas relativas a acções estratégicas, operacionais e orientadas para os resultados a pôr em prática pelo pessoal de gestão do CO STP em resposta aos resultados da avaliação, às conclusões e às lições aprendidas. As etapas de acção pormenorizadas para as recomendações são apresentadas no anexo 11 xx.

300. As recomendações apresentadas foram consultadas com as partes interessadas para garantir que todas as recomendações são úteis, realistas e viáveis e que têm em consideração os condicionalismos contextuais e organizacionais.

301. O alinhamento das recomendações validadas com os resultados e conclusões do processo de avaliação é apresentado no Anexo 13.

Mesa 10. Recomendações

#	Recomendação	Agrupamento de recomendações	Responsabilidade de (um serviço/entidade principal)	Outras entidades contribuintes (se aplicável)	Prioridade: Alta/média	Até quando
1	Manter a atual posição forte do PAM no país e reposicionar ainda mais o seu papel no próximo período do PEC, passando de interveniente operacional para interveniente de desenvolvimento transformador	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
1.1	Manter o papel de principal parte interessada na prestação de apoio de emergência em caso de catástrofes naturais e/ou outras catástrofes/emergências.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Médio</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
1.2	Concentrar-se e trabalhar na criação de sinergias e no desenvolvimento ativo de projectos conjuntos com outros doadores e partes interessadas relevantes no país, a fim de reforçar o impacto do novo PEC, evitar sobreposições e alcançar conjuntamente os objectivos nacionais a longo prazo e contribuir para o cumprimento das estratégias globais.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país	Gabinete Regional, RCO da ONU em STP, outra instituição da ONU em STP	<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
1.3	Desenvolva o trabalho anterior com algumas das partes interessadas e/ou mecanismos de coordenação em vigor	<i>Estratégico</i>	Escritório no país	UN RCO, CONSAN, partes interessadas do governo	<i>Médio</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
1.4	Tirar partido do papel único e das realizações do PAM no país, a fim de mobilizar recursos financeiros provenientes de fontes de financiamento convencionais e não convencionais, tanto para a resposta de emergência convencional como para as actividades transformadoras a longo prazo.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
2	Rever, ajustar e reforçar as capacidades internas das delegações nacionais na perspetiva de uma aplicação mais eficaz da gestão da execução do PEC	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	abril de 2024
2.1	Verificar e rever o alinhamento dos resultados e realizações esperados do novo PEC com o número de efectivos, as suas	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	abril de 2024

#	Recomendação	Agrupamento de recomendações	Responsabilidade de (um serviço/entidade de principal)	Outras entidades contribuintes (se aplicável)	Prioridade: Alta/média	Até quando
	competências e qualificações; e abordar as necessidades descobertas e os estrangulamentos emergentes					
2.2	Reforçar a resistência contra a perda de dados e a flutuação do pessoal através da revisão, ajustamento e introdução de um sistema unificado de gestão de dados internos. De três em três meses, verificar se os documentos/informações mais actualizados estão registados no sistema; caso contrário, assegurar a sua inserção/registo.	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	julho de 2024
2.3	Desenvolver e/ou rever os instrumentos do sistema de gestão interna, a fim de o tornar mais eficiente e interligado. Rever os protocolos de apresentação de relatórios desenvolvidos para os parceiros de execução e alinhá-los/ajustá-los às necessidades de apresentação de relatórios do PAM para o PEC. Pondere se um software de gestão de dados de apoio ou uma ferramenta de recolha de dados digitais pode facilitar os processos.	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	julho de 2024
2.4	Assegure-se de que as listas de beneficiários abrangidos por emergências específicas são registadas e continuamente adicionadas ao sistema de gestão de dados, para que os dados possam ser comparados ao longo do tempo e a sua capacidade de adaptação possa ser avaliada.	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Médio</i>	julho de 2025
2.5	Rever e comparar os indicadores de acompanhamento do novo PEC com os protocolos em vigor, alinhar se necessário. Assegurar que as capacidades do pessoal interno para a monitorização e o sistema de manutenção de registos, acompanhamento e elaboração de relatórios correspondem às necessidades e requisitos para a recolha de dados de monitorização.	<i>Operacional</i>	Escritório no país		<i>Médio</i>	abril de 2024
3	Assegurar e verificar periodicamente a utilização e a adoção de processos unificados de acompanhamento e execução e a aplicação estratégica prevista das questões transversais e da GEWE em todo o documento de estratégia	<i>Orientado para os resultados</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028

#	Recomendação	Agrupamento de recomendações	Responsabilidade de (um serviço/entidade de principal)	Outras entidades contribuintes (se aplicável)	Prioridade: Alta/média	Até quando
3.1	Rever os marcos inicialmente concebidos para as realizações do novo PEC, com base em indicadores quantitativos e qualitativos, ajustar com base nas conclusões da avaliação atual, nos dados finais recolhidos e na análise de base e de vulnerabilidade recentemente desenvolvida. Ajuste em conformidade e reveja periodicamente.	<i>Orientado para os resultados</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	abril de 2024; numa base anual durante todo o próximo período de implementação do PEC 2024 - 2028
3.2	Recolha e registe os dados finais do DEP anterior ou os dados de base do novo DEP para facilitar a medição da mudança e o acompanhamento dos progressos do DEP atual.	<i>Orientado para os resultados</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	janeiro de 2024
3.3	Desenvolver a análise da vulnerabilidade de base, com uma estratégia clara sobre as acções de transformação do género e actividades/intervenções específicas.	<i>Orientado para os resultados</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	maio de 2024
3.4	Desenvolver abordagens inovadoras para reforçar a visibilidade do PAM durante o seu trabalho no terreno.	<i>Orientado para os resultados</i>	Escritório no país		<i>Médio</i>	abril de 2024
4	Assegurar que os temas e abordagens que se seguem sejam ativamente adoptados no âmbito da aplicação dos novos documentos de estratégia por país e, quando não forem diretamente visados, criar as oportunidades e sinergias pretendidas para os incluir e desenvolver.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
4.1	Mantenha a direção da nova estratégia do PEC centrada e complexa. Quando pensar em tópicos adicionais e sobrepostos - procure antes sinergias com outros doadores e procure cooperar em projectos financiados e implementados em conjunto, em vez de entrar nas novas áreas temáticas.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país	Gabinete Regional, RCO da ONU em STP, outra instituição da ONU em STP	<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
4.2	De um modo geral, assegurar que as actividades de ponta a ponta se dirigem às partes interessadas a todos os níveis, a fim de alcançar a máxima eficácia e impacto do PEC.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028
4.3	Continuar a cooperação com o governo e os pequenos agricultores para apoiar o seu acesso ao mercado e o abastecimento das escolas. Sublinhe as sinergias com a FAO e o	<i>Estratégico</i>	Escritório no país	FAO STP, IFAD STP	<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período

#	Recomendação	Agrupamento de recomendações	Responsabilidade de (um serviço/entidade principal)	Outras entidades contribuintes (se aplicável)	Prioridade: Alta/média	Até quando
	FIDA e tire partido dos extensionistas agrícolas para tornar estas actividades sustentáveis a longo prazo e com potencial de impacto a longo prazo.					de implementação da CSP 2024 - 2028
4.4.	Apoiar o governo, o PNASE e outros actores relevantes com poder de decisão/influência para eliminar os obstáculos sistemáticos que se colocam à introdução e acompanhamento das boas práticas.	<i>Estratégico</i>	Escritório no país		<i>Elevado</i>	Durante todo o próximo período de implementação da CSP 2024 - 2028

**PAM Escritório Nacional de São Tomé e
Príncipe**
**[https://www.wfp.org/countries/sao-tome-
and-principe](https://www.wfp.org/countries/sao-tome-and-principe)**

Programa Alimentar Mundial

Via Cesare Giulio Viola 68/70

00148 Roma, Itália

T +39 06 65131 **wfp.org**